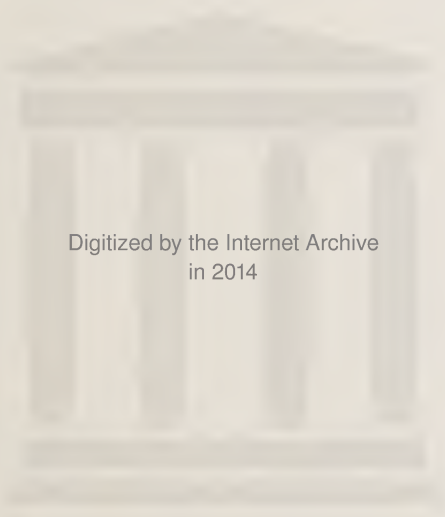


Bx
5611
.B6
I37
1960



Digitized by the Internet Archive
in 2014

A IGREJA EPISCOPAL



**NO PAÍS
DO
FUTURO**



**PUBLICADORA
ECCLESIA**

No outono de 1890, quando a capital gaúcha tinha muito de provincianismo, aqui aportavam dois missionários, Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris.

Traziam êles a mensagem episcopal para os brasileiros.

Um punhado de homens, aceitando o que pregavam os dois pioneiros, os ajudaram a implantar o episcopalismo em vários pontos da terra gaúcha.

Américo Vespúcio Cabral, Antônio Machado de Fraga, Vicente Brande foram dos primeiros.

Com o correr dos anos muitos outros vieram e a Igreja Episcopal atravessou as fronteiras do Rio Grande do Sul.

E agora, passadas sete décadas, o anglicanismo já está no Pará.

E na mesma cidade que recebeu Kinsolving e Morris realizou-se o 1º Congresso que foi, com a graça de Deus, a demonstração de quanto Ele abençoou a semente plantada pelos primeiros missionários.

O Congresso constou de exposições várias;

A IGREJA EPISCOPAL

NO PAIS DO FUTURO

A IGREJA EPISCOPAL

NO PAÍS
DO FUTURO



PUBLICADORA ECCLESIA

Composto e impresso pela
Editôra Metrópole de Pôrto Alegre
para o Publicodoro Ecclesia

PASTORAL DOS BISPOS E TESES APRESEN-
TADAS POR OCASIÃO DO PRIMEIRO CON-
GRESSO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEI-
RA, REALIZADO EM PÔRTO ALEGRE, DE
DEZESSETE A VINTE E QUATRO DE JULHO
DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA.

Prefácio

Realizou-se afinal a aspiração que tinham os episcopalianos brasileiros de se congregarem fraternalmente num conclave de âmbito nacional e de caráter popular. O I Congresso da Igreja Episcopal Brasileira foi, por muitos títulos, a concretização desse acalentado sonho.

Os planos preliminares do Congresso foram traçados em princípios de 1959, recebendo plena aprovação do Sínodo reunido naquele mesmo ano. A sua estrutura geral foi, pouco a pouco, se formando, com diretoria, comissões, entidades participantes, programa, temário, etc. Na qualidade de Secretário Executivo do Congresso, coube ao Rev. Henrique Todt Jr., Deão da Catedral da SS. Trindade, articular a ação de todos os elementos de que se compunha a complexa engrenagem do Congresso.

Não obstante os numerosos contratempos que sempre surgem nos planos e na execução de empreendimento deste vulto, o Congresso, a bem dizer, atingiu com êxito as suas finalidades.

Fazia já dez anos que a antiga Diocese do Brasil Meridional se dividira em três dioceses, impedindo, assim, que o clero tivesse o ensejo de reunir-se em pêso, como outrora, nos concílios diocesanos, o mesmo sucedendo com os líderes leigos agora agrupados em três zonas eclesiásticas. O Congresso constituiu, portanto, neste longo período, o primeiro encontro geral do clero e do povo da Igreja Episcopal no Brasil. Todos suspiravam por essa expressão de fraternidade que predominou no ambiente do conclave, perdurando até o fim.

Tanto o pavilhão desportivo do Colégio Batista Americano, onde se ergueu para os principais ofícios um Altar, ao mesmo tempo, imponente e sóbrio, como o auditório do Instituto de Belas Artes, onde se realizaram as sessões plenárias, se tornaram pequenos para as multidões que acorreram a

esses locais. Cerca de mil eclesianos inscreveram-se como congressistas, porém as congregações presentes às quatro cerimônias religiosas mais importantes foram superiores a duas mil pessoas. As comunhões incorporadas dos homens, das senhoras, dos jovens e dos educadores, bem como a solene comunhão geral dos congressistas foram, sem dúvida, os instantes mais comoventes daquela semana.

As dez teses lidas perante o plenário foram escutadas com inusitado interesse e, depois, discutidas pelos grupos em que se dividiram os congressistas para este fim.

As manhãs do congresso dedicaram-se às conferências promovidas pelas organizações masculinas, femininas, e juvenis da Igreja, ao que devemos acrescentar o Encontro de Educadores Episcopais.

Inegavelmente, cresce, entre os membros da Igreja Episcopal, a consciência de sua vocação, do seu tipo de culto litúrgico, da sua mensagem e, como consequência, da sua missão no mundo. Mais e mais compreendemos que a própria natureza apostólica da Comunhão Anglicana, por um lado, e suas relações com a Reforma, pelo outro, nos colocam em posição de generalizada simpatia entre as demais corporações cristãs. E bem visível se nos tornou neste Congresso que Deus nos chama agora a utilizar ao máximo esta posição benévola para estimular o presente movimento ecumênico de aproximação das Igrejas, como é manifesto desejo da cristandade contemporânea.

Esperamos que os presentes Anais levem a todos os lares de episcopalianos e a inúmeros amigos nossos uma idéia do que foi o I Congresso da Igreja Episcopal Brasileira — a sua inspiradora atmosfera de adoração, de estudos e de convívio alegre e fraternal.

Deus permita que todos quantos gozaram o privilégio de participar desta experiência tenham dela saído com a firme decisão de se tornarem mais fiéis e mais eficientes discípulos de nosso Senhor Jesus Cristo.

† Egmont Machado Krischke
Presidente do Congresso

Í N D I C E

Prefácio	9
Pastoral dos Bispos	13
A Posição Histórica e Doutrinária da Comunhão Anglicana — <i>Revmo. Dom Egmont M. Krischke</i>	21
A Igreja Episcopal na Comunhão Anglicana — <i>Rev. Nataniel Duval da Silva</i>	33
Nosso Lugar no Cristianismo e Nossas Relações com Outras Comunhões — <i>Revmo. Dom Plínio L. Simões</i>	47
Origens Bíblicas do Culto Cristão e sua Continuidade Histórica — <i>Revmo. Dom Edmund K. Sherrill</i>	61
O Sentido e o Valor da Eucaristia na Vida Diária — <i>Rev. Jaci C. Maraschin</i>	75
O Homem e a sua Salvação — <i>Rev. Dr. José Del Nero</i>	93
A Igreja e a Família — <i>Rev. Arthur Kratz</i>	109
A Igreja e o Cidadão — <i>Dr. João Del Nero</i>	123
A Tarefa dos Leigos — <i>Dr. Samuel Duval da Silva</i>	141
A Igreja em Ação — <i>Ven. Antônio T. Guedes</i>	151
Conclusões	159
Síntese de um Grande Acontecimento — <i>Jorge Alberto Karam</i>	173
Ilustrações	191

PASTORAL DOS BISPOS

A todos os fiéis membros da Igreja Episcopal Brasileira.

Muito amados no Senhor.

É com os corações estuantes de grato júbilo perante Deus que nós, bispos da Igreja Episcopal Brasileira, vos dirigimos a palavra, na ocasião em que, pela primeira vez, nos reunimos em Congresso.

I

Temos justos motivos para render graças a Deus, porque, nestes setenta anos de atividade da Igreja Episcopal no Brasil, a Sua graça nunca faltou ao clero e ao povo desta parcela do seu rebanho.

Enquanto reverenciamos a memória dos pioneiros que, intemoratos, lançaram as bases da Igreja Episcopal no Brasil, sentimos que a experiência dêste Congresso mais e mais nos compele a atentar na verdadeira natureza e vocação dêste nosso ramo do Cristianismo histórico, e a nos consagrarmos, de corpo e alma, ao cumprimento da nobre missão que o Senhor nos tem confiado.

Estamos que os estudos e discussões dêste Congresso fortaleceram nossa convicção de que pertencemos a uma Igreja Católica no seu testemunho à inteireza da verdade cristã, na sua continuidade apostólica, mediante o episcopado, e na sua lealdade ao Credo e aos Sacramentos da Igreja indivisa; e, ao mesmo tempo, evangélica na sua proclamação da Palavra de Deus e no seu realce à fé pessoal em Jesus Cristo, o nosso divino Salvador.

Nossa Vocação histórica envolve, portanto, a própria natureza da Igreja, a sua doutrina, a sua ordem e o seu culto. Esta é a tradição apostólica, a herança preciosa que nos vem de um passado pleno de heroísmo e de fé.

Não nos cabe, entretanto, guardar egoisticamente este tesouro vocacional, pois nêle reside a nossa missão na pátria brasileira como em todo o mundo.

Deus é quem, dêste modo, nos convoca, irmãos, para adorá-lo e para cumprir os Seus santos propósitos. É Êle quem nos manda anunciar a fé cristã e praticá-la no poder do Seu Espírito Santo. Não nos resta outra alternativa senão responder-lhe briosamente, como indivíduos e como coletividade cristã. À Igreja e a cada um dos seus membros recai o privilégio de crescer, dia após dia, no conhecimento de Jesus Cristo, na fé, na esperança e no amor que formam o testemunho do caráter cristão no viver cotidiano.

II

Não é mais possível ocultar-se o afrouxamento moral na família e na sociedade contemporâneas. As forças do bem contemplam estarecidas a tremenda crise que ameaça arrastar a humanidade para o abismo. Sociólogos de nomeada têm se ocupado do assunto. Por um lado, chamam a atenção daqueles sôbre cujos ombros pesa grande parcela de responsabilidade. Pelo outro, conclamam o homem comum a cerrar fileiras em tôrno de movimentos que visem à preservação do arcabouço social que sofre o impacto das arremetidas de um verdadeiro rôlo compressor, que cego avança ignorando inteiramente a vultosa soma de estragos que vem causando em sua trajetória incontida.

Entretanto, não faltam manifestações de inteligências privilegiadas que procuram fazer-nos sentir que não há motivos para apreensões. Chegam mesmo a afirmar que todos quantos se afligem a tal respeito nada mais são do que infelizes recalcados, os quais, não encontrando apôio no homem moderno para as suas idéias retrógradas, procuram intimidar os menos esclarecidos com o fantasma do mêdo. "Não há mais lugar para profetas na atualidade" — costuma-se afirmar. "A ciência está colocando à disposição do homem contemporâneo meios eficazes que lhe permitam tornar-se dono de seu destino".

É evidente que se trava uma batalha de gigantescas proporções entre duas correntes de pensamentos irreconciliáveis

— uma que coloca o homem, com sua capacidade criadora, no centro do universo, e outra que ainda ousa proclamar a soberania de Deus.

Desta batalha quem sairá vitorioso? Muitos são os que, criados na atmosfera em que se aceita tácitamente a posição de Deus como Senhor do universo, não se perturbam; nem por sombra lhes parece viável que o homem possa vir a destronar o Criador de tôdas as coisas. O nosso aplauso aos que demonstram tal confiança no poder de Deus.

Mas, perguntamos, dar-se-á Deus por satisfeito em ver que seus filhos lhe confiam tôda a soma de responsabilidade? Teremos o direito de assistir impassíveis ao implacável incêndio que vai destruindo a obra representada pelas conquistas das hostes do bem, as quais não mediram sacrifícios para legar à geração dos nossos dias um patrimônio moral e espiritual, cujo valor não há cifras que nos permitam calcular?

Ninguém se iluda: colheremos no futuro o que estivermos plantando hoje. E qual é a semente que os Cristãos da atualidade estão lançando à terra?

Reservamos ao mundo o direito de indagar dos planos da Igreja Cristã para os dias vindouros. Se ela puder apresentar um esquema definido, tendo por fundamento o Evangelho de Cristo, e amparado devidamente pelo consenso geral das forças cristãs do mundo inteiro, não haverá dúvida de que será ouvida a sua voz, e os milhares e milhares de indecisos, em face da confusão reinante, hão de seguir as normas do Cristianismo. Se, todavia, os cristãos preferirem continuar na posição de meros críticos dos que arrastam consigo boa parte da humanidade, afastando-a de Deus, ser-lhes-á impossível atingir os seus objetivos. Nossos atos é que provarão a procedência das nossas palavras.

III

Reconhecemos que existem inúmeros motivos para rendermos a Deus as nossas mais humildes e sinceras graças pela nossa gloriosa herança religiosa que nos convence termos, como membros da Comunhão Anglicana mundial, missão específica a ser cumprida neste continente e neste país.

Esta missão nós a compreendemos, em parte, em termos geográficos. A Igreja Episcopal Brasileira nasceu, há 70 anos, no Estado do Rio Grande do Sul. Mediante o trabalho e o testemunho dos missionários e dos nacionais, a Igreja foi estabelecida na Capital deste Estado sobre bases sólidas. Attingiu, em seguida, as principais cidades do interior, de maneira que há hoje duas Dioceses e mais de 75 paróquias e missões no Rio Grande do Sul. A Igreja, ao mesmo tempo, se estendeu para o Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Pará, assim como várias cidades do interior do Brasil, inclusive a nova Capital do País. Estamos convictos de que Deus nos chama, neste momento histórico, para traçar planos e desenvolver programas de ação, visando a uma penetração mais profunda da nossa ação missionária em outras cidades e regiões da pátria brasileira ainda não atingidas pela Igreja Episcopal. Aquêles cujas vidas têm se enriquecido com o amor de Deus no seio desta Igreja, à qual todos tanto devemos, só podem acreditar que êstes valores devem ser repartidos generosamente com todos os brasileiros. É certo, também, que a presença, em nossa comunidade religiosa, de representantes das várias regiões do Brasil enriquece sobremaneira a nossa própria experiência de Jesus Cristo nosso Senhor, nos proporciona novas energias e nos oferece renovada visão da nossa magna tarefa.

Uma penetração geográfica mais profunda da nossa Igreja possui igualmente sentido sociológico. Nos centros de crescente industrialização está emergindo verdadeira massa de operários que clama por um sistema de vida que proteja a dignidade da pessoa humana. As universidades são verdadeiros campos de batalha entre as várias ideologias que pleiteiam a liderança da mocidade e procuram até decidir o próprio destino do povo. No interior surgem novas comunidades onde, faz pouco, havia apenas florestas virgens. A grande aventura do estabelecimento da nova Capital Federal é bem o símbolo dos dias empolgantes que atravessamos na história nacional. As atividades de um clérigo episcopal em Brasília dizem da nossa determinação no sentido de tornar presente a Igreja Episcopal nestes decisivos eventos, não somente para contribuir com aquilo que Deus nos concedeu da Sua verdade e da Sua

graça, como, ao mesmo tempo, aprender, junto com o povo dêste país, as grandes lições proporcionadas pelo Senhor da História.

Esperamos que a intensificação da nossa obra missionária, social e educativa, resultante de um senso mais desenvolvido de responsabilidade da parte de todos, nos trará novas oportunidades para contatos mais frutíferos com os cristãos de outras denominações. A necessidade de um cristianismo integral, que transfigure todos os setores da vida pessoal e coletiva, ao impacto da luz que vem do alto, requer a união de todos aquêles que chamam a Jesus de Senhor. Os próprios princípios do Evangelho, bem como a nossa tradição católica nos impõem o imperioso dever de testemunhar, por todos os meios possíveis, que somos, pelo grande poder do Espírito Santo, um nêle com o Pai.

Não dormitemos, pois, sôbre os louros colhidos nestes setenta anos, os quais não constituem propriamente mérito nosso e, sim, dádiva de Deus. Antes nos tomemos daquele zêlo sagrado e ardoroso que caracterizou as primeiras gerações cristãs e as compeliu a amalgamar, com a sua vida e a sua morte, aquilo que unicamente perdura — o Evangelho e a graça da redenção na Santa Igreja de Cristo.

† *Egmont Machado Krischke*
Bispo do Brasil Meridional

† *Plinio Lauer Simões*
Bispo do Brasil Sul-Occidental

† *Edmund Knox Sherrill*
Bispo do Brasil Central

A POSIÇÃO HISTÓRICA E DOUTRINÁRIA
DA COMUNHÃO ANGLICANA

Revmo. Dom Egmont M. Krischke

Parece-nos oportuno iniciar esta tese definindo a Comunhão Anglicana nos termos do pronunciamento feito pela Conferência de Lambeth em 1930:

"A Comunhão Anglicana é, dentro da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, um conagraamento de Dioceses, Províncias eclesiásticas ou Igrejas regionais devidamente constituídas, em comunhão com a Sé de Cantuária, que têm em comum as seguintes características: a) mantêm e propagam a fé e ordem católicas e apostólicas, na forma em que se encontram, em geral, expressas no Livro de Oração Comum, com autorização das suas respectivas Igrejas; b) são Igrejas autônomas ou nacionais e, nesta qualidade, promovem, nos seus respectivos territórios, a sua própria expressão nacional de fé, vida e culto cristãos; c) não estão ligadas por uma autoridade central, legislativa e executiva, mas por lealdade mútua, mantida pelo conselho dos Bispos reunidos em conferência".

Essa definição nos leva a duas conclusões importantes: primeiro, que, no título de nossa Comunhão religiosa, o vocábulo "anglicana" perdeu qualquer sentido patronímico, à semelhança do que sucedeu com a Igreja Católica Romana; e, segundo, que não pode existir, na Comunhão Anglicana, hegemonia ou predomínio de jurisdição eclesiástica, visto como a própria Conferência de Lambeth afirmou "que a verdadeira constituição da Igreja Católica envolve o princípio da autonomia de igrejas, firmada na fé e na ordem tidas em comum".

I — A nossa posição histórica.

A Igreja Episcopal é reconhecida como ramo da Comunhão Anglicana, porque deriva históricamente da Igreja da Inglaterra que, na sua expansão missionária, se difundiu pelo mundo inteiro e chegou até nós, trazida por uma filha independente, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América, a qual, por sua vez, tudo faz para que nos desenvolvamos como Igreja brasileira para conquistar os brasileiros. O que denominamos de "tradição anglicana" é realmente o "ethos" daquela Igreja tantas vezes mal compreendida que estravasou das ilhas britânicas, levando para todos os continentes um clima religioso que lhe é peculiar, dentro do qual respiram hoje cerca de cinquenta milhões de cristãos anglicanos.

A fé cristã foi levada àquelas ilhas, então habitadas por semi-bárbaros, em dias muito próximos à era apostólica, provavelmente por cristãos dispersos ou por soldados convertidos das legiões imperiais de Roma. É certo que, em 314, compareceram ao Concílio de Arles os bispos de York e de Londres. Dom J. William C. Wand, Bispo aposentado de Londres, lembra que a Igreja das ilhas era talvez mais grega do que latina e ela deve ter contribuído para a formação espiritual de Constantino, o primeiro imperador romano que se tornou cristão. Ondas de invasores vindos do Continente compeliram os bretões para o oeste, onde a religião cristã prosseguiu, ficando o leste e o centro novamente dominados pelo paganismo, durante século e meio.

Missionários celtas, procedentes da Irlanda, de um lado, e, do outro, Agostinho, enviado pelo Papa Gregório Magno, estabeleceram-se no norte e no sul respetivamente. Após longos anos de discussão entre os dois grupos, foi, no Sínodo de Whitby, firmada a jurisdição de Roma na Igreja Inglêsa. Perdurou sempre, entretanto, mesmo durante a Idade Média, certo espírito de independência. Nunca o Reino se tornou parte do Santo Império Romano. Guieiros da têmpera de um Grosseteste, fizeram severas críticas a Roma. E houve reis que, com o apoio da nação, assumiram atitudes desassombradas ante o Papado. A famosa Magna Carta claramente requeria que a Igreja Anglicana fôsse livre.

Êste é um ponto que reputamos de suprema importância, quando procuramos entender o "ethos", a maneira de ser peculiar à Comunhão Anglicana. O Anglicanismo propriamente dito não poderia ter resultado do conflito pessoal de Henrique VIII com o Papa. Êle emergiu historicamente desta índole tôda especial do Cristianismo nas ilhas britânicas, desde o seu início obscuro, como produto da Diáspora cristã, e o seu estabelecimento pela junção de duas tradições (a céltica e a romana), até a presente Diáspora Anglicana pelo mundo todo.

Henrique VIII realmente ignorava o sentido profundo do seu ato. Por um lado, escreveu contra Lutero; por outro, insurgiu-se contra o Papa. Pretendia uma simples mudança de política eclesiástica. Nada de reforma. Na realidade, porém, deu ocasião a que se desencadeasse, na Igreja inglêsa, uma crise que êle jamais jugularia e que havia de prolongar-se por vários reinados. Nesta crise, nas marchas e contra-marchas de um tremendo conflito entre puritanos e romanistas, emergiu o que nenhum dos partidos queria, e que a história demonstrou ser o designio de Deus, algo diferente, algo independente — o Anglicanismo. Quem primeiro descreveu a situação anglicana, com fidelidade e clareza, foi Ricardo Hooker, cujo famoso tratado sôbre "Política Eclesiástica" arrancou do próprio Papa Clemente VIII a declaração de que a referida obra continha tais sementes de eternidade que a fariam perdurar até que o fogo final consumisse tôda a cultura.

O monumento mais visível, mais discutido e mais amado na inteira Comunhão Anglicana, porque ditado pelo Espírito Santo e consagrado pelo sacrifício dos mártires é, por certo, o Livro de Oração Comum — o nosso repositório de Fé, Culto e Ordem.

II — A nossa posição doutrinária.

1. *A índole anglicana.*

Quando afirmamos que o Anglicanismo emergiu em meio a terrível choque entre as facções romanista e puritana, nos sécs. XVI e XVII, não o estamos considerando mero fruto

dessa crise, e sim um tipo religioso, um "ethos" ou modo de ser preexistente àquela fase histórica e oriundo da própria forma independente em que o Cristianismo foi implantado nas ilhas britânicas. Êste é o ponto nevralgico, difficilmente perceptível aos elhos de quem critica o Anglicanismo, postando-se fora do mesmo.

O fato decisivo em nossa história religiosa é que nunca interrompemos a nossa continuidade com o passado, nunca lançamos fora a nossa herança apostólica. E êste foi exactamente o pomo da discórdia, nos dias da Rainha Isabel I. De um lado, militavam os puritanos que, a todo o custo, queriam destruir essa continuidade; e, do outro, arremetiam os romanistas que não reconheciam continuidade alguma fora da tutela papal. De certo modo, ambos tinham razão. Pois a continuidade que desgostava os puritanos, possuía algo de novo que, aos olhos dos romanistas, parecia anulá-la. Nenhuma das facções podia perceber aquilo que infelizmente muitos ainda hoje, mesmo dentro do Anglicanismo, não conseguem entender, embora o saibam teóricamente — o sentido profundo e providencial da nossa Vocação religiosa.

A Igreja Episcopal, à semelhança de todos os demais ramos da Comunhão Anglicana, jamais cortou sua continuidade com a herança católica e apostólica do passado. Preservamos o antigo ministério tríplice das ordens sacras e adoramos empunhando o Livro de Oração Comum, o devocionário que nos liga à vida litúrgica da Igreja de todos os séculos.

Ao mesmo tempo, quanto elemento precioso e renovador soubemos apropriar da Reforma protestante. As Santas Escrituras foram restauradas como base de fé e orientação devocional dos cristãos, na contemplação dos atos poderosos e redentores de Deus; e práticas supersticiosas foram abolidas ou recuperaram seu antigo sentido sacramental, de acôrdo com a definição católica da Igreja indivisa, graças ao novo interesse pelo estudo e pesquisa da cultura patristica.

Quanto à doutrina propriamente dita, a tradição anglicana mantém-se firmemente apostólica. Sua confissão de fé não possui características nem realces denominacionais. Simplesmente aceita e proclama a herança católica, expressa no Credo dos Apóstolos e no Credo Niceno. A própria maneira

de a nossa Igreja apelar para as verdades das Santas Escrituras fuge aos moldes das fórmulas doutrinárias na Reforma continental, preferindo expôr essas verdades como se encontram engastadas nos velhos credos do Cristianismo indiviso.

2 *Como interpretar a nossa posição.*

A grande surpresa do movimento reformador em nossa Igreja foi que, ao invés de se formar uma nova denominação ou de se retornar à submissão a Roma, pela vitória de uma das facções em conflito, o que realmente sucedeu foi a emergência de um modo de pensar, de sentir e de ser, a que denominaríamos o "ethos", o gênio da Comunhão Anglicana, e que, por mais de um milênio, se conservara latente na vida religiosa do povo

O resultado foi que, enquanto a cristandade ocidental se dividia em dois grupos definidos e exclusivos, nós preferimos seguir o que se convencionou chamar de "via média". Não se trata, porém, como poderia parecer a muitos, de um caminho esquivo e tortuoso, um atalho por onde se fuja à luta. Ao contrário, a "via média" está eivada de percalços graves, impostos pela incompreensão e lógica dos homens, inclinados sempre a soluções mais simples e menos realistas. O princípio fundamental da "via média" é a *síntese*. Significa isto que somos católicos pela nossa origem e pela nossa doutrina, ordem e culto; e somos protestantes porque nos sentimos sob o permanente juízo de Deus, e reconhecemos que a Sua Santa Igreja necessita, em tôdas as épocas, de visão profética e de renovação no poder do divino Espírito que nela habita.

No seu livro sôbre a "Via Média", E. L. Mascall, moderno teólogo anglicano, declara que "nos pontos cardiais da doutrina cristã, a ortodoxia consiste em conservar juntas noções que podem parecer incompatíveis". Temos de admitir, com humildade, que houve tempo em que a oposição entre católicos e protestantes se expressou em perseguições, fogueiras e guerras, assumindo formas institucionais, ainda hoje, na aparência, irreconciliáveis. Nossa tendência natural é decidir-nos por uma dessas formas, com exclusão da outra, caindo, portanto, em êrro. A síntese anglicana, contudo, parte do prin-

cípio de que ambos os elementos são essenciais a uma experiência cristã mais completa e, por isso, não podem ser incompatíveis entre si, se adquirirmos uma compreensão mais profunda e real da sua natureza e função na vida espiritual da comunidade cristã.

O Bispo Wand, já citado, observa, com muita propriedade, que São Paulo poderia ser considerado protestante ao declarar que "o homem é justificado pela fé", e católico ao ensinar que, no Batismo, somos enxertados em Cristo para receber a Sua vitalidade em nosso ser e tornar-nos um com Êle. No primeiro caso, temos o caminho da fé, o aspeto psicológico das nossas relações com Deus. O segundo é o caminho da graça, o fato ontológico, a atuação eficaz de Deus em nosso ser, especialmente por meio dos sacramentos que o Senhor mesmo instituiu. Pela fé, nós voltamos para Deus. Nossas mentes pensam nêle e nossos corações anseiam por Êle, que é um Ser transcendente, além e acima de nós. Pela graça, Deus se nos revela imanente, presente, não só no universo, mas em nosso mesmo ser, transmitindo-nos, com o poder do Seu Espírito, especialmente através dos meios sacramentais, os benefícios da ação redentora de Cristo.

Por conseguinte, tôda a vez em que nos intitularmos de evangélicos ou católicos, na acepção de partidos opostos, estaremos tentando separar elementos essenciais à nossa vida religiosa, porquanto a fé e a graça, a crença e os sacramentos são pontos fundamentais da síntese anglicana. Como lembra ainda o citado antiste, "nenhum de nós pode ser completamente cristão sem ambas as atitudes".

Não poderíamos expôr êste ponto melhor do que o fez o atual Arcebispo de York, Dr. Arthur M. Ramsey, que, no seu livro "O Evangelho e a Igreja Católica", afirma o seguinte: "Se a nossa leitura do Novo Testamento, especialmente das epístolas paulinas, é correta, estas duas verdades — a evangélica e a católica — são últimamente uma. Compreender a Igreja Católica e a sua vida e ordem é olhá-la como expressão do Evangelho de Deus; e compreender o Evangelho de Deus é participar com todos os santos na edificação do Corpo único de Cristo. Portanto êstes dois aspectos do An-

glicanismo não podem realmente separar-se. Ele possui plena catolicidade apenas enquanto é fiel ao Evangelho de Deus, e é plenamente evangélico enquanto mantém a ordem da Igreja na qual se realça um aspecto importante do Evangelho”.

Um exemplo impressionante desse grande fato é o movimento litúrgico de nossos dias, o qual se processa não só na Comunhão Anglicana, como nas demais corporações cristãs em geral. Trata-se de um reavivamento espiritual de bases nitidamente evangélicas, o que se pode observar, por exemplo, no realce que procura dar à leitura do Evangelho na Eucaristia e ao uso mais constante e mais eficaz dos chamados Sacramentos do Evangelho. Não resta a menor dúvida de que estamos, por índole, em condições privilegiadas para tirarmos de tal movimento o máximo proveito para a vida devocional das paróquias e de todos os eclesianos

Constituímos, pois, um tipo inclusivo e compreensivo de religião cristã, que muito nos aproxima da Igreja dos primeiros séculos. O que se observava então era uma verdadeira democracia católica, firmada no governo episcopal, com variados usos litúrgicos e outros pormenores locais. Porém os assuntos atinentes à fé e à ordem geral da Igreja, mormente quando a sua ortodoxia e estrutura apostólica estavam sendo solapadas pelas heresias, foram estabelecidos, não pela hegemonia e, menos ainda, pela infalibilidade de um homem, senão pelo consenso dos fiéis na voz autorizada dos Concílios Ecumênicos.

O Revmo. Philip Carrington, Arcebispo de Quebec, obtémpera que a Comunhão Anglicana é, de certo modo, uma Diáspora, e que a sua constituição em dioceses agrupadas em Igrejas nacionais, sem um governo central, muito nos achega ao modelo apostólico. Pois o Senhor mesmo comissionou os Apóstolos, e estes, por seu turno, transmitiram a sua missão às Igrejas da Dispersão.

Que tais Igrejas ainda no séc. VI existiam unidas, porém não submissas a uma só autoridade, comprovam-nos as palavras cheias de sabedoria do Papa Gregório Magno a Santo Agostinho, quando este evangelizava a Inglaterra: “Meu con-

selho é que faças cuidadosa seleção de tudo quanto encontraste nas Igrejas Romana, Galicana ou qualquer outra, e que seja accitável a Deus Onipotente; e que ensínes, com diligência à Igreja dos ingleses, ainda nova na Fé, aquilo que puderes colher das diversas Igrejas. Escolhe, portanto, de cada Igreja as coisas devocionais, religiosas e recomendáveis. e, quando as tiveres incorporado, fazes as mentes dos ingleses acostumarem-se com elas". Como vêdes, está aí um grande Papa a inocular no Anglicanismo nascente o princípio da sua índole compreensiva e independente

E a sua índole é, sem dúvida, o seu rumo e a sua vocação histórica

III — Conclusão

Pedimos vênia para resumir nossos pensamentos em torno à posição histórica e doutrinária do Anglicanismo e suas implicações com vistas à presente situação do Cristianismo, em três proposições como segue:

PRIMEIRO, mantemos a Fé e a Ordem da Igreja Primitiva, em continuidade histórica e doutrinária com os Apóstolos do Senhor. Nossos Credos são os da Igreja indivisa, como o é a nossa estrutura e governo eclesiásticos. Regeitamos, de um lado, a autoridade autocrática que nega o direito à crítica, e, do outro, o desrespeito licencioso que degenera em anarquia. Nossa posição requer, portanto, inteligência, paciência e humildade.

SEGUNDO, nossa Igreja é inclusiva e compreensiva, por índole, por força do seu próprio "ethos", e será inútil todo esforço no sentido de reprová-la por isso, ou de reduzi-la a uma natureza unilateral. Todos os seus membros são, a um tempo, católicos e evangélicos, não nas acepções artificialmente antagônicas dos termos, porém no sentido nobre e fundamental em que ambos formam a síntese gloriosa do Anglicanismo. Nossa compreensividade religiosa não provém de um

liberalismo frio e amorfo. Provém do amor que é o fruto do Espírito Santo

TERCEIRO, cabe-nos a responsabilidade inevitável de testemunhar ao mundo e, em particular, à cristandade, que o acaentado ideal do Ecumenismo já constitui uma realidade existencial na Comunhão Anglicana, nesta democracia católica, onde se encontra a liberdade dentro da ordem, a variedade dentro da unidade, o espírito de reforma dentro da continuidade apostólica, diferenças de ênfase cerimonial e teológica dentro de uma só doutrina e de um só Livro de Oração Comum.

E Deus que nos confiou essa Missão, nos conceda também o necessário entendimento, humildade, idealismo e inteira consagração aos Seus sábios propósitos

Preâmbulo

A Igreja da Inglaterra não foi um produto da Reforma. A verdadeira tempestade que o monge agostiniano, Martinho Lutero, no século XVI, desencadeou na Europa não criou a Igreja da velha Albion. Com isso, não queremos, nem de longe, insinuar não tenha o movimento reformista tido influência no Cristianismo inglês. Teve, e quiçá bem grande. Mas é preciso se reconheça sempre que entre influenciar a Igreja da Inglaterra e criá-la vai uma grande diferença.

Quando Lutero e os demais reformadores do continente europeu romperam com a Igreja de Roma, a da Inglaterra já existia, velha de vários séculos. Agostinho, agora chamado de Cantuária, quando aportou às ilhas Britânicas, em 597, lá encontrou uma Igreja estabelecida. A origem dela é desconhecida. E sua absorção pela que o monge de Santo André estava trazendo, nunca se fez completamente. Teodoro de Tarso, Arcebispo de Cantuária, tem a glória de unificar ambas as Igrejas, afastando as arestas bem agudas que as separavam.

Por vezes, estudiosos algo apressados têm julgado de so-menos importância os motivos de desencontro das duas Igrejas. Uma apreciação mais acurada, no entanto, demonstra o contrário. Tinham elas posições diversas; maneiras diferentes de encarar as coisas. Daí a dificuldade de união, e certos ressentimentos que sempre perduraram. Isso explica o que poderíamos denominar rebeldias as quais, periodicamente, se manifestavam. Roberto Grosseteste, grande antiste de Lincoln,

foi o campeão das reivindicações da velha Igreja que, como já acentuamos, jamais se deixou absorver por inteiro.

Quando, no século de 1500, Henrique VIII, o possuidor do título de Defensor da Fé (título êsse que lhe foi conferido pelo próprio Bispo de Roma), levantou a famosa questão com o Papa do seu tempo, querendo a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, estava na hora da separação das Igrejas em terras inglêsas. Sem grande esforço se verifica, pois, que não foi o discutido divórcio real a causa da separação e muito menos o famigerado rei o criador do Anglicanismo. Afirmar isso é dar prova de desconhecimento total dos movimentos que, de tempos já, se vinham sentindo entre os cristãos inglêses. E, mais ainda, obscurecer a importância da doutrinação e ensinos daquele que é denominado, com justa razão, a "Estrêla Matutina da Reforma" — Wycliffe.

A querela entre a corôa e a tiara, entre o rei e o papa, dizíamos nós, deu o momento azado para o rompimento. E assim foi. Rompimento entre Igrejas; não fundação de uma nova Igreja, com doutrinas outras, cerimônias outras, outro ritual que não fôsem os já adotados, ao correr dos séculos, pela Cristandade ocidental

As vicissitudes porque passou a Igreja da Inglaterra, nos tempos em que se efetuava o referido rompimento, mostram claramente as influências, por vêzes bem acentuadas, do movimento reformista. Não é do escopo dêste trabalho indicar essas influências, nem discuti-las. Aos interessados, porém, recomendamos, entre outros, o estudo atento do Livro de Oração Comum, em suas diversas revisões. Pois é nesse estudo, acima de tudo, que se ficará sabendo da profundidade e persistência da influência reformista na Igreja da Inglaterra

No entanto, antes de tudo, a reforma inglesa, como tão bem acentua Dawley, não foi rompimento com os princípios católicos e tradicionais. Pelo contrário, foi uma afirmação dos referidos princípios. E afirmação bastante enfática. Poderíamos mesmo afirmar, sem medo de contestação, ter sido ela um retôrno ao Cristianismo primitivo, de antes da quebra

da unidade religiosa, ocorrida em 1054, quando surgiu a Igreja do Oriente, comumente denominada Igreja Ortodoxa.

Se houve rompimento, foi êste com as interpolações medievais e os abusos doutrinários e de govêrno surgidos nessa época da história e nessa época introduzidos na Igreja Cristã. Êles a haviam corrompido e deturpado perigosamente. E contra êles, é bom que se lembre, não foram poucas as vozes que se fizeram ouvir dentro da própria Igreja Latina.

Histórico

Feito êste preâmbulo, que nos pareceu necessário, entremos, então, no tema que nos propomos apresentar.

Foi essa Igreja estabelecida na Inglaterra, expurgada das distorções maléficas de doutrina e prática, que veio para a América e aqui deu origem a êste ramo que agora denominamos Igreja Episcopal, e que hoje nos congrega.

Esta não é, por sua vez, uma Igreja nova. É a mesma Igreja com apenas algumas características próprias, que lhe são peculiares mas que, no entanto, não desmentem a sua origem, não lhe deram um novo gênio, numa palavra — não a desfiguraram.

Ao que se sabe, o primeiro contato do Novo Mundo com o Anglicanismo se deu em 1579. Nesse ano, na costa norte-americana do Pacífico, em local próximo à hoje cidade de S. Francisco, o capelão de Francis Drake, o segundo a fazer a viagem de circunavegação do glôbo, dirigiu o primeiro ofício religioso, segundo o uso da Igreja da Inglaterra.

O continente americano do norte foi descoberto em 1497, cinco anos depois da viagem heróica de Colombo. O autor dessa descoberta foi João Cabot, então a serviço do rei Henrique VII, que queria também partilhar das terras encontradas do outro lado do Atlântico pelo famoso genovês.

Somente, porém, 88 anos mais tarde é que se vai começar a cuidar da colonização daquelas terras. Ocupava o trono a rainha Isabel I, e ela encarregou da tarefa Sir Walter Raleigh, homem de sua confiança. E êle funda, na margem do

Atlântico, a Virgínia, dando êsse nome em homenagem à soberana, a célebre "Rainha Virgem".

Em 1607, uma expedição pequena, de três navios, chegou à América. Nela vinha embarcado o Rev. Robert Hunt, empolgado pela idéia de implantar neste lado do mundo a Igreja da sua pátria. O punhado de aventureiros que os barcos trouxeram fundaram Jamestown. E foi nessa colônia que o Rev. Hunt, a 21 de junho dêsse ano, sendo o 3.º Domingo depois da Trindade, celebrou a Santa Comunhão.

Com Roberto Hunt a Igreja chegou à America para ficar. Não foram poucas as dificuldades que enfrentou nos seus primeiros tempos. Ataques dos índios, negligência religiosa dos colonos, estiveram entre os maiores. Enfrentando tudo isso, porém, foi se espalhando e crescendo. Os puritanos, inconformados com os Atos de "Uniformidade" e "Supremacia", foram opositores terríveis.

Agravava a situação o estabelecimento da escravidão. Em 1619 chegara o primeiro navio negreiro e, com êle, todos os males provenientes da nefanda instituição, entre os quais sobressaia, como em todos os lugares onde foram empregados braços escravos, o rebaixamento moral.

Falar na Igreja na América do Norte nos primeiros tempos dos Estados Unidos, e nos inúmeros problemas que teve de enfrentar, sem citar o nome de Thomas Bray, é clamorosa injustiça. A êle o episcopalismo e a Igreja da Inglaterra muito devem. Possuidor de um caráter nobre e devotado, infatigavelmente trabalhou pela sua Igreja. E é a êle que deve o Anglicanismo a fundação de duas notáveis sociedades — a Promotora do Conhecimento Cristão e a de Propagação do Evangelho em Terras Distantes. Ambas ainda existem, com larga fôlha de serviços prestados à evangelização do mundo. Foi através delas que o clero colonial recebeu livros para se ilustrar e a própria Igreja obteve meios para o seu sustento e avanço.

O grande problema da Igreja na outra América, no entanto, era a não existência de bispos para governá-la. Sem um prelado sequer, não havia confirmações e nem ordenações, o que impedia a organização regular da Igreja e o seu funcio-

namento normal. Quem supervisionava a obra anglicana era o Bispo de Londres, mas êste se encontrava lá do outro lado do imenso mar, a muitas milhas de distância. De tempos em tempos enviava êle emissários especiais, os quais, na realidade, pouco ou nada mesmo podiam fazer. Com isso ficava tão sòmente garantida a ordem, mas não a disciplina.

A luta pela obtenção do episcopado foi longa e extenuante. Apêlos e mais apêlos foram feitos à Igreja-Mãe. Planos e mais planos foram arquitetados. Na Inglaterra mesma não faltaram clérigos de tôdas as ordens que se preocupassem com o grave problema. Tudo em vão. Por que? As explicações são várias, avultando entre elas e da união da Igreja com o Estado. E aqui certamente está a verdade. As injunções políticas, de envolta com a indiferença e a ignorância devem ter obstado todos os esforços. Junte-se a isso o reconhecimento de que a idé'a de um bispo apostólico não existia ao mesmo tempo. Na época, bispo era uma criatura superior, um par do reino, ser, portanto, distante, alcandorado.

De outro lado, por sua vez, o puritanismo, na Inglaterra, fazia o máximo para evitar se estabelecesse o episcopado nas florescentes colônias americanas. E uma das razões é ser da essência do puritanismo uma ojeriza profunda e arraigada a todos os bispos.

Em que pese tamanha luta pela obtenção do episcopado, a Igreja caminhava na América. Seus passos eram forçosamente lentos, refletindo a triste situação. Em determinados lugares, tinha a primazia e a simpatia do povo. Em outros, porém, era olhada com suspeição ou até com desprezo. E o número de clérigos era insuficiente.

Em meio essa situação deveras grave, teve início a guerra da independência dos norte-americanos. Cumpre notar, porém, que no famoso Congresso Continental, reunido na cidade de Filadélfia, serviu como capelão um clérigo anglicano — William White, que viria a ter, um pouco mais tarde, papel saliente na Igreja Americana. E chegaria também ao episcopado.

A guerra, no entretanto, afetou profundamente a Igreja, pois a separação das sòmente treze colônias inglêsas, estabelecidas na margem atlântica do continente do norte, a obrigou a uma revisão completa em sua posição e em seus méto-

dos. Senão vejamos: teve a Igreja de 1.º — se reorganizar por inteiro; 2.º — obter o episcopado fora da Inglaterra; 3.º — planejar novos métodos para o seu sustento e expansão.

Organização

Finda a guerra, cujo vulto certamente maior e mais expressivo foi George Washington, fiel eclesiano da Virgínia, se precisa reconhecer certo declínio da Igreja Anglicana no Novo Mundo, na nação que acabava de surgir. No entanto, em pouco mais de meia dúzia de anos, as congregações espalhadas nas antigas colônias agora libertas passaram a formar uma Igreja Anglicana livre e independente. E, reconheça-se, foi isso prova eloqüente da vitalidade do Anglicanismo.

Essa Igreja foi a primeira fora da velha e tradicional Albion. Era, pois, uma experiência nova, completamente nova dentro desse ramo do Cristianismo. Graças a Deus por ter sido ela deveras abençoada, tendo dado início a uma nova fase na vida do Anglicanismo. Foi com a Igreja americana, surgida das contingências criadas pela guerra da independência, que começou de fato a grande Comunhão Anglicana que hoje congrega em seu seio alguns milhões de cristãos espalhados no mundo inteiro.

Em 1780, antes mesmo de ter terminado a guerra, reuniu-se uma Convenção. Poucos clérigos a ela compareceram e, também, não muitos leigos. No entanto, essa Convenção se tornou histórica por representar o primeiro passo sério para a organização definitiva da Igreja neste lado do mundo. Nessa importante reunião surgiu o nome de Igreja Protestante Episcopal. Nesta altura será bom lembrar que “a palavra *Protestante* significava qualquer tipo de Cristianismo ocidental não subordinado ao Papa. E visto que o episcopado era o característico mais notável que distinguia os anglicanos dos outros grupos não romanos, o nome era natural.”

Mas... como obter o episcopado? Parecia algo quase impossível. Não faltou quem sugerisse fôsse organizada a novel Igreja em convenções, como foi o caso de William White, pároco de uma igreja em Filadélfia. Sua sugestão lhe daria, como é claro, um aspecto muito congregacionalista. As idéias

do futuro Bispo de Pennsylvania foram, em grande parte, depois, adotadas, e a elas se deve, por certo, o referido aspecto que ainda perdura e que ficará, queremos crer, para sempre marcando o episcopalismo.

Em Connecticut, no entanto, reúnem-se dez clérigos e resolvem eleger um bispo. Temos de tomar essa iniciativa como uma reação às sugestões de White. Foram indicados os nomes de Jeremias Leaming e de Samuel Seabury. Um dêles devia partir imediatamente e buscar a sagração na Inglaterra. O primeiro recusou, devido à idade já avançada. Seabury, porém, no vigor da vida, creu de seu dever aceitar a indicação de seus colegas. E partiu para o Velho Mundo, levando cartas de recomendação de clérigos importantes e, também, daqueles que o escolheram, em Connecticut.

Foi bem recebido na Inglaterra, mas não conseguiu a sagração. Os antistes britânicos alegaram que não faria êle juramento de obediência à coroa inglesa; que não havia diocese de fato organizada em Connecticut e, por fim, que os leigos não haviam tomado parte na sua eleição.

Seguindo as instruções recebidas ao partir, Seabury dirigiu-se à Escócia, onde a Igreja era livre, não devendo obediência ao rei inglês. E ali foi sagrado, a 14 de novembro de 1784, em Aberdeen, pelo Diocesano, que ostentava o título de "primus Scotiei Episcopus", e mais dois bispos escoceses. E de Aberdeen, Seabury retornou com um "episcopado livre e puramente eclesiástico".

Ficou-lhe a glória de ter sido o primeiro bispo de qualquer Igreja nos Estados Unidos, pois somente seis anos após os católicos romanos viram sagrado o seu.

Samuel Seabury fêz uma Concordata com a Igreja da Escócia pela qual se comprometia que os bispos americanos se manteriam livres da lei civil; o culto e a disciplina da Igreja em Connecticut, tanto quanto possível, seriam postos de acôrdo com os da Igreja Escocesa. Dessa histórica Concordata resultou a introdução no Livro de Oração Comum americano, mormente no Ofício da Santa Comunhão, algumas características da liturgia escocesa, por sinal, assinalemos, de passagem, uma das melhores da Comunhão Anglicana.

Depois de Seabury, outros bispos foram sagrados. Já agora por prelados ingleses, afastados que haviam sido os entra-

ves de ordem política, os quais tinham impossibilitado a sagração do primeiro bispo americano.

Diversas Convenções, reunidas nos anos subsequentes, deram a organização geral da Igreja. Furtamo-nos de enumerá-las aqui uma por uma, temendo se torne essa numeração por demais fastidiosa. Uma, porém, precisa ser citada devido sua enorme importância, a de 1789. Nela foi adotada uma Constituição, a qual "restaurou o antigo princípio de governo eclesiástico por meio de sínodos representativos com a admissão de leigos com voz e voto nos negócios da Igreja. Os corpos dirigentes deviam ser as Convenções trienais, compostas da Câmara dos Deputados Clericais e Leigos. Êste seria o supremo sínodo nacional. Cada Diocese, então correspondendo a cada Estado, realizaria anualmente sua convenção diocesana, presidida pelo bispo e composta de delegados clericais e leigos das paróquias e missões que a formavam. Realmente a Igreja era uma federação de dioceses independentes e cada diocese uma federação de paróquias independentes, ao invés de uma só instituição eclesiástica. Êste tipo de organização era natural numa Igreja cuja nova vida constitucional foi formada ao mesmo tempo e sob as mesmas influências que criaram um governo federal para os estados soberanos da nova república americana. Houve marcante semelhança entre a organização da Igreja e do Estado. Ambos foram organizados na base de uma Constituição escrita. Adotando-a, treze dioceses independentes formaram uma Igreja assim como treze colônias independentes formaram uma nação. As duas Câmaras da Convenção Geral correspondem às duas do Congresso. Tanto Igreja como o Estado foram controlados pelo princípio da representação. Em certo aspecto a Igreja pode ser considerada mais democrática que o Estado, pois ela não deu a ninguém autoridade executiva. Houve um "Bispo-Presidente", mas não um "Presidente".

Com alterações insignificantes, essa é ainda agora a organização da Igreja Episcopal. Com ela se tem expandido dentro e fora dos Estados Unidos, numa obra missionária de envigadura. Igrejas têm sido implantadas em nações americanas, africanas e asiáticas, para demonstrar o seu atendimento à ordem do Senhor: "Ide, pregai o Evangelho".

Movimentos

Quando a Igreja Anglicana tomou, na América, o nome de Igreja Episcopal, ela não deixou de ser, em tudo e para tudo, tão somente um ramo do Anglicanismo. Já assinalamos isso no decorrer dêste trabalho, mas não nos parece fora de propósito repeti-lo novamente.

E, como parte integrante do que hoje denominamos Comunhão Anglicana, a Igreja Episcopal não podia deixar de ser afetada pelos grandes movimentos que têm surgido em sua *cellula mater* — a Igreja da Inglaterra.

Entre êstes, avulta o assim chamado Movimento de Oxford, iniciado por John Keble com um sermão pregado em 1833. A grande finalidade do famoso e discutido movimento era elevar a religiosidade decadente na época. E nêle surgem como figuras mais destacadas Hurrell Fronde, Eduardo Bouverie Pusey e John Henry Newman. Todos autores de folhetos que marcaram época.

Sem discutir aqui os méritos de tal Movimento, por fugir isso à finalidade dêste trabalho, queremos, no entanto, assinalar a sua imensa repercussão. Ela foi tão grande que ainda agora é sentida em tôda a Comunhão religiosa à qual pertencemos e da qual nos gloriamos.

Na Igreja Episcopal, êle realmente começou a agitar as águas a partir de 1843, dez anos após seu aparecimento na Igreja Inglêsa. Em algumas reuniões da Convenção Geral o assunto foi trazido à consideração da Câmara dos Bispos. E várias foram as tentativas para o encontro de uma solução às querelas e posições antagônicas tomadas, no seio da Igreja, tanto por clérigos como por leigos.

É nessa hora difícil que surge o inspirado vulto de William Augustus Muhlenberg, principal autor de um Memorial que ficou ligado para sempre ao seu nome digno da maior veneração. Nesse documento Muhlenberg assinala a posição da Igreja não como uma seita como, em certo sentido, vivera e se organizara até então.

Combateu êle o predomínio de partidos e de idéias. Sen- do legítimos, todos cabiam dentro dos amplos limites da Igreja. Dizia mais, e com profunda sabedoria — não poder estar

a Igreja de Cristo condicionada às predileções e atitudes de um bispo.

Apresentava-se Muhlenberg a si mesmo como Católico-Evangélico, não no sentido lato das duas palavras, mas para mostrar o que deve ser, no seu entender, o ideal da Igreja. Seu catolicismo incluía o protestantismo, ao qual muito admirava, e sua fé evangélica achava expressão num ritual estético, ardente, vívido, não convencional.

Para êle — fundador da primeira igreja livre de qualquer influência, a da Santa Comunhão — “ampla porta devia ser aberta a quaisquer clérigos, desde que fôssem fiéis e sinceros na fé”. E achava, ainda, não se devia fazer das coisas desejáveis para alguns, coisas necessárias para todos.

O Memorial fêz profunda impressão, dando, por fim, uma nova e nobre idéia sôbre a missão da Igreja. Foi êle a semente da revisão do Livro de Oração Comum bem como da Declaração de Unidade, lançada na Convenção Geral de 1886 e do famoso Quadrilátero de Lambeth, estabelecido pela Conferência dos Bispos Anglicanos dois anos depois.

Muhlenberg, com o seu Memorial inspirado pelo Espírito Santo, salvou a Igreja numa hora crucial, pois que ela ouviu o seu apêlo para a unificação e um avanço verdadeiro.

Outro movimento de resultados importantes foi assim chamada Controvérsia sôbre Ritual. Surgiu ela da ênfase que alguns davam à natureza da Igreja, a eficácia dos Sacramentos, às cerimônias elaboradas, aos adornos nos templos. E dentro da Igreja Episcopal certamente controvérsia alguma mais apaixonou e teve mais acalorados participantes.

As Câmaras dos Bispos e dos Deputados tiveram de participar da tremenda luta, procurando encontrar uma solução satisfatória. Quem conseguiu amainar a tempestade de fato foi o Rev. James de Koven, afirmando que tôda a disputa, no fundo, não era sôbre cerimonial, mas doutrinária. E concluía que, se a doutrina é legítima, então o cerimonial que a simboliza também o é. Foi assim que terminou a amarga questão, que tanto acirrara os espíritos, e a liberdade continuou a imperar na Igreja. Desde então tem reinado a paz entre as várias correntes que vivem no seio da Igreja, tôdas cooperando na pregação

do Evangelho que é o seu alvo e objetivo único e para o qual foi fundada pelo Senhor Jesus.

Sirva isso de advertência e inspiração para todos quantos, dentro do Anglicanismo, pensem, um dia, em reviver e alimantar essa velha controvérsia, hoje de todo inadequada e fora de hora, completamente superada.

Conclusões

Falar em Igreja Episcopal é falar em Anglicanismo. Não há diferenças doutrinárias e nem de ritual. São a mesma coisa. A Igreja da Inglaterra em nada de essencial está separada da Igreja Episcopal na América ou de qualquer outro ramo da Comunhão Anglicana na Ásia, África ou Oceânia. Pequenas variantes quanto a formas de govêrno ou organização não têm sentido de separação e muito menos de antagonismo.

Nesta altura, conviria lembrar que a nossa Comunhão poderia ser apresentada como uma grande federação de Dioceses, segundo o modelo da Igreja Primitiva, isto é, do início do Cristianismo. Não seguimos o rígido sistema da grande e respeitável Igreja Latina, herdeira da tradição do império romano, no qual o César guardava para si a última palavra. O venerando e respeitável Arcebispo de Cantuária tem lugar de honra em nossa Comunhão por ser o ocupante da sé inicial do Anglicanismo, mas nada tem a ver com o govêrno das Dioceses espalhadas no mundo.

A contribuição do episcopalismo ao Anglicanismo foi obrigá-lo a enfrentar o aparecimento de uma Igreja Nacional, independente, mas disposta a guardar a fé segundo os seus padrões, a manter o Livro de Oração Comum e a governar-se de acôrdo com o seu modelo.

Com a Igreja Episcopal começou, na verdade, a Comunhão Anglicana, que hoje conta com 15 Igrejas autônomas, somando cêrca de 400 Dioceses, em todos os continentes.

A Igreja Episcopal, fiel à sua origem, está empenhada numa grande obra missionária que já alcançou diversos países, em todos êles lançando os fundamentos de Igrejas que se hão de sustentar e dirigir por si mesmas, portanto nacionais, independentes, respondendo às necessidades e peculiaridades de cada povo.

NOSSO LUGAR NO CRISTIANISMO E
NOSSAS RELAÇÕES COM OUTRAS COMUNHÕES

Revmo. Dom Plínio L. Simões

Em linhas gerais, nosso trabalho está baseado no Relatório do Congresso Anglicano de 1954.

E as razões, para isso, são óbvias: o tema de nossa tese foi amplamente debatido, naquela ocasião, e nós somente poderemos lucrar, voltando o nosso olhar para os horizontes mais amplos do Anglicanismo, reunido numa Assembléia de âmbito universal.

I — *Nosso lugar no Cristianismo*

Começamos reconhecendo, com humildade, que a nossa Comunhão, embora podendo contar com mais de 40 milhões de membros, é uma parcela bastante pequena da Cristandade que é calculada, em dados não muito precisos, em cerca de 800 milhões.

Embora reconheçamos, pois, com humildade, sermos proporcionalmente poucos, não será por falsa modéstia que deixaremos de reconhecer e proclamar que Deus nos tem reservado uma contribuição tãda especial a dar ao Cristianismo como um todo.

Somos de opinião que a Igreja de Cristo deveria constituir uma sociedade visível e unida; mas, na realidade, está ela mais que dividida. O objetivo primordial da missão redentora de Cristo foi, e é, aproximar os homens de tal maneira que venham a constituir a grande Família de Deus. Em termos gerais, praticamente todos os Cristãos concordam com que devamos ser "Um em Cristo Jesus", mas não podemos

deixar de lamentar que haja tantas fôrças contribuindo para a falta de união sincera entre os vários ramos do Cristianismo.

A Igreja do Novo Testamento apresenta-se como uma sociedade visível e unida, podendo-se tão sòmente falar em separação, no sentido da distância que mantinha isoladas as diferentes igrejas locais, mas que constituíam parte integrante de um grande todo.

E foi com a mesma característica que a *Ecclesia Anglicana* se estabeleceu na Inglaterra, como parte integrante do corpo todo: a Igreja Católica ou Universal de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Mesmo durante o período da Reforma, não alterou sua posição naquilo que constituía a essência do Cristianismo, mas discordando fundamentalmente do Papado que nega a liberdade concedida às Igrejas do Novo Testamento de divergirem em matéria não essencial, e conservarem elementos de auto-determinação.

O fervor missionário, que levou a *Ecclesia Anglicana* além das fronteiras da Inglaterra, transformou essa Igreja de características regionais numa Comunhão de índole universal.

No entanto, onde quer que estejamos estabelecidos como Igreja não nos apresentamos como a verdadeira e única Igreja, mas como quem possui uma compreensão tôda própria da Fé Cristã. Mas continuamos alimentando o ideal de ver o Cristianismo unido, do qual as igrejas locais sejam meras representantes da Igreja Cristã como um todo.

Mediante uma tal concepção, estamos em divergência com o pensamento patrístico e medieval que não concebia a possibilidade de dividir-se a Igreja, pois tôda vez que se verificasse uma separação, a Igreja permanecia indivisa, visto que a parte separada deixava de ser Igreja, por haver perdido o Cristo e a possibilidade de oferecer a salvação. Há Igrejas Cristãs que ainda se conservam dentro dêste conceito de características medievais, embora talvez um tanto modificado. Mas a Comunhão Anglicana jamais se apresenta como sendo ela mesma a "Igreja Católica", e não reconhece a igreja alguma o direito de apresentar-se como tal.

Os representantes do Anglicanismo, através dos relatórios das últimas três Conferências de Lambeth, admitem que se pode observar dentro do Cristianismo Universal uma tendência de aproximação, no sentido de ser reencontrada a verdadeira Catolicidade da Igreja de Cristo.

Um Cristianismo que se apresenta dividido ao mundo não pode ser o Cristianismo vivido pelo próprio Cristo. Pois sempre houve, e continua havendo, o perigo de grupos de Cristãos exagerarem certos aspectos da Igreja em detrimento de outros. O Cisma não somente divide, como também leva no seu bôjo o germen da separação. Comunhão alguma pode apresentar-se como padrão, nem tampouco, por si só, ministrar a plenitude da graça de Cristo. Portanto, numa igreja dividida, nenhuma das partes é possuidora da plena Catolicidade.

Entretanto, admitimos que o Espírito Santo age em qualquer igreja, cujos membros vivem no espírito de Cristo e se tornam participantes da comunidade redimida. Deus faz uso de tais grupos como instrumento em suas mãos para atingir os objetivos da Igreja estabelecida por nosso Senhor Jesus Cristo.

Sendo assim, não vemos como se possa afirmar categoricamente: "Esta Igreja é verdadeira e aquela outra não o é". É possível que uma determinada Comunhão Cristã, por suas características, possa aproximar-se mais do que se concebe como sendo a Igreja de Cristo em sua plenitude, mas as suas imperfeições não lhe permitem julgar-se merecedora de ser a verdadeira.

Temos todos de reconhecer, como igrejas separadas, que necessitamos de corrigir as nossas imperfeições com aqueles elementos da verdade que foram assimilados de modo mais feliz por outras comunhões. Mas isto somente será possível na Igreja unificada, para o seio da qual cada igreja separada possa levar as suas características próprias, que venham a fundir-se num processo de edificação e aperfeiçoamento mútuos. Para tanto, deverá haver acôrdo no que seja essencial, e boa dose de liberdade no que fôr secundário. A união das igrejas jamais poderá resultar da submissão de uma determinada igreja a outra, mas tôdas têm de reconhecer, com humildade, que sempre existe algo que se pode aceitar de outrem, visando ao aperfeiçoamento geral.

Se esta é a posição ideal, se êste é, realmente, o caminho a seguir, qual seria, então, a contribuição especial que a Comunhão Anglicana poderia oferecer com vistas à Igreja Unida do futuro?

Creemos que o Conselho Mundial de Igrejas, reunido na cidade de Amsterdã em 1948, estava certo, ao afirmar que "o abismo que nos separa são as tradições católica e protestante". Se, de fato, assim é, a Comunhão Anglicana tem realmente uma contribuição muito especial a fazer, pois ela, mais do que qualquer outra, pela graça de Deus, tem procurado manter unidas, numa comunhão visível e espiritual, ambas as tradições: a católica e a protestante.

Admitimos que existe grupos de cristãos que ressaltam com mais propriedade do que nós os elementos característicos do "Protestantismo". Reconhecemos, também, que existem outros grupos que dão mais ênfase do que nós às características do "Catolicismo", mas queremos crer que dificilmente uma comunhão cristã possa oferecer esta contribuição peculiar do Anglicanismo, isto é: de manter unidas as tradições católica e protestante, num mesmo corpo, prova de que ambas as tradições não precisam ser tão contraditórias que tenham de viver, necessariamente, separadas.

II — *Nossas relações com outras Comunhões*

Sob o tópico "Nosso lugar no Cristianismo", afirmamos que a Comunhão Anglicana, mais do que qualquer outra, pela graça de Deus, tem procurado manter unidas, numa comunhão visível e espiritual, as tradições "católica" e "protestante".

Iniciando as nossas considerações referentes a êste segundo tópico, julgamos não exagerar dizendo que nenhuma outra Comunhão Cristã tem estudado, com tanto carinho, a necessidade da União das Igrejas. Mas não sob o aspecto meramente teórico, pois tem dado passos efetivos no sentido de encontrar-se com outras Igrejas, numa ambiente de compreensão e boa-vontade.

Já na Conferência de Lambeth de 1920 veio à lume um veemente apêlo em favor da União das Igrejas. E, desde então, não cessaram as negociações com outras Igrejas, visan-

do a um maior entendimento e aproximação. Foi notória a liderança do Anglicanismo na elaboração do esquema que tornou realidade a Igreja do Sul da Índia, em 1947. Permitam-nos, igualmente, afirmar que a Comunhão Anglicana ocupou posição de relêvo no Movimento de Fé e Ordem, em Lausanne, no ano de 1927. E quem desejar certificar-se de que a Comunhão Anglicana não poupa esforços em favor da união da Cristandade, que acompanhe a vida dêste importante órgão, conhecido como Conselho Mundial de Igrejas.

Não são poucos os que julgam o ideal da União das Igrejas inatingível, mas nós continuamos insistindo em que vale a pena lutar por êle, pois "para Deus nada é impossível".

Mas o ideal não será atingido, enquanto houver um grupo que se coloca na posição de "ser a Igreja", para a qual devem ir aquêles que desejam a união. Também não resolverá a situação simplesmente admitir que, de qualquer modo, estamos unidos em espírito, se cada qual continua agindo isoladamente, como se a salvação da humanidade dependesse exclusivamente dos esforços de um determinado grupo.

Somos francos em dizer que a União, como nós a concebemos, deve ser orgânica e visível, embora não centralizada. No já referido apêlo de Lambeth, vislumbramos uma sociedade visível, com um só arcabouço de fé, sacramentos e ministério, existente na forma de igrejas regionais unidas, plenamente autônomas, mas em completa comunhão umas com as outras.

Concordamos que até lá há muito que andar. Mas o facto é que estamos andando. Nossa posição não tem sido a de lamentar a situação, ficando inativos. Temos colaborado, como já foi dito, na elaboração de esquemas que estabelecem bases para intercomunhão entre Igrejas autônomas e separadas, mediante um ministério mutuamente reconhecido. Mas estamos convencidos de que a cooperação sòmente não basta, nem mesmo que haja intercomunhão, ainda que êste passo seja recomendável com vistas à união perfeita, num mesmo corpo eclesiástico.

Prosseguindo em nossas considerações, gostaríamos de deixar claro que a União com que sonhamos não seria apenas en-

tre Igrejas-Irmãs, por assim dizer, mas sim entre Igrejas Católicas e também Protestantes.

Continuamos mantendo que pode haver união com variedade, desde que haja acôrdo em certos princípios que consideramos essenciais. Já se tornou famoso o chamado Quadri-látero de Lambeth — As Santas Escrituras, os Cremos, Os Sacramentos do Evangelho, um Ministério comum, mantido através do Episcopado Histórico.

No aludido esquema da Igreja do Sul da Índia ficou estabelecido que as Igrejas, a se unirem, não teriam de abrir mão de suas tradições doutrinárias, litúrgicas e outras, dado que se procedesse de acôrdo naquilo que fôsse realmente essencial. De igual forma, no acôrdo entre a Comunhão Anglicana e os Velhos Católicos ficou assegurado que a intercomunhão era perfeitamente possível, sem que houvesse necessidade de completa unidade na doutrina ou na liturgia.

Houve quem temesse, na Conferência de Lambeth, que, à medida que as dioceses Anglicanas iam se unindo a outras Igrejas para formarem um só corpo eclesiástico, a Comunhão Anglicana terminaria desaparecendo. Mas houve também quem, de bom grado, veria a Comunhão Anglicana desaparecer, se do seu desaparecimento resultasse a União da Igreja Cristã.

Não nos move o desejo de que outras Comunhões venham a tornar-se Anglicanas, mas que tôdas as Igrejas possam trazer a sua contribuição positiva e amalgamar tudo de tal maneira que resulte a verdadeira união.

Enquanto vamos andando pelo caminho que nos há-de levar à União do Cristianismo, temos encontrado certa dificuldade em unir nossa própria Comunhão com outras Igrejas, isto por insistirmos em abrigar, sob o mesmo teto, as tradições "católica" e "protestante".

Por exemplo pelo fato de reconhecermos que "a Sagrada Escritura contém tôdas as coisas necessárias para a salvação, de modo que tudo que nela não se lê, nem por ela se pode provar, não deve ser exigido de pessoa alguma seja crido como artigo de Fé, ou julgado como requerido ou necessário para a salvação", afirmação esta que lembra, sem sombra de dúvida, a nossa herança "protestante", e mais a interpretação

evangélica das doutrinas da Igreja e dos Sacramentos, têm sido difícil que a Igreja Ortodoxa entre em união plena com a nossa Comunhão.

Por outro lado, nossa insistência em que seja mantido o Episcopado Histórico, bem como a interpretação Anglo-Católica das doutrinas da Igreja e dos Sacramentos, em nosso meio, têm sido um obstáculo a que algumas Igrejas Protestantes se aproximem mais de nossa Comunhão.

E as dificuldades de um perfeito acôrdo, entre nós mesmos, quanto à política que devamos seguir com vistas à União das Igrejas, não são pequenas, em virtude de conservarmos ambas as tradições.

O motivo de não haver uma divisão em nossa própria Igreja é precisamente êste: quando se trata de tomar decisões de caráter final, a maioria jamais passa por cima da minoria, como se fôra um rôlo-compressor. Contudo, não esperamos até que a última opinião divergente seja vencida, até tomarmos as nossas deliberações sôbre o que deva ser feito ou não.

Pelo fato de não querermos desprezar a minoria, há, por vêzes debates que se alongam de tal maneira que tiram a paciência de um ou outro grupo, mas nem por isso as nossas assembléias perdem a cabeça, e o Anglicanismo pode continuar dando um exemplo de unidade na diversidade.

Sabemos perfeitamente que a Comunhão Anglicana tem sido alvo de críticas, por admitir situações que, aos olhos dos de fora e também dos de casa, revelam uma certa confusão. Por exemplo, jamais nós, Anglicanos, chegamos a um acôrdo sôbre se devemos ou não permitir que membros de outras Igrejas que nos visitam, especialmente as que não mantêm o Episcopado, recebam os elementos da Sagrada Eucaristia. Um visitante pode mesmo passar pelo dissabor de poder comungar numa igreja nossa, mas não em outra.

Outro exemplo: os que não conhecem a nossa Igreja poderão achar estranho que numa certa paróquia as cerimônias sejam bem mais elaboradas do que noutra, na mesma cidade.

Outras tantas situações poderiam ser lembradas, como prova de que somos liberais naquilo que não é realmente de importância fundamental.

Sempre houve quem pretendesse alterar esta situação um tanto confusa, e estabelecer normas mais definidas, mas continua de pé a pergunta: não será preferível que cada qual tenha liberdade de seguir os impulsos de sua própria consciência, dentro da variedade oferecida por nossa Igreja, a que se imponha uma uniformidade que nos colocaria oficialmente de um ou de outro lado, muito antes de termos podido chegar a um acôrdo?

*

Devemos render graças a Deus pelo fato de haver inúmeras evidências de maior amizade, entendimento e cooperação entre as várias Igrejas Cristãs, no mundo inteiro. Basta que acompanhem as atividades do Movimento Ecumênico, desde a Conferência Missionária de Edimburgo, em 1910, da qual resultou a criação do Concílio Missionário Internacional, em 1921; seguida pelo Movimento de Vida e Obra, reunido em Estocolmo, em 1925, e do Movimento de Fé e Ordem, em Lausanne, no ano de 1927, movimentos êsses que se uniram para formar o Conselho Mundial de Igrejas, em 1948.

É sumamente inspiradora a declaração daquela Assembléia: "Aqui em Amsterdam nós nos dedicamos novamente ao Senhor, e concordamos em constituir êste Conselho Mundial de Igrejas. É nosso propósito manter-nos unidos".

Ainda que se tenha a lamentar a ausência da Igreja Católica Romana nas Assembléias Internacionais do Movimento Ecumênico, que tem contribuído, de maneira extraordinária, para a aproximação das Igrejas não romanas, não deixa de ser significativo o fato de ter o Santo Ofício, nas instruções sôbre o Movimento Ecumênico, em dezembro de 1949, concedido permissão aos Católicos Romanos de manterem discussões teológicas com outros grupos de Cristãos, e, mais ainda, permissão para reuniões mistas, quando se trata de "agir em conjunto, em defesa dos princípios fundamentais do

Cristianismo, e da lei natural”, ou “quando se faz necessário reconstruir a ordem social ou questões semelhantes”.

No que diz respeito à posição do Anglicanismo em relação à Igreja Católica Romana, parece-nos oportuno transcrever o seguinte parágrafo, contido no Relatório da Conferência de Lambeth, de 1958: “Reconhecemos que haverá ocasiões em que os Anglicanos têm de assumir uma atitude de crítica em relação aos pronunciamentos ou à posição da Igreja Católica Romana, quando estiver em jogo o significado ou a aplicação do princípio de liberdade religiosa, ou as justas pretensões do Anglicanismo. Contudo, estamos certos de que os Anglicanos, por sua parte, esforçando-se sempre pela promoção da verdade, franqueza e justas negociações entre os Cristãos, farão tudo que estiver ao seu alcance, a fim de proporcionar entendimentos com Católicos Romanos, como parte de seus esforços visando à paz e à União entre todos os Cristãos”.

E, quando afirmamos que há evidências de maior aproximação entre as várias Igrejas, podemos citar os entendimentos havidos, e que continuam, entre Anglicanos e Velhos Católicos, Presbiterianos e Metodistas, e também as Igrejas Luteranas da Escandinávia e do Báltico, a Igreja Síria “Mar Thoma”, as Igrejas do Sul e do Norte da Índia, a Igreja Independente das Filipinas, as Igrejas da Armênia, da Assíria e da Etiópia, as Igrejas Reformadas da Espanha e Portugal, cujo primeiro Bispo tivemos o privilégio de sagrar, em Lisboa, em junho de 58, na pessoa do Revmo. D. Antonio Ferreira Fiandor.

No caso da Igreja do Sul da Índia, verificou-se a união real de 4 Dioceses Anglicanas da Índia, Paquistão, Birmânia e Ceilão, com as Igrejas Metodista, Presbiteriana e Congregacional. Jamais houve exemplo tão significativo, pois tornou-se possível a união entre igrejas episcopais e não episcopais.

*

Muitos anos já se passaram, desde que a Comunhão Anglicana lançou o seu veemente apêlo, na Conferência de Lambeth de 1920, apêlo que, por ser da vontade do Criador, vem

encontrando receptividade no seio das várias Igrejas Cristãs do mundo inteiro.

É bem verdade que alguns já se tornam impacientes, e consideram a União das Igrejas verdadeira utopia, mas a Comunhão Anglicana continuará ferindo esta mesma tecla, até que a Cristandade tôda caia em si e, arrependida, venha a reconhecer a veracidade desta afirmação do Cristo Eterno: "a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam êles em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste".

Sabemos que a nossa voz, aqui neste Congresso, é por demais fraca para que possa ser ouvida por todos os Cristãos, mas Deus há-de abençoar as nossas discussões em tôrno dêste palpitante assunto, qual seja: a "União de tôdas as Igrejas de Nosso Senhor Jesus Cristo".

ORIGENS BÍBLICAS DO CULTO CRISTÃO E
SUA CONTINUIDADE HISTÓRICA

Revmo. Bispo Edmund K. Sherrill

A Comunhão Anglicana se distingue entre as demais denominações cristãs por diversos pontos de sua doutrina, disciplina e culto. Profundamente influenciada pela Reforma Protestante, que ocorreu no continente europeu no século XVI, teve oportunidade de incluir em sua estrutura muitos dos principais valores que caracterizaram aquêlo movimento, mantendo-se, contudo, fiel aos princípios vitais e necessários da ordem católica e universal da Igreja de Jesus Cristo. Esta característica fundamental da nossa tradição se revela, de um modo especial, no que diz respeito ao culto, centro da vida comunitária e expressão mais profunda da obediência à palavra de Deus Triuno. A Comunhão Anglicana sempre reconheceu, e na providência divina sempre reconhecerá, a relação íntima, profunda e constante entre o estudo das Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamentos e a devoção sacramental e litúrgica da Igreja. Os Anglicanos têm contribuído de modo extraordinário para o desenvolvimento da compreensão geral da mensagem eterna das Escrituras e têm cultivado um ambiente devocional fundamentado na leitura inteligente e disciplinada da Bíblia. Também, de forma alguma, têm negligenciado a experiência religiosa secular do Corpo de Cristo, pela qual a vida espiritual é nutrida e mantida, antes de tudo, pelos Sacramentos do Evangelho. O exame desta maravilhosa relação entre a Ordem Sacramental e a Palavra Escrita de Deus é justamente o propósito do presente trabalho.

Cabe-nos examinar certos princípios sobre o culto que os homens oferecem a Deus, princípios êstes estabelecidos no

Velho Testamento e presumidos pelo Novo Testamento, fornecendo dêste modo as bases para a adoração da Igreja Cristã. Podemos resumir êstes princípios mediante quatro afirmações: *Primeira* — o culto a Deus é oferecido por pecadores, sendo, portanto, o seu propósito a reconciliação; *segunda* — a adoração a Deus está profundamente relacionada com a ética, sendo o seu propósito a moralização do homem; *terceira* — o culto é ato de obediência de uma comunidade que vem a existir em virtude de uma aliança entre Deus e os homens; e *quarta* — o culto é um auto-oferecimento a Deus, pelos adoradores, para que possam ser os Seus servos, no cumprimento da Sua missão como Criador e Salvador de todos os homens.

I

PRIMEIRO: *o culto a Deus é oferecido por pecadores sendo, portanto, o seu propósito a reconciliação.* A doutrina bíblica é clara sôbre êste ponto fundamental de que o homem está alienado do Criador e do seu verdadeiro ser. A história do Jardim de Éden e da Queda, com que se inicia o Livro Sagrado, é o símbolo da situação de cada homem e da coletividade. Não existe mais relação natural entre o humano e o divino. Não há qualquer caminho fácil a fim de vencermos as conseqüências do pecado e comungarmos com o Divino Pai. O Velho Testamento se preocupa sobremaneira com êste problema fundamental da religião, como se pode verificar, por exemplo, na famosa e angustiante pergunta do profeta Miquéias: "Com que me apresentarei ao Senhor, e me inclinarei ante o Deus altíssimo? Virei perante êle com o holocausto? Com bezerros de um ano? Agradar-se-á o Senhor de milhares de carneiros? De dez mil ribeiros de azeite? Darei o meu primogênito pela minha transgressão? O fruto do meu ventre pelo pecado da minha alma?"

O cristão não encontra no Velho Testamento resposta adequada a esta pergunta. O preço enorme do pecado foi pago, porém, pelo próprio Deus mediante a morte sacrificial de Seu Filho Jesus. Em Cristo os homens encontram o novo caminho para comungarem com Deus, visto que o pecado foi vencido e redimido pelo precioso sangue de Cristo, o Redentor. Esta doutrina se expressa claramente nos capítulos

nove e dez da carta aos Hebreus, onde o autor faz uma comparação entre os ritos da Velha dispensação, incapazes de tirar o pecado por meio do sangue de touros e bezerras, e o sacrifício de Cristo, oferecido uma vez para sempre, e sempre eficaz, para desbravar perante o pecador um novo e iluminado caminho que o conduz a Deus. A Santa Eucaristia é, pois, o único sacrifício e oblação realmente eficaz para tirar os pecados, de que os homens se podem utilizar, por ser ela a comemoração do sacrifício do Calvário, que traz ao adorador, no presente, todos os benefícios da sua redenção, proporcionando-lhe verdadeira comunhão com Deus. A nossa *conclusão* é esta: qualquer pessoa, que se convença da realidade do seu pecado e da sua grande necessidade de Deus, deve vir participar, humilde e agradecida, dos sacramentos, por meio dos quais o perdão divino lhe é concedido e a reconciliação efetuada.

SEGUNDO: *a adoração a Deus está profundamente relacionada com a ética, sendo o seu propósito a moralização do homem.* Certamente não há necessidade de provas da imensa herança bíblica no campo moral. Tal herança não é constituída apenas dos Dez Mandamentos mas, também, da mensagem profética e da experiência religiosa secular do povo de Israel. Existe sempre no homem, contudo, uma tendência para disassociar a religião ou melhor, o culto, da sua conduta diária. Neste fato se baseiam algumas das acusações mais fortes dos profetas contra o culto dos seus dias, riquíssimos, solenes e seguidos apenas da injustiça e da iniquidade. Assim fala Amós, em nome de Deus, contra tal tipo de adoração: "Aborreço, desprezo as vossas festas, e as vossas assembléias solenes não me dão nenhum prazer. E ainda que me ofereçais holocaustos, e ofertas de manjares, não me agradarei delas; nem atentarei para as ofertas pacíficas de vossos animais gordos. Afastai de mim o estrépito dos vossos cânticos, porque não ouvirei as melodias dos vossos instrumentos. Corra, porém, o juízo como as águas e a justiça como o ribeiro impetuoso".

A existência de uma lei divina é para o homem sentença de morte, se êle não possui força para obedecê-la. Tôdas

as exortações dos profetas não adiantam, se não há algo que transforme a sua fraqueza em força, a sua falta de vontade de fazer o bem em desejo ardente, o seu egoísmo em amor. São Paulo viu com bastante clareza que Jesus Cristo é a resposta divina ao problema moral claramente analisado na tradição judaica. A sua carta aos Romanos é uma exposição objetiva da situação do pecador condenado pela lei santa e justa de Deus e, ao mesmo tempo, da maneira como Cristo vem em nosso auxílio para nos transformar interiormente pelo seu poder enquanto permanecemos ainda tolhidos pelo pecado. A conclusão do apóstolo é apresentada no capítulo doze da referida carta aos Romanos, que começa com as seguintes palavras: "Rogo-vos, pois, irmãos, pela compaixão de Deus, que apresenteis os vossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus". A graça divina, o perdão de Cristo, a reconciliação pelo sangue do Crucificado, vem a nós para nos transformar, para nos capacitar a obedecer a santa vontade de Deus no viver diário. É certo que, sem o auxílio de Deus, não podemos agradá-lo. Esta é a razão por que temos os sacramentos do Evangelho, fontes de poder e meios de graça, através dos quais podemos nos oferecer a Deus sem inácula de pecado, e caminhar pelas veredas da obediência às Suas leis. *Conclusão:* qualquer pessoa, que procure viver de acôrdo com os mais altos padrões de moralidade, deve vir participar, humilde e agradecida, da vida sacramental da Igreja, pela qual o poder de Cristo passa a habitar nela e possibilita a sua mais perfeita obediência.

TERCEIRO: *o culto é ato de obediência de uma comunidade que vem a existir em virtude de uma aliança entre Deus e os homens.* No Velho Testamento, verificamos como Deus chamou Abraão e proporcionou a sua família um destino especial, como Deus libertou o seu povo do jugo de Faraó por meio da travessia maravilhosa do Mar Vermelho, como Deus solenizou uma aliança eterna com este povo no deserto perto do monte Sinai, como Deus garantiu a este mesmo povo um lugar na terra da promessa. Tudo foi feito visando a

uma comunidade, a uma nação santa, a um sacerdócio real. A religião de Israel, pois, sempre foi a resposta desta comunidade aos atos divinos de que haviam regulado a sua própria existência.

Êstes fatos são fundamentais para a compreensão do culto em Israel, e igualmente do culto cristão. No Livro de Êxodo, capítulo 24, há a narrativa da celebração da primeira aliança, feita com o povo de Israel. Moisés subiu ao monte onde ouviu a palavra de Deus a qual deveria transmitir a todo o povo. Ao descer, edificou um altar e realizou um culto com sacrifício. Leu os mandamentos de Deus e, depois, tomando o sangue dos animais que haviam sido sacrificados, o aspergiu sobre o povo, dizendo: "Eis aqui o sangue do concerto que o Senhor tem feito convosco sobre tôdas estas palavras".

Esta aliança, porém, não foi perfeita nem suficiente, devido à desobediência do próprio povo de Deus. Os profetas predisseram, portanto, uma segunda aliança que aperfeiçoaria a primeira. Esta é estabelecida pela vinda de Cristo e selada com o seu sangue, conforme as suas próprias palavras: "Êste cálice é o sangue da *Nova Aliança* que é dado por vós e por muitos para a remissão dos pecados. Fazei isto quantas vêzes o beberdes em memória minha". E, conseqüentemente, pelo sangue de Cristo, o sacramento do altar, é que a aliança santa — que inclui o povo de Deus, pedra fundamental da religião da Bíblia — é firmada, comemorada e tornada eficaz para tôdas as gerações. O Cristianismo, como o Judaísmo, não é uma religião de indivíduos separados mas de um povo, de uma comunidade, de uma família.

A adoração é um ato de obediência a um mandamento divino, uma resposta aos atos misericordiosos de Deus. Convém lembrar aqui as palavras do teólogo Millar Burrows no seu livro *UM ESBÔÇO DA TEOLOGIA DA BÍBLIA*: "O sistema ritual da religião do Velho Testamento foi sempre diferente da mágica dos legisladores sacerdotais e historiadores pela aplicação da idéia da Aliança (concerto). Todos os ritos complicados da tradição sobre o culto foram subordinados à idéia dominante do que foi isto, que o próprio Deus requereu, foi êste o caminho da reconciliação e da comunhão

com Ele como Ele mesmo o ordenara". A nossa *conclusão* é evidente: a constituição do povo escolhido encontra a sua perfeita realização na vida sacramental da Igreja Cristã. Qualquer pessoa que pertença ou quiser pertencer à família de Deus participará, humilde e agradecida, destes sacramentos.

QUARTO: o culto é um auto-oferecimento a Deus, pelos adoradores, para que possam ser os servos de Deus no cumprimento da Sua missão como Criador e Salvador de todos os homens. No primeiro livro da Bíblia, Gênesis, lemos as seguintes palavras acêrca da vocação do patriarca Abraão: "Ora o Senhor disse a Abraão: Sai-te da tua terra e da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei, engrandecerei o teu nome, e tu serás uma bênção. E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas tôdas as famílias da terra". Aqui temos uma enunciação clara sôbre o princípio do propósito universal da religião bíblica. Esta missão universal é declarada inúmeras vêzes pelos profetas. Devido, porém, às circunstâncias históricas da pequena nação israelita, houve um forte movimento em sentido contrário. Pouco a pouco, essa nação, incumbida de uma missão universal, fechava-se cada vez mais sôbre si mesma, procurando desta forma preservar sua pureza contra a contaminação racial, os costumes pagãos, a idolatria. Êste movimento se manifestou na regulamentação dos sacrifícios, que acabaram sendo centralizados em um só templo em Jerusalém, onde foram realizados com grande solenidade mediante um ritual complicado e dispendioso.

Com a vinda de Jesus Cristo terminou esta anomalia e a missão universal de Israel foi reconquistada. Todos os homens são unidos num só povo e numa só família mediante a fé no Salvador do mundo. Não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, mas todos são um em Cristo e têm acesso Nêle ao Pai de todos nós. Êste fato tremendo e revolucionário tem a sua expressão no culto sacrificial da Igreja Cristã que substitui e aperfeiçoa os ritos e cerimônias do velho Israel. A Santa Eucaristia é o culto sacrificial de um movimento missionário. Usam-se pão e vinho, coisas comuníssimas, que

qualquer pessoa pode oferecer. O rito é tão simples que se pode celebrá-lo em casas particulares, nas prisões, nos túmulos, bem como nas grandes basílicas e onde estejam dois ou três reunidos no nome de Cristo. Ainda mais: através dêste sacramento, o mundo todo, e todos os homens, são oferecidos a Deus por aqueles que crêem. Finalmente, neste culto, a própria morte é vencida pelo poder e pela presença do Cristo ressurreto, de maneira que se unem os céus e a terra e somos um, não apenas com todos os homens de tôdas as nações que habitam a face da terra mas somos um, também, com aqueles que já passaram além do véu e que esperam conosco a vinda triunfante do nosso Deus, e Senhor Jesus Cristo. *Conclusão:* no culto sacramental da Igreja de Cristo encontramos o significado de tôda a existência humana e participamos desde já do nosso destino eterno com Cristo. Qualquer pessoa, portanto, que tem fome e sede da verdadeira fraternidade humana e que busca de todo o coração a verdadeira significação da sua vida, deve participar, humilde e agradecida, dêste sacramento. Esta doutrina é a das Escrituras Sagradas, bem como da tradição católica e apostólica da Igreja. A adoração não pode ser separada da doutrina. Citamos certas frases de Hardman no seu livro **A HISTÓRIA DA ADORAÇÃO CRISTÃ**: "A adoração de Deus da parte do homem, mediante seu culto e vida moral, está condicionada à extensão e veracidade do seu conhecimento a respeito do mesmo Deus. De acôrdo com o que êle pensa, assim adora e orienta a sua vida. Quando a sua concepção de Deus é falsa e imperfeita, a sua moralidade é falha e o seu culto deficiente, ainda que sejam grandes a sua intenção e sinceridade. O verdadeiro culto a Deus está na dependência do verdadeiro conhecimento de Deus".

O conhecimento de Deus, da Sua natureza e do Seu plano, nos é revelado nos Seus atos registrados nas Escrituras Sagradas, e principalmente na Encarnação do Seu Filho Jesus Cristo. A Liturgia da Igreja obedece perfeitamente à revelação testemunhada pela Bíblia, e por si mesma revela o próprio Deus.

Na segunda parte, pretendemos examinar os dois principais sacramentos, Batismo e Eucaristia, à luz da revelação do Deus vivo, Senhor de toda a história, nas Escrituras. Deus é um só, eterno e imutável, e os Seus atos poderosos formam uma unidade maravilhosa, um plano que se desenvolve dentro do tempo e do espaço. O Deus de Abraão, de Moisés, de Davi e dos profetas, é o mesmo que se revela na morte e ressurreição de Cristo, é o mesmo que hoje nos dá a Sua graça inefável. O centro deste plano divino está em Jesus Cristo, conforme o testemunho apostólico. O que foi antes de Cristo é figura e tipo da Sua vinda, o que vem depois de Cristo é sacramento do Seu reino e antecipação do Seu triunfo final.

O Santo Batismo é uma figura da Morte e Ressurreição de Jesus Cristo. Nas orações finais, na Administração deste Sacramento, conforme o LOC, encontramos uma expressão que evidencia este fato: "Humildes te suplicamos que, sendo morta (esta pessoa) para o pecado, viva para a retidão, e, sepultada com Cristo na sua morte, seja também participante da Sua ressurreição". Pela água do Batismo o candidato participa da morte de Cristo, sendo assim libertado da lei do pecado e da morte, assim como participa da vida eterna do Cristo ressurreto. Ao mesmo tempo, a água batismal nos faz lembrar outros atos poderosos de Deus, anteriores à Sua Encarnação, que prepararam o mundo para a vinda do Cristo. Os dois principais são o dilúvio, registrado no livro de Gênesis, do qual Noé foi preservado pela providência divina, e a travessia do Mar Vermelho, milagrosa libertação do Velho Israel então sob o jugo egípcio. Estes eventos, pois, são figuras da Morte e Ressurreição de Cristo, como São Paulo esclarece nos primeiros onze versículos do capítulo 10 da sua primeira carta aos Coríntios. Isto não quer dizer que não foram eventos reais e históricos. Aconteceram justamente como a morte de Cristo aconteceu. Mas o seu significado final depende da vida e da obra do Filho Unigênito de Deus. Da mesma maneira, quando dizemos que o sacramento do Batismo é no seu modo de ser uma figura da Morte e Ressurreição de Cristo, não queremos dizer que a administração da água não seja um even-

to real em si mesmo. Ao contrário, a incorporação de uma pessoa no Corpo de Cristo é um acontecimento tão concreto quanto a própria morte do Senhor da Igreja. O significado, porém, do Batismo depende daquele evento que ocorreu na longínqua Palestina, ao qual os apóstolos testemunharam, e pelo qual somos libertados da lei do pecado e da morte.

O padre francês Jean Danielon expressa esta idéia chave na sua obra *A BÍBLIA E A LITURGIA*: "No Êxodo, na Morte e na Ressurreição do Cristo, e no Santo Batismo, é a mesma ação redentora que é cumprida nos diferentes níveis históricos: o da figura, o da realidade e o do sacramento".

As figuras e tipos da Santa Eucaristia são muitos e mais uma vez encontram o seu centro, a sua explicação, na Morte e Ressurreição de Jesus Cristo. A Epístola aos Hebreus estuda de um modo especial a preparação para o verdadeiro culto sacrificial constituída pelas cerimônias do velho Israel. A Páscoa dos judeus é uma figura da salvação em Cristo, "pois é êle o verdadeiro cordeiro Pascoal que foi imolado por nós e tirou os pecados do mundo". Poderíamos citar muitos outros exemplos, mas êstes são suficientes para confirmar a tese, que os eventos do Velho Testamento são figuras da Morte e Ressurreição de Cristo, e, portanto, figuras dos sacramentos cristãos

Ao mesmo tempo os sacramentos não comemoram apenas eventos passados, como, também, prefiguram coisas que estão para vir. O Santo Batismo incorpora o candidato na Morte de Cristo, e, também, na Sua Ressurreição, de maneira que participe desde já do eterno reino de Cristo e espera com fé a Sua Vinda com poder para ser o Juiz dos vivos e dos mortos. A Santa Eucaristia é uma comemoração da Morte e Ressurreição de Cristo como eventos reais do passado; é, também, um banquete messiânico, uma antecipação do dia final quando comeremos e beberemos com Cristo na perfeição do Seu Reino Divino

Quando estudamos os sacramentos da Igreja, à luz das Escrituras, verificamos que são ritos que resumem todos os

atos poderosos de Deus desde a Criação do mundo até a consumação de tôdas as coisas. Pelos sacramentos, a nossa vida de hoje vem a ser incorporada de uma maneira concreta e dramática ao plano divino revelado aos profetas e apóstolos e cujo centro é a Encarnação, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador. A *conclusão* a que chegamos então é esta: os sacramentos e a liturgia são fundamentados nos eventos bíblicos e na doutrina das Escrituras Sagradas. Eles não podem ser compreendidos a não ser através de um estudo do texto sagrado. Ao mesmo tempo, os eventos bíblicos, e de um modo especial aquêles que dizem respeito a Jesus Cristo, podem ser vividos e os seus benefícios tornados presentes e eficazes unicamente por intermédio da vida sacramental da Igreja. A liturgia nos leva ao estudo da Bíblia. O estudo da Bíblia nos leva a nos colocar de joelhos e assim participar agradecidos dos sacramentos.

O Revmo. Bispo da Diocese Meridional disse na sua pastoral dêste ano o seguinte acêrca da "tremenda autoridade doutrinária da Bíblia": "A Igreja, desde cedo, reconheceu essa autoridade, para que as Santas Escrituras fôsem interpretadas não individualmente, mas dentro da comunidade dos fiéis. A "doutrina dos apóstolos" não comporta o tipo de exegese literalista e dispersiva que faz de cada cabeça uma sentença dogmática. A Bíblia constitui, antes de tudo, um clima espiritual em que Deus executou os atos portentosos da nossa Redenção. E é dentro dêste mesmo clima espiritual — na companhia dos remidos, que êstes atos divinos adquirem realidade e sentido doutrinário para nós como indivíduos. Ainda mais, cabe à Igreja manter essa atmosfera bíblica de intensa adoração e expectativa, para que, segundo a promessa de Cristo, o Espírito Santo continue a guiá-la a tôda a verdade".

A manutenção da atmosfera bíblica depende de dois fatores principais: o estudo do texto sagrado pela Igreja tôda, e a celebração litúrgica dos atos divinos que nos proporcionam nossa salvação. Um biblicismo divorciado da vida sacramental levaria ao dogmatismo estéril, à excessiva intelectualização, ao romanticismo acêrca do passado, ao individualismo, à fragmentação do Corpo de Cristo. Um sacramentalis-

mo divorciado da Bíblia degenera em mágica e superstição, em ritos obrigatórios cujo sentido não é compreendido pelos adoradores, na destruição da liberdade e dignidade concedidas aos Filhos dos homens pelo Filho de Deus, na perda da fé e a sua substituição pela crença. Êstes perigos não são imaginários. Existem. Que o mesmo Deus que manifestou o Seu poder e a Sua misericórdia às gerações passadas nos preserve dos mesmos e nos guie nos caminhos certos da Sua Palavra e dos Seus Sacramentos.

O SENTIDO E O VALOR DA EUCARISTIA
NA VIDA DIÁRIA

Rev. Jacé C. Maraschin

I

Antes de considerarmos o valor da Eucaristia (1) na vida diária é necessário compreendermos o seu significado e o seu lugar na longa história do Cristianismo. Os muitos títulos que a qualificam apenas indicam a riqueza de seu conteúdo e a impossibilidade teológica de se encontrar uma palavra que transmita o seu significado cabal. Chamemos êste Sacramento de Ceia do Senhor ou Missa, Divina Liturgia ou Santa Comunhão, Santa Ceia ou Santa Eucaristia, estaremos apenas dando testemunho da limitada apreensão humana das verdades celestiais e manifestando a nossa imensa necessidade de comunicação.

O Sacramento do Corpo e Sangue de Cristo procede, naturalmente, da Última Ceia celebrada pelo Senhor antes de sua Paixão e Morte. O amplo trabalho realizado em recentes décadas, por estudiosos especializados, apenas tem acrescentado evidências à ligação dêste Sacramento com o próprio Senhor Je-

1 A palavra *Eucaristia* usada para designar êste Sacramento significa "agradecimento", "ação de graças". O Novo Testamento usa as expressões "partir do pão" e "ceia do Senhor". A palavra Eucaristia, contudo, está implícita em certas porções do Novo Testamento e é largamente usada na Igreja Primitiva. Além do *Didaquê*, os escritos de Santo Inácio de Antioquia e de Justino Mártir consagram o seu uso.

sus Cristo. (2) O certo, também, é que a Ceia adquire sentido quando é apreciada no contexto da vida do Cristo. Jesus, o Verbo Encarnado, viera para trazer os homens à aceitação completa de Deus e do perdão, no Reino eterno. Sua vinda já era o próprio estabelecimento do Reino. Suas palavras e atos faziam parte da construção dessa nova existência.

Os evangelhos estão cheios de referências ao Reino de Deus. "O pensamento do Reino", afirma V. Taylor, "tão central no ensino galileu, fulge na própria sombra da Cruz. Jesus vive e morre absorvido no pensamento do Reino de Deus". (3) É fácil verificarmos a existência desta ênfase. O sentido de uma comunidade redentora estava presente nos atos de Jesus desde o início de seu ministério. Chamou apóstolos. Formou um núcleo humano. Produziu coesão entre os seus seguidores. A força, no entanto, desta comunidade, estava, inegavelmente, na presença permanente do Senhor. Era êle que a levantava na hora do desânimo e determinava a maneira de agir no momento da incerteza. Não podemos imaginar o surgimento e a formação da Igreja Primitiva sem esta familiaridade com Jesus. A morte de Cristo poderia ter esfacelado os alicerces do Reino se algo profundamente misterioso não tivesse acontecido. Convém lembrarmos também a presença constante do elemento escatológico na pregação do Reino "O Reino está entre vós", e "o Reino virá" são os dois polos paradoxais por onde o Evangelho oscila. Jesus refere-se continuamente ao final dos tempos, à consumação dos séculos. Na noite anterior à sua morte, reunido com os apóstolos, estabelece uma Nova Aliança: "Este é o Cálice da Nova Aliança". No seu sacrifício e morte estava a redenção do homem e aquela noite traria aos discípulos a memória da salvação que viera.

Além disso, ao se reunirem para o "partir do pão", teriam a sua presença real: "Isto é o meu Corpo oferecido por vós". O Reino continuaria a existir "entre vós", apesar de sua morte, pois na Eucaristia os discípulos teriam o encontro necessário com o seu Senhor. O Reino estaria vivo no meio do

-
2. Veja a discussão dêste assunto em Brilioth, "Eucharistic Faith and Practice Evangelical and Catholic", capítulo I.
 3. "Jesus and His Sacrifice", pág. 259.

mundo, garantido pelo poder da sua ressurreição; efetivado pelo "anúncio" da sua morte até que tudo se reunisse em Deus no final dos tempos, e no mistério do reconhecimento de Jesus no Partir do Pão.

Podemos concluir que a Santa Comunhão, na sua origem, foi estabelecida pelo Cristo para ser o sinal efetivo da continuação de seu Reino entre os homens até que se realize a consumação final dos tempos. Foi assim o início de um novo convênio, o surgimento do Novo Israel. Diversos estudiosos modernos concluem, seguindo esta linha de pensamento, que a fundação formal da Igreja fêz-se ali no Cenáculo, quando Jesus Cristo instituiu a Eucaristia. (4)

II

Os diversos elementos da Eucaristia

1 *Ação de Graças*

Jesus Cristo anuncia aos discípulos que será a última vez que comerá com eles até que se reúnem no banquete celestial. Lembremo-nos de que a Páscoa judaica era uma ocasião de alegria para Israel. Esta alegria escatológica estava presente em Jesus Cristo apesar da sombra da morte que se aproximava. Havia, além da morte, a certeza do Reino vindouro. A nota de alegria e ação de graças permeia a celebração inteira embora não seja este o seu único elemento.

2 *Comunhão*

A célula inicial de uma grande família estava reunida. Ali cada pessoa encontrava comunhão com o próximo e com o Cristo. Podemos ir mais longe: descobria-se uma nova comunhão com o mundo, com os objetos e, o que é mais importante, com o próprio eu; I Cor. X:17 expressa a idéia de comunhão eucarística: "Porque nós, embora muitos, somos

4. Veja o artigo "The Church", de K. L. Schmidt, em "Bible Key Words", vol. I, editado por G. Kittel.

unicamente um pão, um só corpo; porque todos participam do único pão." A literatura da Igreja Primitiva é abundante sobre este aspecto (5). Mais do que as palavras, o ato da comunhão expressou sempre o sentido profundo da irmandade cristã. A participação do mesmo pão e do mesmo vinho significava a unidade do Corpo de Cristo, reunido no próprio Senhor.

3 *Comemoração e Proclamação*

"Fazei isto em memória de mim". A idéia de comemoração da morte de Cristo está presente nos escritores do Novo Testamento. A Eucaristia relembra não só a morte, mas o próprio Cristo que viveu na carne. Testifica a vinda de Jesus Cristo na história humana. Richardson, ao estudar os Pais Apostólicos sobre este assunto, conclui que os docetas, que não acreditavam que Cristo veio na carne, não compreendem a Eucaristia porque nela está o testemunho de que "o Verbo se fez Carne" e que o Evangelho da Encarnação refere-se a um acontecimento histórico real (6).

Além disso o significado bíblico de *memorial* é mais rico do que o seu sentido profano. Lembrar alguma coisa diante de Deus é tornar vivo o ato lembrado, trazido do tempo para a eternidade, onde a memória humana não tem significado algum. É trazer do passado para a eternidade de Deus que, por sua vez, é presença permanente em todos os tempos. Pertence ao poder de Deus. É por isso que ao lembrarmos o Cristo no Santo Sacramento nós o fazemos pela iniciativa de Deus e, sendo um ato divino, é uma presença. Assim o Reino se constrói em cada memorial e Deus acrescenta novos elementos de seu poder no "partir do pão". Ao comemorarmos a

5 Baseado no Didaquê, interessa-nos este hino eucarístico recentemente traduzido para o Hinário Episcopal: "Qual grão outrora dispersado/ E agora unido neste pão,/ Assim a Igreja no teu Reino/ Alcance eterna e santa união".

6. "An Introduction to the Theology of the New Testament", pág. 366.

memória de Cristo ,fazemo-lo presente, e trazemos ao mundo a proclamação de sua realidade.

4. *Sacrifício*

A idéia de sacrifício está presente na mente do homem. Diz Maurice que "quando o senso de dependência é restaurado ao homem pela descoberta de sua própria incapacidade — quando lhe é restaurada a confiança pela descoberta de que o Senhor de todos também quer o seu bem — êle se apresenta para render-se e oferece um sacrifício que é a expressão de sua entrega" (7).

Na Páscoa judaica a oferta do primogênito era a dedicação e a consagração de toda a nação a Deus. Na Eucaristia temos um sacrifício perfeito. A oferta do Corpo e do Sangue de Cristo, originada em Deus, torna-se presente, como sendo a fundação do Reino. Cristo, reunindo a humanidade em si, apresenta-a diante do Pai, em sacrifício absoluto. Jesus oferece diante de Deus a rendição do homem. Assim, no dizer do teólogo, "a Revelação de Deus é a revelação de um sacrifício" (8).

No Livro de Oração Comum pode parecer que existe a idéia de que o Sacrifício é todo nosso: "aceiteis benignamente êste Sacrifício de louvor e ação de graças"; "e aqui oferecemos... nossos corpos e almas, em sacrifício racional, vivo e santo..." A idéia, porém, não perdura quando descobrimos que êste Sacrifício só é nosso na medida em que nos unimos ao sacrifício de Cristo: "sejamos cheios de tua graça e bênção celestial, e feitos um só corpo com êle". É que "os sacrifícios são de Deus, não somente no fato de serem oferecidos a êle, mas em que Deus os origina e prepara" (9).

5. *Mistério*

Poderíamos dizer que Mistério é tudo aquilo que desafia o nosso entendimento e permanece oculto depois mesmo de

7. F. D. Maurice, "The Doctrine of Sacrifice", Sermão II.

8. Idem. Sermão XII.

9. Idem. Sermão X.

ser experimentado. Diz Tillich que é impossível expressar-se a experiência do mistério em linguagem comum (10).

O Novo Testamento deixa que se perceba um elemento de mistério ao redor da pessoa do Cristo. Mais vivo é quando estudamos a Eucaristia. O simples fato do homem entrar em comunhão com Deus situa-se além da esfera dos fenômenos comuns. O Livro de Oração Comum se refere ao Pão e ao Vinho consagrados como "santos mistérios". Vê-se, então, que o mistério maior está no fato de Deus ser espiritual e ao mesmo tempo ter valorizado os elementos materiais. Deus alcança a estrutura material do mundo através da carne de seu Filho. A revelação está mediada no tempo e no espaço pela matéria.

Brilioth, estudando este aspecto do Sacramento, assim classifica os seus elementos de mistério: a) a presença pessoal de Cristo em cada celebração, como o verdadeiro sacerdote que reparte os dons do seu perdão na Santa Mesa; b) a presença do Senhor no Sacramento, em que ele não somente preside mas também se dá aos fiéis através do pão e do vinho; c) a presença do Cristo no Corpo Místico, unindo todos os fiéis vivos e mortos, no que chamamos de Comunhão dos Santos. (11)

6 *Presença*

O novo Testamento não defende nenhuma teoria especial da forma ou modo como Cristo está presente no "partir do pão". Faz mais do que isso. Dá testemunho da experiência mística dos cristãos da época. O Senhor é reconhecido presente no "partir do pão", e é este acontecimento glorioso que torna a Igreja nascente tão poderosa e cônica de sua missão no meio do mundo.

"O pão que partimos não é a comunhão do Corpo de Cristo?", diria São Paulo ousadamente, enquanto os escritos do IV Evangelho enchiam de ardor a alma dos primeiros adoradores: "Se não comerdes a carne do Filho do Homem e não

10. Paul Tillich, *Systematic Theology*, Vol. I, págs. 108 e 109.

11. Brilioth, *op. cit.*, pág. 286.

beberdes o seu Sangue, não tendes vida em vós mesmos. Quem comer a minha carne e beber o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia. Pois a minha carne é verdadeira comida e o meu sangue é verdadeira bebida. Quem comer a minha carne e beber o meu sangue, permanece em mim e eu nêle” (6:53-56).

7 Síntese do Evangelho

A Santa Eucaristia é ainda a síntese do Evangelho. É o lugar correto onde podemos avaliar tôda a experiência religiosa da Igreja. É, podemos dizer, a porta da compreensão da Igreja. Resume o Evangelho porque nela estão contidos todos os elementos do *Kerygma* (pregação apostólica) e nela se realiza o alvo supremo de Cristo: a sua dádiva por amor e a sua aceitação da nossa miséria humana. Na Eucaristia, ao comunarmos, aceitamos a aceitação de Deus em Cristo e recebemos em nós mesmos a redenção que já foi feita uma vez para sempre. É, talvez, porisso que Richardson afirma ser “sòmente no culto eucarístico da Igreja que a teologia do Novo Testamento pode ser verdadeiramente entendida” (12). Nem dogmas, nem mesmo a Bíblia tem o poder de expôr o Evangelho tão existencialmente como êste ato sacramental.

No século dezenove Maurice escrevia: “Pergunte a você mesmo, solene e sèriamente — posso encontrar o cristianismo, o cristianismo que desejo, e cristianismo de atos, não de palavras, o cristianismo de poder e vida, o cristianismo católico, divino e humano, para homens de tôdas as terras e épocas, todos os gostos e dons, todos os temperamentos e necessidades, como eu encontro neste Sacramento?” (13).

III

Tão variado em significado e tão rico em realidade espiritual, como foi tratado pela Igreja êste Sacramento?

A expressão registrada em I Coríntios 11:26, “Tôdas as vezes que comerdes êste pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor até que êle venha”, dá ênfase à freqüência

12. Op. Cit., pág. 387.

13. F. D. Maurice, *The Kingdom of Christ*, edição de 1838, I, pág. 287.

do seu uso. O cristão evangelista, cheio de ardor missionário, sabia que nesta celebração havia uma proclamação viva, um testemunho real e perene, uma nova interpretação da existência e da história. Ao compreender êste fato não hesitava em "anunciar a morte do Senhor", pôsto que era "morte salvadora".

Oscar Cullmann, após exaustivo estudo do culto cristão dos tempos do Novo Testamento, conclui que, como regra, "não havia reuniões da comunidade sem o partir do pão, e que, mesmo se houvesse ofícios que fôsem exclusivamente da Palavra, teriam sido exceções" (14). A Igreja, como Corpo de Cristo, realizava-se nas reuniões da comunidade quando todos participavam da presença do Senhor que era a sua vida e a razão de ser. O mesmo processo da Encarnação é revitalizado na presença sacramental.

O livro dos Atos dos Apóstolos apresenta êste aspecto da prática primitiva: "Diàriamente perseveravam unânimes no templo, partiam o pão de casa em casa..." (2:46). O resultado dêste intenso convívio com o Senhor, na Comunhão, vê-se claramente no versículo seguinte: "Enquanto isso acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos" (47).

Vê-se que mais tarde a celebração era a maneira oficial de se comemorar o primeiro dia da semana: uma renovação da presença resurrecta do Cristo.

Santo Inácio de Antioquia, morto por volta do ano 110, recomenda aos fiéis a prática constante da Eucaristia e, convida que seja sempre grande o número dos participantes neste Sacramento, pois é "remédio de imortalidade, antídoto para não morrer, mas para viver para sempre em Cristo" (15).

O Didaquê (Doutrina Dos Doze Apóstolos), situado no ano 150, assim se expressa: "Nos domingos do Senhor, reunivos e parti o pão, dando graças e confessando antes os vossos pecados, para que o vosso sacrifício seja puro" (16).

A Santa Comunhão era cercada de respeito e veneração. Diz Justino Mártir (morto cêrca do ano de 165), na sua Pri-

14. Early Christian Worship, pág. 29.

15. Epístola aos Efésios, 70, 71.

16. Capítulo 14.

meira Apologia, após ter descrito a maneira da celebração: "Êste alimento é chamado entre nós de *Eucaristia*, do qual ninguém pode participar se não crer que o nosso ensino é verdadeiro e se não tiver sido limpo com a lavagem para a remissão de pecados e regeneração e que, assim, vive como Cristo quer. Pois não recebemos êste alimento como pão e vinho comuns. . ." (17).

Com o passar dos anos a Eucaristia foi emoldurada pela devoção, pela piedade e pela arte. Na alta Idade Média era celebrada todos os dias e, até mesmo, muitas vêzes num só dia. Quando a Igreja começou a se deturpar verificaram-se também muitos abusos com respeito ao Sacramento do Altar. O declínio da Idade Média é exuberante em "missas solitárias" e "comunhões sem comungantes". O Sacramento da comunhão e do amor transformou-se num ato de individualismo e de separação.

Teólogos de valor ergueram o seu protesto e a Reforma do século XVI procurou corrigir o mal. Não foi contra a frequência das celebrações que êles ergueram suas vozes mas, isto sim, contra as celebrações onde o povo não passava de mero expectador, sem ao menos comungar. Massey Shepherd Jr., no seu livro *Adoração e Vida*, diz que "todos os reformadores, com exceção de Zwinglio, insistiram no sentido de que a Santa Comunhão devia ser o ofício principal nos domingos e dias santos. Sabiam perfeitamente que esta era a prática e a tradição da Igreja Primitiva" (18). Tanto Lutero como Calvino expuseram altos conceitos sobre a Santa Eucaristia. No *Pequeno Catecismo* o reformador alemão concita os pastôres a que preguem de tal forma que os fiéis desejem receber a Comunhão sem a necessidade de leis (19), enquanto Calvino denomina a Eucaristia de "Sagrada comunicação da própria carne e sangue", pela qual Cristo incute sua vida em nós, não sendo, diante de nós, "um sinal vazio", pois "oferece e mostra a coisa significada a todos os participantes desta festa espiritual" (20).

17. Capítulo 66.

18. Op. Cit., pág. 160.

19. Bettenson, *Documents of the Christian Church*, pág. 289.

20. *Christianae Religionis Institutio*, Livro IV, cap. XVII.

Na Comunhão Anglicana o Santo Sacramento ocupa lugar central. É o fundamento de sua vida eclesial e é o alimento espiritual dos seus milhões de fiéis. No seu comentário ao Livro de Oração Comum Massey Shepherd claramente confirma este princípio: "A Santa Comunhão é o ato primeiro e central do culto incorporado da Igreja, e a participação regular na sua observância é obrigação solene de todos os fiéis de Deus". (21).

Em 1681 foi publicado na Inglaterra um tratado de Isaac Barrow, grande estudioso anglicano, presbítero e professor, concitando os eclesianos à comunhão freqüente, aduzindo em favor o exemplo da Igreja Apostólica, sendo esta prática a força que fez perseverar no fervor santo da piedade homens e mulheres comuns. (22)

A Teologia Anglicana do século XVII apresenta grande acervo de obras sobre a Eucaristia. Passado o primeiro ímpeto da Reforma e serenados os espíritos, a perspectiva histórica podia agora apreciar o Sacramento no seu devido lugar. Thomas Ken, bispo anglicano de Bath e Wells, em 1684, podia exclamar: "Eu não posso explicar como tu, que estás nos céus, estás presente no altar; mas eu creio firmemente, pois tu o disseste..." (23)

A questão da Presença Real de Cristo através dos elementos toma grande parte da atenção, notando-se no pensamento geral da Igreja o reconhecimento de um milagre ao evitar qualquer teoria que explique o acontecimento. (24) John Cosin, em controvérsia sobre a Transubstanciação admite que "o Corpo e o Sangue de Nosso Salvador não sómente são representados apropriadamente pelos elementos, mas

21 The Oxford American Prayer Book Commentary, pág. 65.

22 Works, ed. 1818, Vol. V, págs. 606 a 608.

23 The Practice of Divine Love, ed. 1685, Pág. 75.

24 Veja Lancelot Andrewes, Responsio ad Apologiam Cardinalis Bellarmini; também o seu XVI Sermão de Natal: "Na Bendita Eucaristia existe uma espécie de união hipostática do sinal e da coisa significada, de tal forma unidos, como as duas naturezas de Cristo".

também, por virtude de sua instituição, realmente oferecidos a todos, por eles, e assim comidos pelos fiéis de modo místico e sacramental" (25).

Quando o Movimento de Oxford sacudiu a Igreja da Inglaterra, despertando os eclesianos à grande ação missionária e social, os seus líderes entenderam bem que nada poderia ser realizado, com bases profundas, se não houvesse um centro de adoração e vida. A Eucaristia foi novamente estudada e, como acontece nas histórias dos grandes movimentos, Pusey e Keble foram buscar no exemplo da Igreja Primitiva a inspiração para os seus princípios. O próprio movimento evangélico não abandonaria a prática da Eucaristia embora desse ênfase especial à pregação.

Nos dias presentes a Comunhão Anglicana está incorporada no salutar Movimento Litúrgico, classificado pelas grandes autoridades contemporâneas como um dos acontecimentos de maior importância na vida interna e externa da Igreja.

Os grandes documentos da Fé Cristã, publicados pela Comunhão Anglicana, dão testemunho vigoroso da proeminência do Santo Sacramento na vida comunitária da Igreja e na vida diária dos seus membros. O Congresso Pan-Anglicano, realizado em Mineápolis, em 1954, devotou sua atenção ao estudo do elemento sacrificial na Eucaristia, e a Comissão Especializada que na última Conferência de Lambeth (1958) examinou a questão, adotou com aprovação geral as seguintes palavras de A. G. Hebert: "O Sacrifício Eucarístico, este centro tempestuoso de controvérsia, está encontrando em nossos dias uma expressão verdadeiramente evangélica da parte dos "católicos", quando se insiste que a ação sacrificial não é, de modo algum, a re-imolação de Cristo, ou em sacrifício adicional ao seu único sacrifício, mas a nossa participação nêle. O verdadeiro celebrante é Cristo, o Sumo-Sacerdote, e o povo cristão reúne-se como membro do seu Corpo para apresentar diante de Deus o Seu Sacrifício, e ser oferecido em sacrifício através de sua união com Cristo" (26).

25 Citado em P. E. More e F. L. Cross, *Anglicanism*, pág. 468

26 Lambeth Conference, 1958, pág. 284.

Passamos agora para a última parte dêste nosso trabalho que é a apreciação desta teologia e a prática na vida diária de cada indivíduo cristão.

John Donne, deão da catedral de S. Paulo, em 1621, escreveu êste pensamento: "Já terás considerado que o digno recebimento do Sacramento consiste na continuação de uma vida santa após a recepção tanto quanto num preparo antes de recebê-lo?"

É, talvez, inspirados nesta pergunta do grande escritor do século XVII que somos forçados a concluir que, como membros da Igreja, deveríamos viver à luz da Comunhão que acabamos de receber, preparando-nos para a próxima vez em que a receberemos. Torna-se ponto constante de referência em nossa vida comum. É uma espécie de razão de ser para a atividade e para a meditação, um profundo manancial de inspiração e refrigério, de poder e graça divina.

A vida humana é cheia de angústias e problemas. A angústia é, talvez, o seu problema máximo. Nascida de nossa insatisfação básica conosco e com o mundo, e da nossa incapacidade de responder totalmente ao apêlo divino, deixam em nossas consciências o estigma da culpa. Ameaçada pela perda de tudo o que possui na transitoriedade em que se encontra, a vida humana não oferece segurança alguma. Desesperados procuramos forjar teorias absurdas nas quais somos o absurdo maior. Sistemas políticos reclamam para si valores un'versais e eternos que pertencem ao Cristianismo. Cultos estranhos procuram cativar a procura ansiosa do homem.

Há vinte séculos foi proclamado o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo. Em rápida síntese podemos dizer que o Evangelho é a Boa Nova de que Deus aceita a vida humana, com suas angústias e problemas, e tem o poder de transformar o que somos em novas criaturas. O nosso problema, a nossa ansiedade, é a separação de Deus. É vivermos longe de Deus, com a consequência de nos concentrarmos em nós mesmos, no mais completo egoísmo.

O Evangelho expressou-se em Cristo, o Deus Encarnado. Na oferta de Jesus Cristo a humanidade inteira é trazida

a uma nova aliança com Deus. Estabelece-se uma Igreja. A presença dêste ato supremo de Cristo é a força que manterá viva a comunidade cristã através dos tempos. A Santa Eucaristia é a perpetuação do sacrifício de Cristo pela salvação humana, através dos tempos, e o testemunho de sua ressurreição. É a gratidão da alma humana pela salvação de Cristo, além de ser, como já vimos, a proclamação, a comunhão e a irmandade, num clima de mistério divino.

O homem contemporâneo tem assim, na sua frente e dentro de si, pela Eucaristia, a revivência do Evangelho, a recepção do amor de Deus, manifesto no perdão e na aceitação

O sentido e o valor da Eucaristia na vida diária está prêso de maneira íntima ao que dissemos na primeira parte dêste estudo.

Tomemos agora o nosso Livro de Oração Comum. A primeira parte do Ofício Eucarístico é uma solene preparação. Começa com oração, pois é neste ato que expressamos a nossa vontade de conhecer a Deus. Ouvimos a Epístola e o Evangelho, vivos hoje, falando à nossa vida diária. O Credo reafirma a fé confessada pela Igreja através de incontáveis gerações e o Sermão instrui-nos na recepção do Evangelho. Esta é a preparação ritual. Pressupõe uma preparação fora da Igreja. Pressupõe uma vida que deseja encontrar o Senhor nosso Deus e buscar n'Ele a resposta para a angústia de cada dia.

Vem o Ofertório. É a entrega de nós mesmos. Trazemos ao Altar de Deus o nosso dinheiro, os nossos talentos, os nossos corpos e almas, com tudo o que possuem: pecados, ignorâncias, sofrimentos e enfermidades. O Ofertório é o ato supremo da humildade. Aqui depositamos diante de Deus a nossa imensa indignidade. É porisso que a Confissão de Pecados faz parte da ação do Ofertório. Isto pressupõe em nossa vida diária o reconhecimento de nosso pecado e a disposição de trazer-mos diante de Deus tudo o que fazemos e temos na vida comum.

O ponto central da Eucaristia é a Consagração. As nossas ofertas são recebidas por Deus, num mistério de amor. Unimo-nos aqui à oferta perene de Cristo. O Santo Sacrifício de Cristo se une ao nosso. Sòmente em Cristo a oferta humana torna-se digna. E dá-se a consagração do Pão e do Vi-

nho porque o Cristo recebe êstes elementos em si, devolvendo-os com a sua presença. Quer dizer, na vida diária, um despreendimento pelos bens materiais. Em última análise êles são de Deus, e é só entregando-os, com reverência, que os recebemos de volta, com um novo significado e uma nova realidade.

Tendo os elementos consagrados acercamo-nos do altar. É a Comunhão. O Senhor Jesus dá-se agora ao povo fiel. "De tal modo comamos a Carne de teu amado Filho Jesus Cristo, e bebamos seu Sangue, que nossos corpos pecadores sejam purificados por seu Corpo, e nossas almas lavadas por seu preciosíssimo Sangue, e que sempre vivamos nêle, e êle em nós". Esta dádiva é a efetivação do dom do Evangelho. Somos de tal maneira aceitos pela misericórdia de Deus que em nossos próprios corpos e almas o Senhor se digna habitar, realizando a frase bíblica de que somos templos do Espírito. Esta expressão do seu amor, que aniquila a distância entre o eterno e o temporal, que acontece entre símbolos humildes e realidades cotidianas não envolve nenhum mérito de nossa parte. Porisso o Ofício Eucarístico termina com uma sincera nota de Ação de Graças. Fortalecidos com a Presença e com o poder de Cristo, suplicamos agora "que perseveremos em tão santa companhia, fazendo tôdas as boas obras que preparaste para andarmos nelas..." e exultamos na alegria do Gloria in Excelsis. A Bênção e a Paz que excedem tôda a compreensão humana são as armas que a Igreja nos dá ao sairmos do altar para carregarmos no mundo prosaico o sublime poder da aceitação de Deus

Não podemos, portanto, pensar na Eucaristia sem referência aos atos redentores de Deus em Cristo, mas, é também verdade, não podemos imaginá-la sem as nossas frágeis vidas humanas. É porisso que êste Sacramento está no centro da vida da Igreja. Precisa estar no centro de cada vida humana. O movimento Litúrgico e os grandes movimentos educacionais da Igreja contemporânea, diante do testemunho da história, tem voltado a atenção, à freqüência da celebração eucarística. Se é, realmente, um sacramento de sentido e valor na vida diária, se é uma síntese do Evangelho e se transmite, em verdade, a presença de Cristo, deveremos então considerar seriamente a nossa maneira de usá-lo. Talvez devamos buscar

em Massey Sherpherd a palavra conciliatória. No seu livro traduzido entre nós temos a sugestão que segue: "O programa ideal de culto incorporado na Igreja, conforme traçado no Livro de Oração, é raramente realizado em qualquer de nossas paróquias. Isto importaria a realização das Orações Matutina e Vespertina diárias, incluindo os domingos, freqüente uso da Lítania, e celebração da Santa Comunhão, com preparo próprio, pelo menos aos domingos e dias santos, não meramente como um ofício "extra", mas como parte da vida incorporada regular de toda a paróquia" (27).

Não basta a Igreja fazer a oferta. É preciso que os eclesianos compreendam e, na Comunhão, saibam "discernir o Corpo do Senhor".

O reavivamento litúrgico de nossa época não deve ser encarado como a ressurreição de gestos vazios e cerimônias do passado. É, antes de tudo, um esforço para trazer o homem comum com sua vida diária diante de Deus e do Evangelho de Deus. É um desejo intenso de tornar viva a família da Igreja, com significado fora da Igreja. Assim a Eucaristia é levada aos lares, às fábricas, aos hospitais e prisões. Nas paróquias é o Ofício da Família reunida. Os eventos comuns da vida, aniversários, casamentos, formaturas, mortes, são trazidos ao contexto da Comunhão. É uma restauração do princípio bíblico da Encarnação em que o Verbo e o Sacramento unem-se numa grande missão salvadora. A Palavra fala da situação em que o homem se encontra e apresenta o Cristo como resposta. O Sacramento objetiva o encontro neste diálogo perene entre o Senhor e a Sua Igreja.

27 "Adoração e Vida", págs. 171 e 172.

O HOMEM E A SUA SALVAÇÃO

Rev. Dr. José Del Nero

Que É o Homem?

O homem é um animal com algumas diferenças e algumas especificidades. Será que existe grande diferença entre o homem e o animal? Será pelo seu sistema nervoso mais complexo?

O cão tem um sistema nervoso mais complexo que o da lesma, entretanto, permanece mero cão. O cavalo árabe tem o sistema nervoso mais complexo que o cachorro e, entretanto, continua sendo cavalo árabe. . . As diferenças entre o homem e o animal são muitas

O homem é capaz de civilização. Ele edifica cidades, escreve letras, elabora filosofias e inventa milagres. A capacidade máxima do animal é o repetir-se. Ele se veste, desveste, emigra; como era no princípio, será sempre. Por que é que o animal é incapaz de civilização? Por que as suas experiências não são aproveitadas? Por serem experiências individuais. Ele trabalha em compartimentos estanques, não há comunicação. É por isso que ele é incapaz de civilização: não coopera, não troca, não se organiza. A civilização é essencialmente um simpósio: A — contribui com isso e B — contribui com aquilo. Mas o que se dizer dos cardumes e dos enxames? Eles se amontoam, não se associam. Outra especificidade do homem: o homem conjuga o verbo viver em todos os tempos e modos. É senhor do tempo. O animal é senhor tão sómente do atual; é prisioneiro do agora, do aqui e do presente, nada mais. E por ser o homem senhor do tempo, ele constroi conscientemente. O passado lhe serve de alicerce para o futuro.

O animal constroi por instinto. O João de Barro, por exemplo, constroi porque constroi; não se supera, não se justifica, não planeja, age apenas por instinto. O homem constroi

conscientemente pelo poder do pensamento abstrato. É um animal racional, porque possui um princípio de vida, uma essência espiritual, em uma palavra, uma alma. Pela inteligência, conhece espiritualmente o material; arranca, por assim dizer, o material do espiritual. A vontade tem um tropismo incoercível, uma tendência insopitável.

Ora, esta tendência para o espiritual só pode provir de uma essência espiritual. O efeito deve ser adequado à causa. A águia tem olhos agudos, mas não abstrai, não generaliza, não faz ciência, e é por isso que não pode construir conscientemente. O animal é escravo do particular: vê chapéus, mas não vê chapéu; não se concentra, não arranca o espiritual do material. Por que? Porque não pode abstrair. Essa capacidade de abstração é privativa do homem que é de essência espiritual. O cão por exemplo, traz o chapéu que viu o dono usar, e quando alguém traz outro chapéu, não o identifica. Não o reconhece porque êle é escravo daquele determinado chapéu. O homem faz comparações, como por exemplo: Fulano é maior poeta do que Beltrano. O que vem a ser isto? Um ato mental, espiritual, por ter a essência espiritual. O animal não procede assim porque o mais não pode proceder do menos. O animal não tem o que o homem tem, uma essência espiritual! E essas caudais do pensamento abstrato, desembocam no mare-magnum da linguagem. Mesmo as linguagens primitivas, salietam os entendidos, não se compõe de gritos. Há uma gramática. E o homem êsse animal com raciocínio e com uma essência espiritual, não sòmente fala como também rí. Por que? Porque o rir é próprio do homem. Êle rí até de si mesmo devido ao seu pensamento abstrato.

O homem transforma, domina e manipula o meio. A face da terra é o grande barro do grande oleiro, de cuja substância êle faz para sí o telescópio, o microscópio, o rádio, a televisão e outras realizações. O homem é essencialmente um dominador; o animal um dominado. Eis o mito do Gênesis. Quando o homem dava nomes aos animais, não queria dizer que êle realmente estava dando nomes e sim que êle dominava. Essa capacidade do oleiro não pode ser explicada por categorias animais. Seria um ilogismo flagrante, uma conclusão maior que as premissas. Seria colher figos de laranjeiras.

O homem domina o meio manipulando-o e transcendendo-o por ser de essência espiritual. Face à grandeza do universo, o homem se pergunta como Davi, lá nas mais recuadas épocas: "Que é o homem para que te lembres dêle?". Poderemos responder como o pensador: "O homem é cosmicamente cômico e estelarmente absurdo". Mas será verdade? Não! Em face dos colossos astronômicos o homem é um astrônomo. Ele mede o sol, analisa o seu conteúdo e, no entanto, o sol não o vê e nem dêle toma conhecimento, por não ter capacidade para tal. O homem admira as estrêlas. "Os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra de suas mãos". Salmo 19.1. Contudo as estrêlas não o vêem. O próprio valor dessas tremendas maravilhas, desse universo maravilhoso encontra no homem a sua razão de ser. E o homem, nesse sentido, é a medida de todas as cousas. Davi, ou aquele que escreveu o salmo oitavo disse: "... êle foi feito pouco abaixo dos anjos". E apesar da sua pequenez, é êle que dá sentido a todas as cousas. O homem é capaz de civilização. É senhor do tempo, senhor do meio e também possuído de imperativos éticos. O animal termina nos impulsos. O impulso é o seu Alfa e o seu Omega, seu princípio e o seu fim. Êle não tem imperativos éticos, nem imperativos categóricos como o homem. "Eu deixei de fazer o que devia ter feito e fiz o que não devia fazer". E por ser possuidor de imperativos categóricos é uma criatura paradoxal, um sêr de antítese; da mesma fonte, contrárioamente àquilo que diz o Apóstolo, "Jorra água doce e jorra água amarga".

É a beleza no mundo no dizer do poeta, o paradigma dos animais, mas também a quinta-essência do pó. "É um sêr de contrastes, é a glória e o sedimento do Universo" como diz Pascal. Êsses imperativos categóricos geram situações paradoxais, e essas situações paradoxais caracterizam a nossa civilização moderna. O mesmo homem cria a penicilina e lança a guerra bacteriológica e o mesmo homem que descobre a ciência nuclear, usa bombas pavorosas! Êsse mesmo "Homo Sapiens" esse "Homo" cientista, está gerando um "Frankenstein". As alternativas da civilização moderna, por o homem ser o que êle não é, são essas: amor ou bombas, "agape ou armagedon". E êsse paradoxo é porque o homem é um sêr

livre, e porque livre, de essência espiritual. O animal é estável não tem escolha porque não tem essa centelha espiritual. Tudo para êle está muito bem. Mas o homem é capaz de livres escolhas. Será mesmo? ou êle é u'a máquina, quase perfeita, condicionada a botões? Nós pensamos que escolhemos, mas isso é uma ilusão. O que existe com o homem é isto: êle é um Robot muito perfeito. Eu preciono certos botões que dão o verde ou o vermelho. E êle pensa que está escolhendo. Não, a liberdade de escolha é um fato. A escolha é realmente minha.

Conceituação de liberdade. Fundamentos.

Consciência popular: A consciência popular se revolta ante certas ocorrências criminosas que atingem a sociedade. Haja vista o infanticídio ha pouco ocorrido na Guanabara e a reação que provocou no povo e nos próprios detentos. Isso significa que nós somos responsáveis pelas nossas ações porque somos livres.

Consciência psicológica: Dá o mesmo testemunho; na fase deliberativa eu sei que poderia ter deliberado de outra maneira; na fase decisiva eu sei que poderia decidir de outra maneira; na fase executiva eu sei que poderia ter executado de outra maneira.

Consciência moral: Eu não sou responsável pela minha digestão, mas sou responsável por meter a minha mão no bolso do meu vizinho. Eu sei que fiz uma coisa que não devia fazer, porque eu sou responsável.

Consciência social: Orienta todos os contratos que nós fazemos. Eu compro um terreno, recebo a escritura etc. Tudo isto está baseado no fato de que existo e que sou um sêr livre. Então pela consciência popular, pela consciência psicológica, pela consciência moral, pela consciência social eu sei que sou um sêr livre. Contudo, no determinismo há algo de verdade. É que a liberdade é limitada. Eu sou condicionado pela minha hereditariedade. Biologicamente certos indivíduos nascem com tendências morônicas, pesadonas, outros nascem com uma vivacidade mental muito grande, assimilam com grande rapidez. Uns nascem com um uma fôrça formidável, outros nascem com uma fôrça menos ponderável. Tudo isso é nossa herança biológica. Elementos biotípicos. Somos muito depen-

dentes de nossa hereditariedade, do nosso ambiente, mas não somos função cega do ambiente, nem da hereditariedade. Aliás nós estamos cercados de limitações, somos uma ilha. Um jovem por exemplo, escolhe uma companheira e rejeita outra. O artista, desenhando o animal, tem de se limitar às formas daquele animal. O cientista, se não se tornar dócil como uma criança, obediente, limitado, não pode entrar no reino da ciência por estar esta limitada por leis. Então aí está algo de verdade. Nos admitimos que há uma limitação de nossa liberdade, mas, a minha escolha não é mera resultante dessas forças já citadas. A minha escolha criadora se resume em uma frase: há dependência, mas não escravidão. Prossigamos, o que é o homem? O sêr humano é uma pessoa e o animal, indivíduo. Quando eu aponto para um determinado homem eu instintivamente, por um ato reflexo já digo: Quem é aquêle? Agora se apontar para um animal eu já não digo: quem é aquêle, e sim que é aquilo? É preciso distinguir entre individualidade e personalidade. Só o homem tem personalidade, a coisa ou o animal é uma individualidade e, mais ainda, o homem é consciente de si mesmo, afirma o mesmo EU de hoje e afirma o mesmo EU de ontem. Eu não só existo, eu sei que existo; não só penso, eu sei que penso. Mais ainda, o homem é um animal filósofo êle vive não só de pão, êle vive de "porques". Êle não só vive de pão e de ar, mas de sentido. Eu passeio com o meu filho pelo campo e êle pergunta:

— Papai, que é aquilo?

— É uma vaca, meu filho.

— Por que?

O homem não só indaga, êle se inquieta, sempre se movendo como a própria esfera em que êle habita. Em dados momentos, nós já temos sentido, êle se sente imigrante, estrangeiro, peregrino na sua própria terra. Aliás o autor desconhecido de Hebreus diz que nós somos peregrinos e forasteiros em demanda de uma cidade permanente. Vezes não poucas, nós sentimos os versos do salmista quando dizia: "Leva-me ó Senhor para uma rocha que é mais alta do que eu". Conta-nos o grande cônego Richardson, descrevendo êsse particular do homem, que êle pode se assemelhar a um urso polar. Êle se desprende lá do Polo, e está numa fração dêsse

gêlo; e a medida que êsse gêlo vai se afastando do Polo o urso se torna cada vez mais impaciente. É isso mesmo. Eis o homem. "NOLENS VOLENS", quer queiramos ou não, nós suspiramos por Deus enquanto os animais suspiram, no máximo, pelas correntes das águas. O homem é um animal essencialmente inquieto e sendo inquieto se rebela. Tôdas as especificidades dependem de uma especificadora que é a alma. Raciocinemos agora por absurdo. Se o animal fôsse homem e o homem mero animal, como querem alguns, reduzir-se-ia sómente à gordura, a ferro, a fósforo, a potássio, a magnésio, e o seu valor seria de duzentos cruzeiros, se houvesse comprador. E essa matéria, por combinações fortuitas, teriam produzido uma Sinfonia de Beethoven, uma Suma Teológica, e as maravilhas que são as produções do sêr humano. Não há mais sem razão, não há maior absurdo, nada mais esdrúxulo do que isto. Mas o homem é também de essência espiritual, êle é um composto substancial de alma e corpo. Corpo sem alma morre imediatamente porque o corpo é enformado pela alma.

Uma alma sem corpo, são olhos em quarto escuro. "Não caímos - como diz Maritain muito bem -, nem na falácia angelista nem na falácia animalista." Êle é ambas as coisas: tem uma alma e tem um corpo. Não estamos vivendo por desgraça. Platão é que afirmava que nós vivemos aqui por desgraça. A matéria é algo de triste, algo que deve ser desprezado. Plotino que velejava na rota de Platão, nunca se deixou pintar. Não porque fôsse feio; pelo seguinte: êle achava que o corpo é algo de tão desprezível que não merecia essa honra. Essa não é a doutrina cristã. Tôda criatura de Deus é boa. Nós cremos na religião da encarnação: "E o verbo se fez carne". SARX no original grego, é carne das mais comuns. O Evangelista não hesitou em usar aquela palavra: "e o verbo se fez carne". As coisas materiais são meios de graça. Nós cremos não só na imortalidade da alma, mas na ressurreição do corpo, numa vitória total sôbre a morte, corpo e alma. E a raiz do Evangelho social está em que Cristo não veio salvar sómente a nossa alma, mas nosso corpo, o nosso universo, e a sociedade também. Êle veio trazer justiça social, acabar com essa montanha russa, uns lá em cima outros cá em baixo. A raiz do Evangelho social está justamente aqui: que nós não

cremos na mera imortalidade da alma e sim na ressurreição do corpo. E aqui terminamos as especificações do homem! É um pecador. Há muita gente que não gosta da expressão: Pecador. Mas é isso que ele é, é alheiado de Deus. O que é o pecado? É o seguinte: é a troca de Deus pelo Eu. É a soberba, é o egoísmo, é fazer-se centro do universo, e esse pecado não está nas pessoas menos categorizadas, está em gente respeitável.

Na queda nós aprendemos isso. "E sereis como deuses". O homem se pôs no lugar de Deus. Eis a sua imensa tragédia. Agora, diante deste fato, o homem precisa de Iluminação ou de Rendação, de mais escolas, de mais universidades ou de um Salvador? Ele precisa de um poder extrínseco, um poder de fora, ele não precisa de mais educação - tirar alguma coisa que está nele. Eram várias as teses dos pagãos, que o pecador era um mero ignorante e nada mais. Ele pode se levantar com os laços do próprio sapato. São Paulo era um iluminado, contudo, eis a expressão da sua tremenda tragédia interior: "O bem que quero, esse eu não faço e o mal que não quero precisamente esse eu pratico". Ele precisava algo mais do que iluminação, precisava de um força de fora. "Tudo posso naquele que me fortalece". "E graças a Deus que em Cristo sempre me faz triunfar". Não devemos nos iludir, no mais profundo do nosso ser nós somos maus. Nós fazemos um ou outro ato bom e esses atos bons, são bons, como dizia Santo Agostinho, mas "são vícios esplendidos" às vezes porque não provem da fé. "Nada há em nós que esteja são". É a expressão da nossa confissão geral que é admirável. Ele é mau. Precisa de algo de fora que o redima, que o salve. Não mera educação; nós precisamos é de salvação e de restauração. O homem está no hospital de câncer e não pode sair da cama com seus próprios esforços, porque ele está perdido. Ele se fez substantivo. Recordamos num dos nossos primeiros contatos com a gramática: O que é um substantivo? e surgia sempre a resposta categórica e elementar: É uma palavra que subsiste por si só. Muito bem. O homem quer ser isto: uma realidade que subsista por si só. Independência. Ele não quer saber de Deus. Ele quer ser o centro de todas as coisas: "Sereis como Deus" e daí a sua grande tragédia. É como diz o grande Bispo católico romano de Nova Iorque, que é de uma lucidez notável, professor de

filosofia da Universidade de Lovaina: "O homem usou uma caneta para abrir latas, e o resultado está aí". "O salário do pecado é a morte". Êle não precisa de mais iluminação, mas de um salvador, de redenção. Daí Deus não se manifestar a nós numa teofania, mas em algo de mais íntimo. Êle se tornou carne, para que nós participássemos da sua vida. Êle se tornou pequeno para que nós nos tornássemos grandes; não por Êle, mas pela vida d'Êle. Nós temos um salvador que nos livra do pecado original. E o que é o pecado original? É uma inclinação tremenda que vem de geração em geração devido ao homem ter se feito Deus. "Em pecado me concebeu minha mãe", diz o salmista. E êsse pecado original, essa tendência incoersível para o mal é de verificação empírica. Eu tenho dois filhos. Dou um carrinho para o Josué. O Pedro só quer brincar com aquêlo carrinho e o Josué não quer isto. Conferencio com minha espôsa. Vamos comprar um carrinho igual para os dois. O Pedro quer o carrinho do Josué e o Josué quer o carrinho do Pedro. . .

— Mas não são iguais, meu filho?

— São, mas eu quero aquêlo.

Aí está uma das poucas evidências do pecado original.

Nós cremos no progresso inevitável, o homem é essencialmente bom, precisa de um pouco de iluminação, universidades? Não! O que dizermos do ano de 1914? O que dizer-se do ano de 1939? E o que dizer-se do ano de 19. . .? Ninguém sabe. Cultura não falta. A essência do pecado, portanto é Deus desentronizado, e a essência da salvação é Deus entronizado. Nós não cremos numa depravação total, mas cremos que há uma maçã deteriorada em determinado caixote e que compromete tôdas as outras. Não uma depravação total como quer uma escola exageradíssima. Não. Mas cremos que há uma maçã deteriorada nessa caixa. Outra figura: Somos uma moeda antiga cuja efigie está apagada. Mas em Cristo há restauração dessa moeda. A moeda é cunhada de novo, os contôrnos aparecem claros, a inscrição aparece nítida e a efigie é revivida. Cristo liberta o canceroso do hospital. "Quem me livrará do corpo desta morte?" E a resposta é simples: "Graças a Deus que nos dá a vitória por Nosso Senhor

Jesus Cristo". Salve êsse bendito Salvador; e como os discípulos enchiam a Jerusalem, com o sagrado nome que é sôbre todo o nome, enchamos também nós a todos os setores onde Deus nos tenha posto com a notícia de que a Graça de Deus em Cristo se manifestou trazendo salvação a todos os homens. O que de mais nós precisamos é de um evangelho sem amálgama, que nos faça imitar aquêlê que montou o cavalo branco do Apocalipse e que saiu para vencer. Falamos que o homem precisa de salvação. Agora terminemos caracterizando essa salvação.

S a l v a ç ã o

O que é a salvação? Somos salvos de que?

Somos salvos da culpa dos pecados passados. "Seu pêso é insuportável". Mas o sangue de Jesus nos purifica de todos os pecados. "Êle salvará o seu povo dos seus pecados". Contamos o grande Bispo Ingram, pregador admirável pela sua lucidez e pela sua profundidade, versando êste ponto do estudo da salvação, o seguinte: Inspeciona-se um regimento. A impressão do general é ótima. Resultado: alguns prêsos são livres. Nós temos as boas novas do bom nome, do nome que é sôbre todo o nome. Portanto, estamos livres da culpa do pecado. "Fiel é esta palavra e digna de tôda aceitação. Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores". Nós o amamos porque Êle nos amou primeiro. Êle nos salva também da morte. Se a morte é o fim de tôdas as coisas essa vida é um conto, como diz o poeta saxão, contado por um idiota, cheio de fúrias e de sens e que nada significa". Nós procuramos cobrir essa insegurança, às vezes, com anedotas, mas no fundo de nossas almas, nos recantos mais profundos de nossa mente, nós nos perguntamos: Se o pó não fôsse a última palavra, se o resultado de todos os nossos esforços, canseiras, tristezas, incompreensões, não fôsse um vasto zero, que beleza... Será que há uma resposta? Conta um teólogo Anglicano que um rapaz estava morrendo ali na linha de frente. Foi o capelão se arrastando e disse: Meu amigo, você precisa ir para a linha de retaguarda para ser convenientemente medicado, está muito ferido. Diz o rapaz: Reverendo eu sei que estou no fim, eu sei que vou morrer, daqui uns mo-

mentos estarei fertilizando rosas. Êsse é o destino do homem: ser um futuro adubo. É o que o rapaz estava pensando. Será que há salvação, alguém que nos salve da morte? Há. É Aquê-le de quem se disse que é as primícias dos que dormem, o primogênito de muitos irmãos. Êle aboliu a morte e trouxe à luz a vida e a imortalidade; não que não morramos mais, o rádio aboliu as distâncias no sentido delas se tornarem irrelevantes. Assim também, nós vamos morrer, mas a morte já não é a rainha dos terrores e sim a rainha dos favores. Já não é uma porta, é uma comporta que nos levará àquela cidade maravilhosa, cidade das 12 portas, cidade quadrangular, cidade perfeita à direita de Deus, onde há fartura de alegria, onde há delícias para todo o sempre. Aboliu a morte e nos livra da culpa do pecado. Mas nos salva para que? Simplesmente apagou a lousa e disse: "Teus pecados são perdoados?" Não. Êle escreve nesta mesma lousa: "Vida". É para isso que nos salva. Vida abundante. Jesus nos integra no nosso verdadeiro centro, no centro do meu universo que é Deus. Há muitas falácias modernas no que tange a salvação do homem. A falácia da psicanálise. Diz o meu bom amigo psicanalista: "Determinado indivíduo precisa ser integrado em seus amigos, em seus empregadores, êle precisa aprender a "Ménager les choses", precisa se adaptar perfeitamente à sociedade onde vive. Mas meus amados irmãos, quando o indivíduo está integrado em Deus e recebe esta vida que verdadeiramente é vida, vezes não poucas, êle se torna um perturbador. Jesus foi crucificado justamente com essa acusação: "Êle perturba o povo". Outra falácia; que êle se salve pela cultura, mas o máximo da cultura é alargar o conhecimento sobre o homem, sobre a natureza e sobre a história. Há benemerência nessas coisas, mas são integrações no que parece, não o que é. O homem precisa de uma medicina eterna; êle tem fome do real, tudo mais são cisternas rôtas que não podem reter as águas. Êle não pode chegar ao pôrto com as caldeiras próprias, mas com as caldeiras de Deus. "Sem mim nada podeis fazer". Como diz Maritain muito bem: "Pode-reis fazer é grandes nada". Então êsse salvador nos integra em Deus e nos integrando em Deus nós haurimos a vida de Deus. Eis aí a salvação. Somos salvos da culpa do pecado. Somos salvos da morte, somos salvos para alguma coisa de formidável, de indescritível, salvos para a vida de Deus na alma do homem.

Estou convencido de que a vera essência da encarnação, o significado mais profundo dela está aqui nesta palavrinha grega: "Zoé". Jesus encarnou para nos trazer vida, a vida de Deus na alma do homem. Êle encarnou para que nós fôssemos participantes dos poderes do século futuro, para que nós herdássemos como diz S. Paulo as armas para derrubar fortalezas. Vamos derrubar essas fortalezas. Nós temos um tesouro formidável. Um rapaz ama, e nesse amor êle encontra um novo dínamo. E nós dizemos: fulano, salvou-se, gostou daquela moça, está outro rapaz, irreconhecível. Salvou-se. Por que? Êle foi arrancado de si mesmo. O mesmo mecanismo funciona em religião. Cristo nos amou e se deu a si mesmo por nós. Arrancou-nos de nós mesmos e nos centralizou em Deus e ,nos centralizando em Deus, poderemos haurir de sua fôrça tremenda. Somos salvos então para vitalidade do primogênito de muitos irmãos, e a salvação, e isso é importante, plenifica-se com o tempo, e onde? Na Igreja. Eu acho que, nessa matéria como em muitas outras, nós todos deveríamos pertencer à alta Igreja; nessa ênfase da Igreja como continuadora de nosso Senhor Jesus Cristo. Mas alguém me dirá: essa Igreja tão cheia de misérias? De uma feita Napoleão conversava com o Bispo de Roma e disse com tôda franqueza como era de seu costume: "Um dos meus maiores ideais é destruir a Igreja". O Bispo de Roma, então com muita ironia, retrucou: "Meu amigo, nós aqui dentro já procuramos destruí-la tantas vêzes e não conseguimos, como é que o senhor vai destruí-la?". É isso mesmo, a Igreja apesar dos pesares é o corpo de Jesus e nós somos membros dêsse corpo. Berdyaev, êsse maravilhoso teólogo leigo da Igreja Ortodoxa, conta que um judeu começou a se interessar muito pelo cristianismo e foi ao centro de uma determinada Igreja: "Eu quero conhecer a Igreja alí nas origens, onde ela é mais forte". Dirigiu-se a êste local e lá ficou muitos meses. De volta ,alguém perguntou a êsse senhor israelita: "Que tal?" Êle disse: "Meu amigo, estou convertido. Pertencô àquela Igreja". "Mas como?" "Sim, diante de tanta coisa feia que eu vi lá e a Igreja continuou, eu não tive dúvida: ela está formada realmente sôbre um poder Divino". É isso mesmo. Mas alguém me dirá que crendo no Senhor Jesus Cristo estará salvo; "nada de Igreja, nada de sacramento, nada de ministério de palavra!". "S. Paulo deve ser in-

terpretado por São Paulo”, e êsse mesmo Apóstolo que usou a expressão: “Crê em Jesus e serás salvo” nos fala do complemento de Cristo, na coluna e apóio da verdade. A Salvação plenifica-se no tempo, e dentro da Igreja. Nada de cristianismo isolado. Muitos se contentam em ter a Bíblia em casa e se expressar em cânticos. Não basta. Cristo amou a Igreja e deu-se a si mesmo por ela e amou-a não com palavras, amou-a com sangue. “Extra Ecclesiam Nulla Salus”, dizia Tertuliano. Fora da Igreja não há salvação. Essa afirmação é passível de exagêro, mas tem algo de verdade notável que é a salvação de Cristo plenificada dentro da Igreja, porque a Igreja é a extensão do próprio Cristo. A Igreja é o cuidado dessa alma redimida pelo sangue do Cordeiro.

T e o r i a s :

Origenes achava que Cristo nos salvou porque o homem pecou, então Jesus foi uma espécie de refém, uma espécie de resgate. Santo Anselmo o grande Arcebispo de Cantuária provindo de Aósta, fazia a seguinte explicação: “A honra de Deus foi ofendida pelo pecado, e o pecado é o crime de lesa magestade”. Cristo, o Homem, aplacou a ofensa dos homens. Na reforma, quando se raciocinava com categorias forenses, sôbre a expiação, dava-se a seguinte teoria: Deus é justo, o homem pecou, merece castigo, logo Cristo recebeu o castigo no lugar dos pecadores; e assim por diante. O que dizermos dessas teorias? O seguinte: essas teorias são o esbôço para se descrever aquilo que não se descreve. É só isso. O Novo Testamento não tem teorias sôbre a salvação. A Igreja também. Tanto amor não pode caber em alguns compêndios, em algumas palavras. O importante é o fato de que Jesus salva. Nós por exemplo cremos na doutrina da Eucaristia, na presença real, Cristo está realmente aí presente, mas sem definições. Assim também na doutrina de expiação, nós cremos que Jesus salva, mas não há palavras, não há compêndios que possam dizer tais coisas. O fato é êste: Jesus nos salva da culpa do pecado, salva-nos da morte e nos salva para a saúde, nos integra em Deus e integrando-nos em Deus nós recebemos a seiva de Deus. E disso nós não recebemos só confôrto mas força. Essa saúde, meus amados irmãos, nos dá poder para que vivamos vitorio-

samente e altivamente. Conta um pensador que as vêzes gos-
rava de fazer um pouco de blague: Era uma vez um gato e
êsse gato incomodava um pouco; tinha as garras um pouco
fortes, de vez em quando arranhava, e seus vizinhos delibe-
raram o seguinte:

— Temos de acabar com êsse gato.

— Mas, como?

— Arsênico, a resposta é simples.

E lhe davam porções sempre crescentes. Quanto mais
arsênico comia aquele gato, mais engordava, mais forte se
tornava. . . Êsse, meus amados irmãos, é o poder que Jesus
nos dá. É fortalecerno-nos com as angústias da terra. É po-
der (alquímico) que faz com que nós transformemos os nos-
sos sinais de menos, em sinais de mais; nossas lágrimas em pé-
rolas, nossas derrotas em vitórias, nossas cruzes em púlpitos.

O sangue de Jesus Cristo nos purifica de todo o pecado
e nos prontifica para tôda a boa obra, e esta salvação mara-
vilhosa não é comprada, é dada. Como diz o genial Bispo de
Hipona, nós não fomos ao caminho, é o caminho que veio
para nós. Agora, como apropriarmos esta salvação? Crendo.
E crer não é um assentimento intelectual. Crer é uma aposta
no capitão de nossa salvação para o que der e para o que vier.

N o t a :

Êste trabalho não foi lido, mas foi gravado. E é publi-
cado como se conseguiu extrair.

A Bibliografia sôbre que se recalca êste trabalho inclui,
entre outros volumes, os seguintes:

Richardson: The Gospel and the Modern Thought.

Mc. Cartney: The Greatest Questions in the Bible.

Ingron: Under the Doom.

Pike: The Faith of the Church.

Pittenger: Christian Affirmations.

Pittenger: The Episcopal Way of Life.

Bede Frost: The Christian Misteries.

Jolivet: Compendio de Filosofia.

Pittenger: Theology and Reality.

Pittenger: Christ in the Haunted World.

Becthume Baker: The Faith of the Apostles Creed.

A IGREJA E A FAMÍLIA

Rev. Arthur Kratz

I — Introdução

Bastante complexo e importante se nos afigura o tema que nos foi designado para abordar ao ensêjo da realização dêste magno congresso, grandiloqüente testemunho de fé em Deus e da vitalidade da Igreja a que pertencemos e buscamos servir. Complexo porque iremos tratar de um assunto que diz respeito à natureza humana e suas inter-relações pessoais, que se expressam na vida em família, (e todos sabemos da complexidade da personalidade humana em si e muito mais nas suas inter-relações de indivíduo para indivíduo); importante porque ninguém ignora o tremendo impacto que o espírito secularista e as fôrças desagregadoras da época vêm produzindo sôbre a estabilidade da família em geral e, particularmente, da família cristã, procurando abalar-lhe os alicerces sôbre os quais repousam, em grande parte, as esperanças da tão necessária e urgente reforma moral da sociedade.

Partiremos do seguinte princípio: a família só poderá atingir suas finalidades precípuas (que têm como um dos subprodutos a conquista de um grau relativo de felicidade) mediante o reconhecimento da soberania de Deus e conseqüente aceitação das responsabilidades morais dela decorrentes. Nesta altura, seria oportuno lembrar que não existem fórmulas mágicas que solucionem, completa e definitivamente, todos os problemas com que se defronta a família cristã. Enquanto a criatura humana "viver na carne", nunca poderá alcançar a desejada perfeição nas suas ações, e muito principalmente quando se trata de relações com o seu próximo, como é o caso da vida em família.

II — A Situação Atual

A família é a célula máter da sociedade. Eis um lugar-comum que, ao contrário de certos lugares-comuns, expressa uma realidade fundamental da experiência humana através dos séculos. De fato, desde eras remotas, a instituição da família vem sendo fator importante na preservação da ordem moral e na estabilidade das coletividades. O vínculo matrimonial que une um homem e uma mulher, e que dá origem à família, foi instituído por Deus. O amor na sua mais alta expressão é o amor monogâmico. Embora existam, na maioria das pessoas casadas, por vezes, desejos poligâmicos, o verdadeiro amor se traduz em monogamia, ou seja, na fidelidade recíproca dos cônjuges. Esta é a base da felicidade matrimonial.

O cristão é, pois, uma pessoa que crê pertencer a monogamia à ordem divina das coisas. E a história, "a mestra da vida", tem demonstrado que a decadência de uma civilização principia sempre com a decadência da fidelidade conjugal e suas nefastas conseqüências na dissolução da vida familiar. A experiência humana veio, assim, confirmar a verdade bíblica, neste como em tantos outros aspectos da vida do homem.

Todos sabemos que a situação atual da família quanto à sua estabilidade está longe de ser satisfatória. Vai se tornando mesmo alarmante. Não é necessário citarmos estatísticas para que nos apercebamos da realidade. O número alarmante de desquites que se verificam em nossa pátria é, por si só, um exemplo do que afirmamos. Os alicerces da instituição divina da Família estão sendo abalados. Consideremos agora algumas das causas desta situação:

1 A transformação social. — Processa-se hoje em quase todo o mundo, e também no Brasil, uma profunda mudança na estrutura social. Referimo-nos ao movimento crescente de mudança das populações dos campos para as cidades. Isto traz mudanças radicais nas ocupações, padrão de vida, recreação e na própria unidade da família. Há vinte ou trinta anos, quando a vida ainda era mais agrária e não havia ainda o tipo atual de vida agitada das grandes cidades, os membros de uma família dependiam muito mais uns dos outros

Trabalhavam juntos, divertiam-se juntos e adoravam a Deus juntos também. Tinham muito mais tempo de estarem juntos. Hoje, com o grande desenvolvimento urbano e industrial, observa-se em muitas famílias precisamente o contrário: seus membros trabalham separados, divertem-se separados e adoram a Deus separados (quando acham tempo para isto! . . .). A luta titânica pela vida, a escassês crescente de tempo, a proliferação das atrações mundanas, são fatores que atraem os membros da família para fora do lar e, portanto, afrouxam os laços que os unem e fortalecem.

2 O declínio da fé religiosa e da lei moral. — Vivemos em uma época na qual se verifica pronunciado declínio da fé religiosa em geral e de um dos seus sub-produtos, a lei moral. Poder-se-ia obter-se, nesta altura, que está havendo em várias partes do mundo um verdadeiro reavivamento religioso, o que, evidentemente, é um fato auspicioso. Mas, as conseqüências do catecismo e do convencionalismo moral que caracterizaram a primeira metade dêste século (em grande parte devido às duas guerras mundiais) ainda se fazem sentir intensamente na sociedade dos nossos dias. Para muita gente ainda hoje parece ser de "bom tom" não ser praticante de religião alguma e não ser sujeito a qualquer espécie de lei moral, que lhe cerceie a liberdade individual. Não há dúvida de que a estrutura e a dignidade da família estão sendo profundamente abaladas por esta concepção materialista da vida. A autoridade dos pais, o respeito dos filhos, e os próprios vínculos espirituais que unem os membros da família, como o amor, o perdão, a ajuda mútua e a fé comum, tendem a desaparecer paulatinamente sob a influência desta mentalidade secularista.

3. A emancipação da mulher. — Ao abordar êste assunto talvez corramos o perigo de ferir susceptibilidades. Não somos dos que acham que a mulher deva viver confinada entre as paredes da casa. As contingências econômicas de hoje forçam-na, muitas vezes, a trabalhar fora do lar, o que é perfeitamente plausível, e, mesmo, desempenhar um papel mais ativo na vida da comunidade, onde a contribuição feminina tem sido de inegável valor. Mas, por outro lado, prejudiciais têm sido os efeitos do abandono excessivo e desnecessário do lar, seja por amor à vida mundana, seja por demasiada ambição de

ganho para despendar em superficialidades e luxo. Para muitas espôsas e mães de hoje, qualquer atividade fora do lar é considerada muito mais interessante e mais benéfica à sociedade do que uma atividade caseira. É evidente o prejuízo que isto traz a vida normal do lar. Em resumo: não esqueçamos que vivemos em uma época de tremendas mudanças sociais. Os fundamentos da religião, da moral, das instituições políticas e, mesmo, da própria noção da natureza do homem foram sacudidos. Seria impossível que a instituição da família não fôsse afetada também. Suas conseqüências aí estão. Busquemos, pois, elementos para a reconstrução da família.

III — Elementos de Reconstrução

Admitindo que a situação atual da família vai se tornando alarmante, que pode ser feito para ajudar a sua reconstrução em bases mais sólidas?

1. O problema básico. — Somos obrigados a reconhecer, de início, que o problema da reconstrução da família depende de outro problema que consideramos básico: a re-descoberta das noções fundamentais dos princípios da Religião Cristã. Pode parecer exagêro, mas a verdade é que, mesmo entre membros da Igreja, a ignorância religiosa ainda é grande. Não nos referimos tanto à ignorância de conhecimentos sôbre a religião e a Igreja, mas à falta de uma verdadeira e clara noção básica a respeito de Deus e, principalmente, à falta de uma verdadeira experiência de vida em relação com Deus. É muito fácil se incidir no erro tão comum de fazer com que as pessoas se interessem pela Igreja, pelo culto, pelos assuntos relativos à educação religiosa, quando estas mesmas pessoas não possuem sequer noções elementares a respeito da natureza de Deus e nenhuma espécie de experiência religiosa. É quase certo que nossos esforços por interessar tais pessoas na Religião serão inúteis, pois lhes falta o lastro mínimo indispensável para que possam apreender o sentido do que pretendemos ensinar. Como, por exemplo, se poderá fazer com que alguém goste de adorar a Deus na igreja, se esta pessoa duvida seriamente do fato de que Deus se tenha alguma vez revelado à humanidade? Concluimos, pois, que informação a respeito de Deus e da Igreja não podem, de modo algum, servir como subs-

titutos da experiência da presença de Deus na vida do indivíduo.

O remédio para certas situações deploráveis na família não consiste, portanto, em medidas superficiais, como, por exemplo: "leiam bons livros, divirtam-se juntos, sejam pacientes uns para com os outros, ide à Igreja juntos!" Quando uma família sofre de problemas sérios, de desajustes permanentes, é preciso pesquisar as causas primeiras, que residem, muitas vezes, em falsas noções sobre a realidade e a natureza de Deus, a Fé, o Dever, a Responsabilidade e o Amor. De idéias erradas nascem atitudes erradas!

2. A reconstrução da Fé. — Por reconstrução da Fé entendemos a recuperação das noções básicas e reais sobre Deus em relação com a nossa experiência humana, noções que, aliadas a uma genuína conversão religiosa, deverão transformar, substancial e permanentemente, o modo de pensar e de agir dos integrantes de uma família, orientando-os rumo à harmonia e relativa felicidade.

Muitas vezes a ruína de um lar é causada por idéias e atitudes erradas de um ou mais dos seus membros em relação a tudo o que é importante e fundamental na vida: Deus, o homem, a natureza do matrimônio e o sentido da existência. Por exemplo: se um jovem par se casa pensando que só o amor físico recíproco basta para lhes garantir a felicidade, é quase certo que, dentro de pouco tempo, sofrerão tremenda desilusão. Faltava-lhes a base espiritual do casamento: o verdadeiro amor que supera os aspectos meramente exteriores de uma personalidade. Em tais casos, é evidente que a instrução religiosa, conquanto útil, não pode substituir a conversão religiosa. Só a experiência de uma conversão a Cristo será capaz de transformar o modo de pensar e de agir dos cônjuges a ponto de imprimir um rumo ascensional às suas vidas e ao seu lar.

A reconstrução da família é, pois, a reconstrução da Fé, a re-conceituação correta dos valores da vida, fundamentada na conversão sincera e real a Jesus Cristo, o Senhor e Salvador. Compete à Igreja, a intérprete e mestra da verdade revelada, ajudar os casais a recuperar a fé em um Deus de amor que age sobre o espírito humano e por cuja inspiração e graça

tôdas as afeições humanas podem ser aprofundadas e tôdas as tribulações e problemas humanos podem ser superados.

Precisamos, pois, proporcionar aos casais os meios de que carecem para terem, mais que uma fé teórica e vaga em Deus, uma experiência real de Cristo, adquirida através das experiências, por vezes dolorosas, da vida diária: êstes meios a Igreja os possui: a Bíblia, os Sacramentos e a Vida na Comunidade da própria Igreja. Resumindo: urge que haja uma recuperação da Fé no Cristo vivo e eterno, na visão de cuja cruz se verá tôda a vida, inclusive a vida familiar, em uma nova perspectiva: a perspectiva do Amor que perdoa, salva e transforma vidas.

IV — *A Vida da Família Cristã*

Entramos agora em uma parte mais prática do nosso assunto: a vida da família. Existe um êrro bastante comum quando se considera a vida da família cristã. Referimo-nos à idéia de que a religião seja uma coisa formal, ligada exclusivamente à vida eclesiástica. Quando se fala em "religião no lar", logo se pensa nos antigos costumes da oração familiar, da ação de graças antes das refeições, de quadros bíblicos, como a Santa Ceia, pendendo das paredes, e assim por diante. Na verdade, tudo isto faz parte da vida religiosa da família, porém esta não se limita a tais exterioridades. Religião no lar é mais do que a conservação de tradições e pios costumes, muito mais que coisas rotineiras. A vida da família deve ser permeada pelo Espírito de Cristo em todos os seus aspectos, mesmo naquêles que não são estritamente religiosos. Queremos dizer que em tôdas as atividades comuns de uma família, como no trabalho em comum, no divertimento em comum e na prática da adoração em comum, deve haver uma clara percepção de que Cristo reina soberanamente em cada coração e no lar. Cabem aqui algumas sugestões que julgamos úteis para alcançar êste objetivo:

1. Trabalho em comum. — Há muitas famílias que descobriram um novo interesse pela vida no lar quando começaram a aproveitar as horas vagas para realizar algum trabalho em conjunto, como, por exemplo, cultivar um horta ou jardim, fazer reparos na casa, como pinturas, etc. Isso, além

de ter valor terapêutico, possui a virtude de servir como poderoso vínculo de união entre os membros da família.

2. Adoração em comum. — Não é possível se dispensar a antiga tradição do culto doméstico, embora reconheçamos que, na época atual, o problema "tempo" é, freqüentemente, de difícil solução. Seja como fôr, quando há interesse verdadeiro pela oração familiar, sempre será possível separar alguns minutos diários para reunir a família para as suas devoções coletivas. Isto depende muito do senso de disciplina e ordem no lar, coisa que muitos acham fora de moda, mas que faz parte daquelas coisas básicas e permanentes sem as quais não podem subsistir as instituições, inclusive a da família.

3. Divertimento em comum. — A tendência atual é a de cada um se divertir só. Sem que se pretenda privar nenhum membro da família de um grau razoável de liberdade individual, não seria demais sugerir alguma forma de divertimento em comum. Hoje muitas famílias possuem eletrola ou, pelo menos, um toca-discos. Que os pais procurem, pois, incutir nos filhos o bom gosto musical, promovendo, de quando em vez, e especialmente nas grandes datas do Ano Cristão, pequenas audições familiares, nas quais se ouça a música dos grandes mestres! Além, das gravações da imortal música sacra de Bach, Palestrina, Haendel. Cesar Franck, Hindemith e outros, existem as soberbas páginas dos clássicos, como Beethoven, Mozart e Haydn, que também servem para lembrar que "nem só de pão vive o homem" e, desde tempos imemoriais, o homem tem procurado expressar através da música, a aspiração inata pelo Infinito que existe dentro de cada um de nós.

Em um lar no qual a família consegue, pelo menos em parte, trabalhar, adorar e se divertir em comum, Deus não está longe. É um lar em que cada tristeza é aliviada pela fé, cada pecado pelo perdão, e cada mal pelo Amor que jamais falha.

V — *A Família, a Igreja e Deus*

Dizíamos no comêço dêste trabalho que não existem fórmulas mágicas que solucionem os problemas familiares. Isto porque nas relações humanas não existem regras que se

apliquem a tôdas as situações. Mas, sòmente os princípios de Cristo podem se considerar aplicáveis, de um modo geral, às circunstâncias variáveis da vida da família. Entre êstes sobressai-se a Regra de Ouro: "fazei aos outros aquilo que quereis que êles vos façam", princípio positivo de ética cristã que consideramos fundamental nas relações humanas, mormente na vida da família. Quase todos os problemas internos da família provêm do egoísmo, Sendo a Regra de Ouro de Jesus precisamente o oposto do egoísmo, concluímos que sua aplicação perseverante na vida diária do lar viria contribuir poderosamente para, se não resolver, pelo menos reduzir grandemente os atritos e as desuniões no seio de muitos lares. Mas, não será apenas pela simples aplicação de regras de conduta, por melhores que sejam, que se alcançará o objetivo da família. Estamos convencidos de que as melhores soluções para os problemas da família só podem ser obtidas por aquêles que vivem na comunidade de Cristo, que é a Igreja. Sem a Igreja, isto é, sem se participar da vida da Igreja, não pode haver uma verdadeira compreensão do sentido da vida, e nem uma real experiência de Deus, porque a Igreja é a comunidade dos remidos por Jesus, o Redentor, a qual guarda e transmite a Fé de geração em geração, e dá testemunho, pela experiência, do poder transformador de Cristo nas vidas dos que o seguem. Sem que a família procure se integrar e participar da vida da Igreja, dificilmente haverá clima favorável no lar para a aplicação prática das regras e princípios éticos de Jesus, os quais, repetimos, quando levados a sério, podem transformar por completo a vida de cada um e a vida da família como um todo .

Religião no lar não basta, portanto. É necessário que a família viva integrada na comunhão da grande família de Deus, que é a Igreja. Para a concretização dêste objetivo a Igreja proporciona oportunidades várias através de ofícios, reuniões e atividades que visam integrar cada vez mais a família na Igreja e, através desta, a integração da família em Cristo, o Cabeça da Igreja e Hóspede invisível de cada lar. Merece menção especial, nesta altura, a crescente aceitação que vem tendo o Ofício da Família como o principal culto dominical da paróquia, sem dúvida poderoso fator de união interna da família e desta com a Igreja e com Deus.

VI — Conclusão

Tôda a vida em comunidade é difícil, por certo, pois que envolve necessariamente alguns choques de personalidades. É então que a Religião, uma vez que seja sincera, age como elemento normativo da vida familiar, permeando a atmosfera do lar e fazendo com que, pela graça divina, os problemas que surgem sejam resolvidos. Não nos iludamos, porém. A família da Igreja enfrenta os mesmos problemas que a família do mundo. A vida do lar requer paciência e disciplina, mansidão e firmeza, justiça, fidelidade, compreensão, e, sobretudo, amor. Não é possível a existência destas qualidades nos indivíduos que compõem uma família, a menos que haja, da parte de cada um, sincero e constante esforço no sentido de pôr em prática, na vida diária, os princípios do Evangelho de Cristo, consubstanciados na Regra Áurea: "Fazei aos outros aquilo que quereis que eles vos façam". Não hesitamos também em afirmar que será extremamente difícil, senão impossível, atingir êste desiderato sem que a família se integre na Igreja, canal através de que flui o manacial inesgotável do Amor e da Graça de Deus, que santificarão e abençoarão o lar dos seus filhos.

Finalmente, parafraseando o Apóstolo, concluímos dizendo que a Família Cristã é aquela que tem consciência e experiência de que, nem a morte, nem a vida, nem as coisas presentes, nem as futuras, nem coisa alguma, em qualquer circunstância, a podem separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor.

Não poderíamos finalizar êste modesto trabalho sem transcrever as resoluções da Conferência dos Bispos Anglicanos em Lambeth (1958) sôbre a Família Cristã :

"A Conferência recomenda, como subsídio ao ensino referente ao casamento e à vida no lar, as seguintes características da família cristã. Tal família:

1. Procura viver consoante o ensino e o exemplo de Jesus Cristo.
2. Participa da adoração a Deus Onipotente, aos domingos, na Igreja.

3. Participa da oração em comum, da leitura bíblica e da bênção às refeições.
4. Cultiva o espírito de perdão e de responsabilidade de uns para com os outros.
5. Une-se em tarefas e diversões em comum.
6. Usa responsávelmente suas habilitações, tempo e posses dentro da sociedade.
7. Pratica a hospitalidade e a boa vizinhança.

A IGREJA E O CIDADÃO

Dr. João Del Nero

A matéria, objeto de nosso tema — “A Igreja e o Cidadão” — poderia, em parte, compreender outra questão: “Pode a Igreja ser neutra em face dos problemas sociais?”

Observe-se, de início, que era comum, pelo menos entre os protestantes radicais, ouvir-se a afirmativa de que a Igreja nada tem que ver com política. Ela lhe é indiferente, pois seus campos de ação se situam em polos opostos: o do natural e o do sobrenatural.

Afirmavam mesmo os mais radicais que um cristão evangélico não deve entrar em política para não se “corromper”.

Êsse conceito individualista ou mesmo egoístico da virtude cristã subestima a resistência da verdadeira virtude, pois admite implicitamente que, ao embate da corrupção, ela é vencida pelo mal.

Êsse “isolacionismo” moral, por outro lado, impede — no seu egoísmo — que haja uma influência cristã na política, influência que, embora possa ser imperfeita, é preferível a deixar a política entregue apenas às forças do mal e inspirada no maquiavelismo.

I — Não há neutralidade em face do mal

Além disso, esquece-se de que não há “neutralidade” em face das injustiças ou em face do crime. Aquêles que fôr neutro no conflito tremendo que se trava, hoje em dia, em favor da justiça e da maior igualdade estará favorecendo o *status-quo*.

Afirmam aquêles adeptos radicais da neutralidade que as Igrejas Ortodoxa e Católica-Romana se corromperam, por entrarem em política, o que em parte é verdade. É que, embora essas Igrejas tenham razão, ao afirmarem que a religião

cristã não é “questão privada” e deve influenciar tôdas as esferas da vida, na prática aplicaram mal aquêlê princípio, tentando “dirigir” tôdas as esferas da vida — o que é errôneo.

Mas aquela posição protestante também incidiu em êrro, pois a “neutralidade” favoreceu — embora não fôsse a causa do capitalismo — o surto de uma civilização que, não obstante alguns valores materiais apreciáveis, encerra injustiças tremendas.

Embora seja exagerada a tese de que o calvinismo produziu o capitalismo — como demonstrou Tawney — deve-se reconhecer que a êle se adaptou, chegando até a sancionar o ideal do lucro e a considerar a riqueza material como um sinal “exterior” da graça divina. Daí o prestígio da riqueza e desprêzo pela pobreza na civilização puritana — diz Reinhold Niebuhr. (1) Aliás, êsse influente teólogo afirma que o “sentimentalismo” do Cristianismo social teve, pelo menos, o mérito de livrar o Protestantismo dos erros de um legalismo individualista rigoroso. (2)

Mas é falsa a separação entre o “espiritual” e o material. Um não se opõe ao outro. O antigo dualismo cartesiano de “alma” e corpo, “espírito” e matéria, é filosofia ultrapassada e não pode ser aceita pela Igreja, em face da Encarnação.

Um problema político ou social não interessa apenas ao “material”, ao natural. Interessa, profundamente, ao “espiritual”. Ninguém poderá pretender que a promiscuidade de um cortiço não prejudique, ou impeça, o cultivo de princípios morais. Por outro lado, num regime totalitário, é mais difícil praticar os princípios cristãos. Ainda que êsses Estados permitam a prática do culto e de atos “devocionais”, não se pode, por isso, concluir que não exista conflito entre êles e o cristianismo autêntico. É que o cristianismo é integral — não há oposição entre cristianismo individual e cristianismo social. Logo, há conflito entre aquêlê e qualquer concepção totalitária da vida.

Ilustração viva do que vimos afirmando, quanto à necessidade de princípios sociais cristãos, se encontra na atitude da Igreja Luterana. É sabido que Lutero afirmava que a Igreja não deve ocupar-se com “questões terrestres”. Deve ela, conforme afirmou Ihmels, representante luterano na Con-

ferência Ecumênica de Stockolmo, "orientar as almas para o céu, sem procurar agir diretamente sôbre as questões terrestres".

Ora, ainda que seja exagerada a afirmativa de que o luteranismo foi a causa do nazismo, é forçoso reconhecer que a "neutralidade" da Igreja Luterana auxiliou o surto desse regime .

Niemoeller reconheceu que "a Igreja aprendeu agora que ela tem uma responsabilidade pela vida pública, responsabilidade que não sentia antes. Foi devido à sua cegueira (e outras razões) que a Igreja não teve, como lhe cumpria, voz firme e clara. E que a Igreja via para que destino Hitler estava conduzindo a nação alemã, mas permaneceu calada porque julgou que não era sua missão intrometer-se em política — o que foi erro funesto". "Mas — concluiu êle — "isso não acontecerá novamente". (3)

II — Não intervenção — mas pregação de princípios

É dever da Igreja apresentar ao cidadão *princípios* cristãos aplicáveis às questões sociais e políticas, embora não devam elas *intervir*, nem indiretamente, na política. Conforme demonstra o eminente teólogo John Bennett, "a responsabilidade do cidadão cristão é, fundamentalmente, a extensão do amor cristão aos aspectos da vida pública que afetam para o bem ou o mal, o *bem-comum* do semelhante." (4)

Para a Igreja, o *cidadão* não é apenas o *indivíduo* da tradição helênica, ou o *civis* do Direito Romano, isto é, o "homem dotado de *direitos*" outorgados pelo Estado. Para o Cristianismo, o cidadão é uma *pessoa* — de valor intrínseco e que tem um *dever*, ou *missão*, ordenada por Deus (5).

Ao contrário do indivíduo, *pessoa* é categoria *espiritual* e religiosa (6).

O personalismo da filosofia cristã, portanto, evita os escolhos do individualismo e do coletivismo, pois para êle não é supremo o *indivíduo*, categoria natural e biológica, nem a sociedade — que existe para o homem — mas a *pessoa*, categoria espiritual e religiosa, cuja conceituação se deve aos Santos Padres da Igreja, participantes do Concílio de Nicéia, con-

forme demonstra o eminente pensador calvinista Dénis de Rougemont (7).

Esse princípio — quanto a não intervenção da Igreja nas questões sociais e políticas, não é aceito, pacificamente, pelos pensadores católicos-romanos. A diferença de orientação, porém, é devida ao fato de serem diferentes o conceito católico-romano e o reformado — inclusive o anglicano — sobre a Igreja.

Se a Igreja se confunde com o Reino de Deus, embora não completo e acabado (8), pode ela, em certas circunstâncias, (9) interferir em questões sociais e políticas, e não apenas através de princípios ou de cidadãos cristãos.

Procurando intervir diretamente em questões políticas, a Igreja pretenderá estar cristianizando a ordem social, quando pode — o que aconteceu na Idade Média — estar sancionando os sistemas dominantes. É verdade que há uma corrente católica-romana mais liberal, que é contrária ao clericalismo, à teocracia e que prega apenas uma intervenção indireta. Dessa corrente, um dos corifeus é o influente pensador Jacques Maritain.

Entretanto, embora reconheça êle que o Estado cristão não é o Estado clerical (10) nem o Estado *formalmente cristão* (11), ou farisàicamente cristão (12) ou “defensor da religião” (13) e afirme que a civilização norte americana “pode vir a ser um solo particularmente propício para o desenvolvimento de uma *nova Cristandade* (14) — considera válido o “poder de a Igreja intervir na vida temporal em razão da subordinação do temporal ao espiritual” (15). Na prática, portanto, em que pesem sua largueza e idealismo cristão, sua posição pode degenerar em interferência “pura e inequívoca”, no dizer do insuspeito Otávio de Faria (16).

A tese intervencionista, mesmo a da intervenção indireta — confunde a Igreja com o poder espiritual, ou mesmo com o Reino de Deus — o que é erro, pois nenhuma das confissões cristãs pode inculcar-se a representante do poder espiritual.

III — Humildade — primeiro passo para a solução da crise

Poderia parecer, à primeira vista, que a humildade nenhuma relação tem com a questão social, cuja solução sem-

pre está associada a processos radicais, quando não revolucionários, de transformação dos sistemas econômicos e políticos.

Mas, para os cristãos, que reconhecem haver injustiças no sistema vigente, não há motivos para orgulho pelo fato de ser a questão social fruto do pecado. É que eles, também, da mesma forma como os não cristãos, são responsáveis pela ordem social pagã e desumanizada. Daí o acêrto do grande pensador cristão — Berdiaef — na afirmativa de que o primeiro passo para a solução da crise contemporânea é o arrependimento, da parte dos cristãos.

Tôdas as comunhões cristãs têm seus "pecados históricos". Tôdas deixaram de pôr em prática, plenamente, os ideais de Cristo. Muitas vêzes permitiram que o Eterno se cristalizasse em formas particulares e transitórias das civilizações, em que Aquêle se encarnou.

Sua atitude, por outro lado, foi tímida e vacilante em face dos sucessos apocalípticos das fôrças do mal na época moderna, para não se falar em injustiças por elas cometidas, acomodando-se a padrões do mundo, e — o que é pior — cobrindo-os com o manto do sagrado. Em muitos casos, as Igrejas estão mais condicionadas às categorias sociais e sociológicas do que ao Espírito Santo, mas o pior pecado é não se reconhecer esse fato, pretendendo inculcar-se o relativo como se fôsse o absoluto.

A santificação do que é relativo, passageiro, ou menos injusto, tem sido, em geral, o pecado de tôdas as comunhões cristãs.

O amor tem sido pregado nas Igrejas, mas talvez nelas mesmas haveria surpresa se fôsse pregado como algo que deve inspirar *tôdas* as relações sociais, não como um sentimento mas como algo que se reflita em atitudes concretas e que transforme as condições econômicas e sociais. O amor cristão não é sentimentalismo; deve êle expressar-se em fatos, nas relações diárias.

Mas há outro motivo de humildade para os cristãos. É ver que muitas vêzes foram eles, ao invés de inspiradores do progresso moral da humanidade, verdadeiros "obstáculos no caminho do Cristianismo" (Berdiaef). Sem invocar exemplos dramáticos desta afirmativa, como a inquisição, a intolerân-

cia religiosa, poderia ela ser comprovada com exemplos de cristãos de escol, pelos quais se verifica que até expoentes do Cristianismo organizado foram sujeitos a limitações, embora noutros setores da vida moral fôsse admiráveis. Daí ser parcialmente verdadeira a tese de que basta converter o homem para se conseguir a reforma da sociedade. Homens transformados nem sempre se elevam, *em tôdos os setores da vida social*, acima do meio em que vivem. É necessário reformar, também, os sistemas sociais e econômicos. Basta ressaltar que Wilberforce, não obstante sua visão quanto ao problema da escravidão, foi contrário às reivindicações dos operários, afirmando que eles se preocupavam demasiado com "questões materiais" e não compreendiam que sua pobreza poderia salvá-los de tentações que lhes poriam em perigo a salvação eterna (18).

Embora o Cristianismo não possa ser responsabilizado pela indignidade dos cristãos, têm eles muitos motivos para serem humildes. Se, em nome do Cristianismo, podem julgar o "mundo", devem sempre lembrar-se de que o "julgamento" também os atinge. Daí ser confortador o fato de que a Conferência Ecumênica de Amsterdão, embora concluisse ser necessário divergir, por meio de princípios, do comunismo, nê-le, viu, humildemente, a "mão de Deus", e "reação contra uma sociedade que se considera cristã, não obstante seus erros", reconhecendo, outrossim, a responsabilidade das Igrejas pelo surto de um regime que, para a mocidade "preencheu um vácuo moral e espiritual".

IV — *Formação de homens*

A função precípua da Igreja não é a de formular programas casuísticos de ação social. O Cristianismo não pode apresentar uma solução específica para cada problema social, porque, se os princípios fôsse aplicados à sociedade, a questão social não seria *solucionada*; seria *abolida*".

A maior tarefa da Igreja, portanto, é a de apresentar ao cidadão os princípios do Cristianismo, que se aplicam aos indivíduos e à sociedade. Por outro lado, deve ela dar-lhes o dinamismo religioso que torne possível essa aplicação. Em suma: a tarefa primordial da Igreja é a de forjar os forjadores da Nova Cristandade.

Deve a Igreja apresentar princípios por meio dos quais o cidadão possa ter uma atitude concreta, definida, em face dos problemas políticos, ou mesmo diante da necessidade de exercer o direito de voto.

Não deve ela permitir que o cidadão, partindo da premissa de que todos são maus, faça sua escolha por critérios não cristãos.

Há sistemas, partidos, homens públicos, que se afastam *menos* da Regra Áurea. Aliás, mesmo no sentido individual, não há cristãos perfeitos.

A objeção de que todos os sistemas têm defeitos não autoriza a conclusão de que nenhum deles é cristão, num sentido derivado, como se usa para os indivíduos. Aquela objeção levaria à conclusão de que não existem indivíduos cristãos...

Ora, esse critério habilita o cidadão a escolher entre os Estados Totalitários e a Democracia, entre sistemas políticos maquiavélicos e outros que, embora com defeitos, se afastam menos dos princípios cristãos. Aliás, na política não se pode procurar a perfeição. Apenas se pode pretender um *bem relativo*, que, freqüentes vezes, se confunde com o *menor de dois males*.

A Igreja demonstrou através dos séculos que esses princípios representam uma realidade para o indivíduo; são experimentais; qualquer pessoa que os puser em prática, no laboratório da vida, encontrará paz interior, integração da personalidade e terá uma existência mais abundante. Essa verdade, pregada pelo Cristianismo, está hoje sendo corroborada pela psicologia, conforme demonstram Jung, Pfister e Link.

V — *Pregação de princípios: Cristianismo integral*

É necessário, porém, que a Igreja demonstre, hoje em dia, que os princípios do Cristianismo são, também, realidade experimental para os problemas que assobram a sociedade contemporânea. Não há cogitar, porém, de Cristianismo individual ou Cristianismo social. O Cristianismo apresentado pela Igreja deve ser integral — deve incluir ambos os aspectos. Transformar a sociedade sem transformar o homem não

passa de utopia marxista. Desvia-se a corrente do mal, mas a sua fonte, que é o coração do homem, continua intacta. O mal pode expressar-se, embora em formas diferentes, numa sociedade socialista. Verdade trágicamente ilustrada em nossos dias. "Supor-se que um poder irresponsável" — afirma Bertrand Russel, socialista que não é cristão — "só porque é chamado socialista ou comunista, se livrará miraculosamente das más qualidades de todo poder arbitrário do passado, não passa de ingênua psicologia infantil, para a qual "o mau príncipe é substituído pelo bom príncipe e tudo acaba bem" (19). Afirmar, porém, que a transformação moral do indivíduo trará, necessariamente, a transformação da sociedade, é "meia verdade". A experiência demonstra que os indivíduos transformados nem sempre se elevam, *em tôdas as esferas da vida*, acima do padrão de valores dominantes em seu meio. Além do exemplo já citado, de Wilberforce, se poderiam invocar outros bastante eloquentes e atuais.

Ao lado da transformação do indivíduo — que é fundamental — se devem atacar os males da sociedade. É que, **assim como há males do indivíduo que provêm do pecado, há males sociais cuja raiz está no pecado social e aí devem ser atacados.** Tratar todos os males sociais como se representassem apenas o pecado do indivíduo, seria o mesmo que tratar um doente mental como se sua doença fôsse resultado de uma ação pecaminosa. A verdade plena da filosofia social cristã, portanto, é transformar o indivíduo e transformar a sociedade. Ao lado do combate ao mal arraigado no coração do homem, se deve dirigir um ataque em larga escala ao mal arraigado nos sistemas e instituições sociais. Mas a Igreja não deverá fazer êsse *ataque* direta, ou mesmo indiretamente, e, sim, através de *cidadãos*, isto é, através de "forjadores da Nova Cristandade". A principal tarefa da Igreja, no terreno social, é a de modificar a mentalidade dos cidadãos, a respeito dos problemas sociais, denunciando as injustiças e absurdos dos sistemas baseados no ódio e na competição egoística, e ensinando-os a aferir os sistemas, não pelos "resultados" econômicos, mas pelos seus resultados morais e espirituais. Por êste critério, o comunismo e o capitalismo são aspectos diversos do mesmo materialismo do homem moderno. Deve a

Igreja, portanto, apresentar um conceito integral do Cristianismo, em que os cidadãos, que sofreram uma transformação moral, se considerem soldados na luta contra os males e injustiças sociais. Não basta que a Igreja produza bons cidadãos, tomada a expressão no sentido romano, isto é, indivíduos que obedeçam às leis e tenham a moralidade do meio ambiente. "Os fariseus fazem o mesmo"... É preciso que o cidadão — cristão, que é uma *pessoa* — tenha, afora o comportamento cívico e moral exemplares, preocupação com o *bem-comum*, isto é, deve êle sentir-se responsável pelos aspectos da vida social que interessem o seu semelhante, que é seu irmão. O problema não é de caridade; é de *justiça*, que, aliás, na lição do apóstolo São Paulo, é a caridade em sua plenitude. A justiça do cristão, portanto, deve exceder à do burguês. A sua moral não é aferida apenas pelos atos que o prejudiquem: embriaguez, luxúria, desonestidade, mas, também, por aquêles que prejudicam o semelhante e o *bem-comum*. O orgulho racial, a injustiça social, a intolerância, são, também, pecados, segundo o critério não individualista do Cristianismo integral. Uma das grandes tarefas da Igreja será a de mudar a mentalidade dos membros mais privilegiados da sociedade. Para êles é quase impossível verem os erros de sua classe ou de seu meio. Em geral, sua filosofia social "coincide" com seus interesses. "Se as Igrejas" — diz Bennett — "conseguirem que grande número de seus membros compreendam a racionalização pelas quais defendem seus privilégios, de modo que possam compreender em que grau suas opiniões filosóficas e sociais, e pendores políticos, são moldados por um mesquinho interesse de classe; se êles se acostumarem a pôr à prova tôdas as opiniões que colidam com o seu interesse; se as Igrejas tentarem sèriamente êsses empreendimentos, terão progredido bastante no preparo do caminho de uma transformação social pacífica" (20).

VI — Ação positiva contra os males sociais

Na sua missão social, deve a Igreja incluir uma *ação positiva* através do cidadão — contra os males sociais. Reconhece-se que, em geral, a tarefa de promover a ação social,

isto é, o *bem-comum* dos homens, cabe ao Estado. Em certos problemas, porém, devido à sua influência internacional e interracial e ao seu dinamismo religioso, deve ela ocupar a vanguarda, a fim de descobrir o inimigo, embora caiba, na maioria das vezes, ao Estado, como se verificou com o problema da escravidão, a tarefa de desalojá-lo.

No terreno econômico, deveria ela pregar princípios de cooperação e mesmo estimular as sociedades cooperativas, até que, pela interferência do Estado, se conseguisse a transformação dos sistemas econômicos desumanos e anticristãos da sociedade atual. Nos Estados Unidos, católicos-romanos, protestantes e judeus prestigiam as cooperativas. Em 1937, o Conselho Federal das Igrejas organizou uma comissão encarregada de estudar o problema "A Igreja e as Cooperativas" (21). Deve ela, por outro lado, atacar corajosamente as distinções raciais, ainda que provenham do próprio Estado. Com esta ação positiva contra os males sociais, conquistará influência perante o homem moderno, que espera ponha em prática o que prega. Desiludida de paliativos e utopias, a humanidade espera que a Igreja não seja, na imagem de Shepherd, anglicano, "uma ambulância a recolher, na retaguarda, os feridos e derrotados da ordem social", mas que ela, desassombradamente, tome a vanguarda na guerra sem quartel aos inimigos do homem. Não foi a defesa apologética dos princípios do Cristianismo que atraiu a simpatia e o respeito de Einstein, mas a nobre resistência da Igreja Confessional Alemã às reivindicações exageradas do Estado Totalitário, quando as universidades e os centros culturais cederam diante da ditadura, que lhe grangeou conforme êle mesmo disse, "ilimitada admiração pelo Cristianismo" (22). Através de *homens*, portanto, deve a Igreja colimar à formação de uma "*sociedade responsável* para usar a terminologia inculcada pelas Conferências de Amsterdão (1948) e Evanston (1954) — a qual, no conceito ecumênico, segundo ensina Bennett, "é a que dá ênfase a três responsabilidades: a responsabilidade da comunidade como um todo de Deus; responsabilidade do cidadão pela Justiça e pela ordem pública e responsabilidade daqueles que exercem poder sobre as pessoas cujas vidas são por êles influenciadas" (23).

VII — Cristianismo integral pressupõe união dos cristãos

O Cristianismo integral, leva, necessariamente — abstraídas as especulações teológicas — ao ecumenismo. É que se o Cristianismo é apenas individual; se visa somente a preparar almas para o céu, sem se preocupar com o cidadão, isto é, com seus problemas materiais e terrenos, realmente a discussão sobre a unidade das igrejas é acadêmica. Mesmo desunidas, podem elas realizar aquela tarefa, embora limitada-mente. Se, porém, o Cristianismo é para o homem todo, e, portanto, também para o cidadão, isto é, para todas as esferas da vida, não só religiosa, como social, moral e econômica, é evidente que esse Cristianismo integral pressupõe, para ser apresentado, uma Igreja una. Como pregar a união, a co-operação de classes e das nações, o amor, se os próprios cristãos entram em conflito por motivo de diferenças teológicas? A "divisão" dos cristãos não é um desmentido à "pregação"? Pregação não é apenas *informação*: é também — e principalmente — *demonstração* de homens transformados e das próprias estruturas eclesiásticas.

Trasladado, pois, o problema para o âmbito social, o ecumenismo, longe de representar empobrecimento do Cristianismo, ou mesmo da Reforma, representa, ao contrário, o único meio de ser aquele mais plenamente pregado e exemplificado numa era em que, mais do que em outras, a desunião dos cristãos é mal tremendo, ou mesmo "pecado" como reconheceram as Conferências Ecumênicas.

Segundo o eminente sociólogo Karl Mannheim, em preleção feita a teólogos sob a presidência do Arcebispo Temple, o Cristianismo precisa voltar a assumir, na época moderna, uma posição de liderança (não de "domínio"). Para isso, demonstra êle, o Catolicismo-Romano tem a vantagem de não ser individualista, e estar mais acostumado a encarar as instituições sociais como um todo, segundo as funções que realizam na sociedade. Por outro lado, diz êle, o Protestantismo tem a vantagem de conservar o espírito crítico e o espírito de liberdade, de responsabilidade e cooperação — "antíteses de todas as formas de autoritarismo e centralização". Num

“planejamento para a liberdade”, portanto, seria necessário um Cristianismo que incluísse o “institucionalismo” do Catolicismo-Romano — ou seu caráter orgânico — e o espírito de crítica e de liberdade do Protestantismo (24). Cumpre observar que êsse ideal, pelo menos em princípio, conforme demonstra o eminente teólogo protestante Paul Tillich, se encontra na posição da Igreja Episcopal (25): *católica e reformada*. Entretanto, seria errôneo desejar a união dos cristãos somente por motivos políticos, como defesa contra o comunismo ou mesmo contra o materialismo. Seria isto colocar o efeito antes da causa, pois a crise social e a ameaça que pesa contra a civilização cristã provêm principalmente da própria divisão dos cristãos e de haverem êles negado, na prática, os ideais do Cristianismo, embora louvando-o com os lábios. Somente um aprofundamento espiritual — uma “volta ao Cristo” — poderá assegurar a tão anelada união que, para o ecumenismo, não significa *absorção* de nenhuma comunhão cristã. Não será um amálgama, um cosmopolitismo religioso, mas um *supra-confessionalismo*, um enriquecimento espiritual. Sem entrarmos no problema da união orgânica das igrejas cristãs, cumpre frisar que elas devem procurar pôr em prática, em todas as esferas da vida, um Cristianismo integral, uno e dinâmico. E é neste plano que se darão as mãos, fraternalmente, todos os cristãos não obstante suas divergências no terreno doutrinário, a fim de que seja feita, na terra, a vontade do Pai e se cumpra a prece do Divino Mestre: “para que todos sejam um; *para que o mundo creia*”. Partindo do pressuposto de que a *unidade* já é uma realidade, os cristãos verificarão que as verdadeiras causas da desunião não residem principalmente naquelas divergências — e esta é a grande contribuição do ecumenismo para a nossa época. Essa unidade trará — objetivo que parece impossível aos homens, mas é possível a Deus — *união*, embora seja impossível saber qual a forma por que ela se expressará e *quando* será realizada plenamente. Não obstante, é possível afirmar que essa união tenderá a expressar-se em formas concretas, em novas estruturas eclesiásticas e incluirá elementos católicos e princípios básicos da Reforma, evitando-se os dois extremos: o divisionismo do Protestantismo radical e a unidade sem liberdade do Catolicismo-Romano.

"O Século XX será o século da Igreja" — vaticina o famoso bispo Dibelius. Não sabemos se, em nossa era, se cumprirá êsse vaticínio, pois não depende apenas dos homens, hipótese em que seria utopia. Mas podemos afirmar que a esperança de união da cristandade se realizará, não quando a Igreja abandonar princípios básicos da Reforma, porém, ao contrário, quando os aplicar, com mais humildade e coerência, não só à vida religiosa, no sentido individualista, como, também, às questões sociais e morais. É que o ideal de união dos cristãos — o ecumenismo — representa, em última análise, apenas uma *aplicação*, às necessidades do mundo atual, do espírito da Reforma, que é eterno e não se confunde com suas formas históricas. Ao invés de *dirigir* a ordem social, ou de abandoná-la às forças do mal, contentando-se com o "interior", ou o "espiritual", deve a Igreja *cristianizá-lo*. Na síntese de Vinet, "transformar *todo* homem e transformar *todo* o homem" — eis a tarefa da Igreja em face do cidadão.

Num mundo cujos fundamentos morais se desmantelam e diante do Estado materializado, da idolatria da riqueza, da degradação do homem, deve a Igreja pregar ao cidadão moderno **uma nova cruzada** — a do estabelecimento da **cooperação** fraternal e da paz entre as nações e entre os indivíduos.

Vêm a talho, em remate, as palavras de Berdiaef (26) o "profeta da Idade Nova" e de uma nova expressão do Cristianismo: "O Cristianismo entra numa fase completamente **nova; para o futuro será impossível viver uma fé exterior**, limitar-se a uma devoção ritual. Os cristãos devem levar a sério a realização do Cristianismo em tôdas as esferas da vida. O Cristianismo exterior, falsamente retórico, simulado, não pode mais subsistir. Sua era já passou. Chegaram os tempos em que os cristãos precisam deixar de ser obstáculos no caminho do Cristianismo. A indignidade dos cristãos foi a causa do abandono do Cristo pelo homem moderno. Assim, o renascimento cristão será, acima de tudo, uma volta ao Cristo e à Sua Verdade, livres de tôdas as deformações e adaptações humanas".

Eis o que deve a Igreja fazer, para que possa falar em cidadão moderno.

B I B L I O G R A F I A

- 1) *Does Civilization Need Religion?* — N. York — 1941 — pg. 99.
- 2) Reinhold Niebuhr — *The Moral and Political Judgements of Christians* — In *Christianity and Crisis* — Julho de 1959 — vol. XIX — pg. 101.
- 3) *The Christian Century* — 10 outubro de 1945.
- 4) *The Christian as Citizen* — 1956 — pg. 11.
- 5) Denis de Rougemont — *Politique de la Personne* — Paris 1946 — pg. 206.
- 6) N. Berdiaef — *Cinq Méditations Sur l'Existence* — Paris, 1956 — pg. 166.
- 7) *L'Aventure Occidentale de L'Homme* — Paris, 1957 — pgs. 61 e seguintes.
- 8) Karl Adam — *A Essência do Catolicismo* — Tradução de Tasso da Silveira, Rio — 1942 — pg. 80.
- 9) Karl Adam — Op. cit. pg. 131.
- 10) *Christianisme Democratique* — N. York, 1943 — *passim*.
- 11) *A' Travers le Désastre* — Paris, 1940 — *passim*.
- 12) *Droits de L'Homme et La Loi Naturelle* — Paris, 1942 — *passim*.
- 13) *Vie Intellectuelle* — *Nouvelle Revue Française* — 1937.
- 14) *Reflexões sobre os Estados Unidos* — Tradução de Manuel Bandeira — Rio, 1959 — pg. 210.
- 15) *Primauté du Spirituel* — Paris, 1927 — pg. 32.
- 16) *Cristo e Cesar* — 1937 — pg. 391.
- 17) *The Protestant Era* — Chicago, 1948 — pg. 14.
- 18) Apud — John Bennett — *Social Salvation* — N. York, 1942 — pg. 56.
- 19) *Power — A New Social Analysis* — N. York, 1938 — pg. 293.
- 20) *Social Salvation* — pg. 47.
- 21) B. Y. Landis — *A Cooperative Mouvement* — N. York, 1943 — *passim*.
- 22) Apud — B. E. Trueblood — *The Predicament of Modern Man* — N. York, 1944 — pg. 84.

- 23) *The Christian as Citizen* — pg. 58.
- 24) *Diagnosis of Our Time* — N. York, 1944 — pgs. 109 e seguintes.
- 25) *Theology of Culture* — N. York, 1959 — pg. 169.
- 26) *Christianisme et Réalité Sociale* — Paris, 1934 — pgs. 252-253.

A TAREFA DOS LEIGOS

Dr. Samuel Duval da Silva

A tarefa dos leigos pode resumir-se a duas palavras — *Lealdade e Vida*.

Quando de nossa apresentação à Igreja, em que fomos incorporados ao Seu corpo místico, o Ministro pronunciou palavras sacramentais, que nunca deveremos esquecer: "... e o assinalamos com o emblema da Cruz, em garantia de que, de hoje em diante, se não envergonhará de confessar a fé no Cristo crucificado, de pelejar com valor, sob sua bandeira, contra o pecado, o mundo e o mal: e de continuar fiel soldado e servo de Cristo até o fim de sua vida".

Sim, cada membro da Igreja tem o dever sagrado de cumprir os votos assumidos em seu Batismo e ratificados, posterior e espontâneamente, na Confirmação.

Ser membro da Igreja não significa, apenas, adorar e dar testemunho, encerra, igualmente, um sentido de responsabilidade pelo trabalho da Igreja — responsabilidade da qual não é possível fugir.

Aos leigos cabe, em última palavra, levar a Igreja avante. Sem essa contribuição decisiva, não haverá progresso substancial.

Não são os ministros, em muitos sentidos, que fazem a Igreja mas sim os leigos. Aqueles se contam às centenas e êstes aos milhões.

Uma Igreja, pois, será o que fôrem os seus leigos.

Se o ministro é um leigo ordenado — especializado numa tarefa específica — isto não significa esteja êle destinado a trabalhar em lugar dos que não foram ordenados. Sua tarefa é auxiliá-los em suas vidas espirituais, lembrando-os da responsabilidade no trabalho, encorajando-os a perseverarem nêle.

E a unidade dos fiéis não deve nem pode deter-se entre os leigos, já que de igual valia é o "vaso escolhido", sejam leigos homens, senhoras, jovens ou crianças. Mas a unidade dos fiéis ultrapassa a nave e se estende ao presbitério, isto é: ministros e leigos se confundem, integrados no mesmo tipo de cristãos, apenas diferindo em suas funções.

Haverá uma revolução na vida da Igreja no dia em que esta verdade fôr redescoberta e aplicada.

Se a Igreja é, em grande parte, função do laicato, faz-se mistér reconhecer o axioma: onde a Igreja estiver falhando os leigos estarão, tremendamente, comprometidos.

Entre o laicato é costume pensar-se na Igreja em termos de comissões, sociedades e congregações, atribuindo a um ou vários grupos deficiências e falhas que residem, mais precisamente, no próprio indivíduo. Já é por demais chegado o tempo em que o leigo deva abandonar a cadeira do juiz e repetir, convicto, "mea culpa".

A filosofia do laicato deve ser a de integrar-se na Igreja, mantê-la e desenvolvê-la.

A Bíblia, referindo-se aos fiéis como o "povo escolhido", "santos", "povo de Deus", "embaixadores", "ministros da reconciliação", etc. está confirmando ser impossível à Igreja cumprir sua tarefa neste mundo sem que os leigos estejam apercebidos de sua inteira responsabilidade.

Conceitos e costumes já arraigados têm feito com que os leigos se atenham a simples trabalhos auxiliares na administração da Igreja, enquanto ignoram ou abrem mão das prerrogativas dum ministério muito mais completo.

"Serme-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como até os confins da terra".

"Procurai com zelo os melhores dons."

"Somos embaixadores de Cristo, como se Deus rogasse..."

Há um fundamento teológico do ministério leigo, permeando tôda a Bíblia.

Em meio de um mundo crescentemente hostil, tanto o clero como o laicato devem estar apercebidos do "ministério da reconciliação".

Estar com Cristo e levá-lo aos outros deve ser uma evidência mais marcada em nossas vidas de cristãos. Somos todos instrumentos humanos, através dos quais opera o Espírito Santo. A verdade e o poder salvador do Evangelho não redimirão a sociedade enquanto não revelarmos esse fato pelo nosso testemunho.

Destacado o grande valor do espírito missionário, a tarefa dos leigos deve estender-se ao mais amplo sentido da vida cristã, ressaltando-se, particularmente, nos aspectos *econômico, administrativo e religioso*.

Nos dias difíceis por que atravessamos, a Igreja se resente da cooperação financeira de seus filhos.

Qualquer empreendimento, ainda que modesto, requer fundamentação pecuniária. Não se pode pensar em avanço sem despesas. Mais ainda — o próprio sustento do trabalho existente se torna, cada vez mais, custoso.

Sentem, com particularidade, a angustiante situação as paróquias independentes, pois as conseqüências recaem, em sua inteira, sobre seus próprios ombros.

A desvalorização continuada do cruzeiro obriga a revisões periódicas do orçamento anual o que, nem sempre, é possível fazer.

A contribuição dos leigos e ministros se torna indispensável e isso acarreta uma sobrecarga nas finanças, já desequilibradas, de cada contribuinte.

Numa semelhante contingência, a elevação das contribuições se faz com sacrifício, de variados graus, dependendo do padrão de vida de cada um.

Mas o povo fiel deve sentir um dever e privilégio contribuir de modo sacrificial, planejado e sistemático para o sustento da Igreja. Faz-se mister exaltar a necessidade dessa participação de modo mais decisivo e eficiente.

Um dos grandes entraves à consecução dêsse fim é o de que muitos não contribuem ou o fazem fracamente enquanto pequeno grupo é onerosamente sobrecarregado. Ocorre citar, como solução justa e definitiva do problema, o repisado tema do dízimo.

Não tem este recebido a aceitação que devia por uma série de razões, entre as quais se pode citar a falta de exemplo da parte de muitos líderes, clérigos e leigos, o não reconheci-

mento de sua inadiável aplicação, a ausência de disposição de querer sustentar a Igreja com "suor e sangue", tudo decorrendo, em grande parte, do auxílio que nos tem vindo, generosamente, da Igreja-Mãe e que, cobrindo nossa enorme deficiência, não nos tem feito sentir, na própria carne, as consequências da incapacidade, ao mesmo tempo em que estiola o espírito de contribuir com sacrifício.

Se um dos principais papéis da Junta Paroquial é zelar pelos bens da comunidade, êsse dever não só pertence a ela mas a todos os demais membros. Somos todos responsáveis pelo que nossos antecessores nos deixaram. E há muita atribuição nesse sentido.

O aspecto material duma igreja também tem valor missionário.

Uma igreja de bancos quebrados, de vidros rachados, de soalho sujo, de alfaia desbotadas, de tapetes rotos, de instalação elétrica precária, etc., etc., não está, por certo, em condições de atrair muitas pessoas.

É necessário que cada membro da Igreja esteja pronto a observar as falhas, nesse sentido, e cooperar para saná-las.

Todo o esforço dos leigos deve concentrar-se no propósito de elevar os padrões espirituais, morais e culturais. Eis o fundamento, a base, o princípio e o fim da tarefa do cristão no mundo.

"Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento".

E a grande jornada começa por nós mesmos. Não levaremos ninguém se não formos à frente.

Procuraremos desenvolver uma religião escoimada de superstições, de tradicionalismo puro e simples, de superficialidade e que se entrose firmemente em nossas vidas, fazendo parte integrante de seu contexto.

O caminho da salvação é estreito e difícil — seu longo percurso se faz através do próprio mundo. Mundo em transformação, perplexo e atribulado. Vivemos uma dessas crises periódicas, pelas quais a humanidade tem passado, em sua história milenar. Crises decorrentes de guerras, de superpopulação, de fome, de novas teorias políticas, etc.

E as consequências se fazem sentir em tôdas as esferas da atividade humana. Surgem profetas e profecias, moralis-

tas e nova moral, filósofos e filosofias e, o que é mais grave, novas religiões.

E, com a atração da novidade, espalha-se a filosofia simplista, conferindo o modo de viver à dependência da vontade, isto é, cada um leva a vida que entender, alheio à opinião dos outros. Eis o fundamento do existencialismo.

Multiplicam-se teorias complexas, prolixas, que se apresentam qual solução integral para todos os problemas da humanidade, como se a cultura e a técnica fôsem um fim em si mesmas.

Defrontamo-nos, então, com a filosofia do super-homem, isto é, o homem colocado ao centro do Universo!

Uma das relevantes tarefas do laicato é manter-se alerta com respeito a essas e outras tantas inversões de valores. Ninguém desconhece a dissolução dos costumes, a exploração do sexo, o enfraquecimento dos liames familiares e perversão dos sentimentos e a excessiva liberdade social.

Por tôda a parte sentimos esta verdade — nas artes, na literatura, na música.

Como as águas dum rio, os dias não cessam de chegar e passar, trazendo coisas velhas e novas, boas e más.

E entre as coisas recomendáveis e necessárias, como êste Congresso abençoado, chegam coisas que jamais deveriam existir como, entre muitas, por ex., a *Bossa Nova*, algo que se poderia definir como uma mentalidade, uma maneira de ver e agir em tudo diferente da ética e da moral cristãs.

Cabe a cada um de nós preservar as linhas morais pregadas pela Igreja. Nossa salvação pessoal e a subsistência da própria Instituição decorrem, decisivamente, dêsse fato.

Não estaríamos reunidos, aqui, neste momento, se nos deixássemos contaminar pelos males que nos cercam.

Temos, pois, de estar vigilantes em relação à nossa fé.

A crise que o mundo vive provém da ação dos homens e jamais poderá alterar os planos divinos da redenção manifestados, suficientemente, por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Salvaguardados os fundamentos de nossa religião, desfrutaremos o crescimento "em graça e sabedoria". É um processo lento mas progressivo. Decorre de exercício, de consagração, de estudo, de confiança sem limites na Igreja, pois ela se propõe a cumprir essa tarefa que lhe foi conferida. Não

é em vão que tão repetidamente reafirmamos, de público e com ênfase: "Creio na Igreja".

Se o crescimento espiritual gera formação moral também é verdade que a sadia cultura robustece e aprimora o desenvolvimento espiritual.

Dai por que não se pode descuidar de nenhuma dessas três facetas da vida do cristão.

E podemos imaginar, então, a fôrça do impacto que a Igreja determinará neste mundo adverso, em que foi posta "como ovelha em meio de lobos", quando contar com um laicato poderoso espiritual, moral e culturalmente falando.

Somos uma grande minoria, num país de tradição religiosa católica-romana e não devemos alimentar a pretensão de nos tornarmos majoritários.

O que temos de estimular, enaltecere e conseguir é o refinamento, isto é: tornarmo-nos uma minoria respeitável, em que a nossa consagração ao Mestre dos Mestres realce as nobres linhas do cristão, êsse indivíduo estranho que pertence ao mundo mas não se deixa absorver por êle, que está em meio do mal e não se contamina, que "se torna agradável em tudo", na linguagem inspirada de São Paulo, "na pureza, na ciência, no amor sem fingimento, na palavra da verdade, pelas armas da justiça e no poder de Deus".

A IGREJA EM AÇÃO

Ven. Antônio T. Guedes

Saudamos a todos os irmãos, clérigos e leigos, participantes dêste 1.º Congresso da Igreja Episcopal Brasileira, rogando a Deus derrame as mais ricas e excelsas bênçãos sôbre todos e sôbre a amada Pátria Brasileira.

Como organismo vivo a Igreja tem de manter-se em constante movimento, pois sua ação é dinâmica e não estática.

E, como a assembléia dos fiéis, é necessário estender essa ação a fim de não apenas servir aos crentes, mas, também, à humanidade.

Longe vai o tempo em que se pensava ficar a Igreja limitada às paredes do Templo e ser sua função simplesmente ensinar a orar e mostrar aos fiéis o caminho da resignação, baseado em que "aspiravam a uma Pátria melhor, isto é, a celestial".

A humanidade desviou-se tanto de Deus que sômente uma poderosa ação levada a efeito em todos os setores da vida poderá conseguir os resultados almejados.

Note-se que êsse alvo só será atingido quando a Igreja der aos homens aquilo por que êles anseiam. Não apenas uma paz prometida no futuro, mas a paz interior conquistada agora e a justiça social baseada nos princípios igualitários e fraternais do Evangelho. Se a Igreja não acompanhar a atual ansiedade por evolução e dias melhores e não se bater por uma justa e necessária reforma social; se não disser aos homens onde estão realmente os erros a serem corrigidos e como fazê-lo; se não mostrar que todos são irmãos e que têm os mesmos direitos — a Igreja perderá o contrôlle das massas que se desgarrarão para o terreno ultra perigoso da revolução a se

apresentar como a única forma de resolver os seus cruciantes problemas. É preciso, porém, não esquecer que o Cristianismo é uma revolução social iniciada há 2.000 anos, quando o Mestre ordenou ao homem rico: "Vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu!"

Infelizmente, muitas vêzes, a Igreja, pelas circunstâncias ou comodismo, tem olvidado sua revolucionária missão e o facho brilhante das reivindicações sociais passa a outras mãos, incapazes e, por isso mesmo, muito perigosas para o equilíbrio da humanidade.

A fim de evitar isso e para sacudir a Igreja onde estiver dormente é que propomos uma vigorosa ação espiritual que se faça sentir em todos os setores da nossa comunidade religiosa.

I

Ação Educacional — No setor educacional devemos distinguir duas sub-divisões:

- a) Instrução
- b) Educação Religiosa

a) *Instrução* — Sempre haverá necessidade de escolas e colégios. Mas precisamos antes de professores. Temos poucos estabelecimentos de ensino médio. Precisamos, porém, de uma Escola Normal e Faculdade de Filosofia para o preparo dos professores. Enquanto não tivermos estes estabelecimentos, a ação de nossa Igreja, neste setor, será sempre deficiente. Preparados os professores, deveríamos intensificar a criação de Escolas Paroquiais — uma, no mínimo, em cada Paróquia ou Congregação. Quem tem tido experiência neste setor sabe quão abençoada tem sido. E, naturalmente, procurar melhorar e ampliar nossas Escolas e colégios. Quando teremos nossa Universidade?

b) *Educação Religiosa* — Já se sente algo de tangível neste setor. Louvados sejam os esforços dos que trabalham para dar-nos livros e material que nos capacite a bons resultados. Mas é necessário um grande programa que venha dinamizar a Escola Dominical e torná-la uma atração, bem como treinar elementos que possam ir às Paróquias e ajudar a preparar outros e a reorganizar as Escolas Dominicais, que devem ser

padronizadas e devem, também, transformar-se em centros de atividades missionária e espiritual da Igreja.

II

Ação Assistencial — A fé sem obras é morta. É preciso manifestar nossa fé através da obra de assistência social que a Igreja deve intensificar numa ação positiva e de grande alcance moral.

As obras de assistência social dão trabalho e exigem um grande esforço de nossa parte — mas são um subproduto do cristianismo de incalculável valor. Ninguém poderá negar a posição influente que assume a Paróquia onde florescem tais obras e o interesse que as mesmas atraem para a Igreja.

Não é fácil criá-las, nem é fácil mantê-las. Mas que se pode conseguir sem esforço? Lares para velhos, internatos para meninos ou meninas — Cidades de Meninos, Institutos, Educandários, Abrigos, Creches — são obras de assistência social que atrairão para as Paróquias o interesse da coletividade e, por si, são verdadeiros pregões do Evangelho — são a luz brilhando de tal modo que os homens vêem as boas obras e glorificam ao Pai que está nos céus!

III

Ação social — Através dos sodalícios de uma Paróquia pode-se desenvolver uma intensa ação social, participando ativamente da vida da comunidade onde a Igreja se situa. Os sodalícios são os agentes de que o Pároco lança mão para estender a influência da Igreja. Congregando pessoas de boa vontade e fé, a Igreja tem de agir através de seus membros. Realmente o Corpo Místico de Cristo tem de agir na sociedade pelo testemunho pessoal de cada eclesiano. Os membros da Igreja precisam compreender que, onde quer que estejam, eles são cristóforos, isto é, levam Cristo consigo e precisam fazê-lo conhecido, manifestando aos homens a influência do Mestre. A Igreja tem de ter uma palavra definida sobre os problemas que afligem a comunidade: o divórcio, a reforma agrária, o salário-mínimo, as questões entre capital e trabalho, a livre iniciativa, os problemas entre Oriente e Ocidente, a energia atômica, etc.

A Ação Social da Igreja tem de ser manifesta em forma positiva, sem reбуços nem subterfúgios — encarando de frente os problemas e exigindo dos eclesianos o cumprimento fiel das normas evangélicas. Sòmente assim os homens olharão para a Igreja não apenas com respeito, mas com admiração e amor.

IV

Ação Missionária — Finalmente a Igreja carece de uma vigorosa ação missionária, sem a qual estará falhando em sua principal missão: *salvar almas!*

Não é possível que se limite a ação da Igreja apenas ao trabalho paroquial, sem procurar expandir os limites da Paróquia.

Cada eclesiano tem um dever precípua: semear a palavra de Deus. O trabalho pessoal de evangelismo, pelo exemplo e pela palavra, pode produzir frutos de inegável valor e resultados maravilhosos. O lar tem de ser um prolongamento da Igreja e cada eclesiano um evangelista. Sempre haverá, em torno de nós, pessoas que estejam apenas esperando um convite para virem a Cristo.

O trabalho missionário, feito pelo clero e leigos, nos subúrbios, nas vilas, realizando ofícios nos lares, é um fator importante na vida paroquial e pode trazer grandes contingentes de novos eclesianos. Poder-se-á dizer o mesmo do trabalho realizado nos hospitais e presídios, bem como nos quartéis e escolas.

Concluindo

Propomos seja adotado um Programa de Ação para toda a Igreja, incluindo os setores de Instrução, Educação Religiosa, Assistência Social, Evangelismo e Missões.

Propomos, também, seja elaborada e publicada uma Declaração de Princípios que consubstancie o pensamento da Igreja em relação aos problemas que afligem ou preocupam os homens.

Propomos, finalmente, a criação de uma Comissão Permanente interdiocesana para fazer executar o Programa de Ação com, pelo menos, dois membros em cada Diocese onde seriam os animadores do mesmo.

CONCLUSÕES DOS
GRUPOS DE ESTUDO

Cumpre-nos, de início, ressaltar a importância de que, intrinsicamente, se reveste o presente relatório, que se propõe sumariar algo do pensamento — através das conclusões alcançadas pelos dez grupos de estudos — dêste I Congresso da Igreja Episcopal Brasileira, em face dos temas que lhes foram oferecidos.

É interessante mencionar-se, de saída, a verificação de que o episcopalismo brasileiro se apodera do senso de que é parte integrante de uma Comunhão histórica e universal. Nas teses dos nossos preletores e nos estudos em grupos, ressoa entre nós a palavra da Conferência de Lambeth — a mensagem da hierarquia anglicana — trazendo-nos esclarecimento, inspiração, mais firmeza e, esperamos, dinamizando o sentido de nossa missão como Igreja no Brasil.

Fácilmente podemos identificar no temário dêste Congresso muitos dos assuntos já estudados pela famosa Conferência e sugeridos à consideração dos fiéis anglicanos em toda a parte do mundo.

Congratulamo-nos com a Comissão Organizadora do temário, pela excelência e oportunidade dos tópicos escolhidos. Lamentamos apenas a exiguidade do tempo reservado ao seu estudo e discussão, pelo que não foi com pequena dificuldade que o coordenador e os diretores de grupos conseguiram alinhar as conclusões que temos a satisfação de apresentar a seguir.

Conclusões sobre a tese do Revmo. Bispo Dr. Egmont Machado Krischke — "A Posição Histórica e Doutrinária da Comunhão Anglicana"

- 1 — A Comunhão Anglicana afirma e prova que tem as suas raízes historicamente fixadas na Igreja Primitiva, preservando a Fé e Ordem apostólicas, conforme expressas nos Cremos:
- 2 — Fundamentamos a nossa posição, em face do ecumenismo, nos elementos básicos enunciados no "Quadrilátero de Lambeth":
 - a) as Sagradas Escrituras
 - b) os Cremos Apostólico e Niceno
 - c) os dois Sacramentos do Evangelho
 - d) o Episcopado Histórico.
- 3 — Acrescente-se também que, como decorrência do *ethos* anglicano, o ecumenismo é já uma realidade em nossa Comunhão eclesial, onde, de forma compreensiva e inclusiva, as aceções católica e evangélica co-existem, promovendo uma síntese gloriosa, rica e única no seio da cristandade;
- 4 — Hemos por bem sugerir à Igreja divulgue, com bases científicas, a verdade histórica de sua origem, com vistas sobretudo a um esforço de penetração no ambiente cultural e educacional do país.

II — Conclusões sobre a tese do Ven. Arcediago Nataniel Duval da Silva — "A Igreja Episcopal na Comunhão Anglicana"

- 1 — A Igreja Anglicana, conquanto tenha estado, por muitos séculos, sob a dominação da Sé Romana e, também, experimentado a influência da Reforma Protestante, jamais perdeu o senso de independência característico da primitiva "Ecclesia Anglicana". Em face dos problemas e paixões humanas, sempre procurou manter-se numa posição de equilíbrio e sensatez, buscando sabedoria em Deus e nas lições da História. Dêste espírito e desta índole é herdeiro o episcopalismo;

- 2 — Com a Igreja Episcopal na América do Norte começam a surgir as igrejas nacionais dentro do anglicanismo;
- 3 — Da expansão anglicana pelos quatro cantos da terra, bem nos dá uma idéia a comparação das estatísticas referentes à primeira e à última Conferência de Lambeth.

Em 1878, estavam presentes 76 Bispos e Arcebispos, 43 dos quais provenientes de campos estrangeiros. Em 1958, dos 310 que compareceram, 246 tinham suas sés nas mais diversas regiões de além-mar, representando nada menos de 40 nações. Como resultado do seu grande impulso nos últimos 250 anos, a Comunhão Anglicana constitui-se hoje de 333 dioceses, somando aproximadamente cinquenta milhões de almas.

III — *Conclusões sobre a tese do Revmo. Bispo Dr. Plínio Lauer Simões — "Nosso Lugar no Cristianismo"*

- 1 — Concluimos ser sábia e abençoada a posição de nossa Igreja como Católica e Protestante, "não no sentido artificialmente antagônico dos termos, mas no seu sentido nobre e fundamental", pelo que, opinamos, já é, na atualidade, uma miniatura do que poderá vir a ser a Grande Igreja do futuro;
- 2 — Reconhecemos, outrossim, que existe certa divergência de apreciação dentro da Igreja, que é o preço que devemos pagar pela grande e gloriosa aventura ecumênica que estamos vivendo — cremos, com a bênção de Deus;
- 3 — Não reconhecemos a nenhum ramo do Cristianismo o direito de apresentar-se como "a única Igreja Católica". Temos como ideal a união da Cristandade. Essa união deve ser visível e orgânica, todavia, descentralizada. E apontamos, como ponto de partida, o já mencionado "Quadrilátero de Lambeth";

Afirmamos e proclamamos que Deus tem reservado à Comunhão Anglicana uma contribuição muito especial a dar ao Cristianismo como um todo.

IV — *Conclusões sobre a tese do Revmo. Bispo Edmund Knox Sberill — "Origens Bíblicas do Culto e Sua Continuidade Histórica"*

1 — Apontamos como princípios fundamentais do culto :

- a) o de reconciliação da criatura pecadora com o Criador, perfeito em justiça, santidade e amor;
- b) o de moralização do homem, em virtude do profundo vínculo do ato de adoração com a ética;
- c) o de ser o mesmo um ato de obediência de uma comunidade que existe como fruto de uma aliança entre Deus e os homens;
- d) o de significar o auto-oferecimento do adorador a Deus.

2 — Compreendemos que os sacramentos do Batismo e da Eucaristia estão relacionados com a ressurreição de Cristo, das quais o primeiro é uma figura e o segundo, uma explicação, ambos resumindo todos os atos poderosos de Deus, desde a Criação até o fim dos séculos;

3 — Concluimos que o culto anglicano é fundamentalmente bíblico, bastando citar que, de modo aproximado, 70% do conteúdo de nosso Livro de Oração Comum são extraídos das Santas Escrituras, e o conteúdo restante é a interpretação ordenada das mesmas Escrituras, em forma de Ofícios litúrgicos.

V — *Conclusões sobre a tese do Rev. Jaci Corrêa Maraschin — "O Sentido e o Valor da Eucaristia na Vida Diária"*

1 — Compreendemos que a Sagrada Eucaristia é o sinal efetivo da continuidade do reino, de vez que perpetua a presença de Deus no seio da Igreja, a representante visível desse reino no mundo;

2 — Que é o ofício central da Igreja, instituído pelo próprio Senhor Jesus Cristo. Dada, pois, a importância básica do sacramento do altar na vida da

comunidade, solicitamos: a) que se dê maior instrução sôbre o mesmo, através de literatura, estudos e sermões; b) que se intensifique o uso da sua celebração nos lares; c) que se esclareça o povo da Igreja no sentido de associá-lo com a comemoração de eventos significativos, como aniversários, casamentos e encomendações;

- 3 — Possuímos evidência para afirmar que estamos bastante aproximados da prática néotestamentária da celebração eucarística todos os domingos; e lembramos aos episcopalianos que participação assídua à Comunhão do Corpo e Sangue de Cristo é vida e poder para êles mesmos e para a Igreja inteira;
- 4 — Considerando a posição de proeminência da função sacerdotal na Igreja, não podemos, contudo, deixar de lembrar a essencialidade do ministério profético de proclamação das Boas Novas de Deus em Cristo. Em nossa Comunhão religiosa, altar e púlpito se completam, e não entram em conflito.

VI — *Conclusões sôbre a tese do Rev. Dr. José Del Nero — "O Homem e a Sua Salvação"*

- 1 — Compreendemos que a grande tragédia humana é o pecado;
- 2 — Salientamos o fato de que a salvação só é obtida dentro da Igreja, portanto, através dela, que é o corpo místico do Senhor;
- 3 — Como consequência, ressaltamos o sentido nitidamente missionário do Cristianismo. Daí a propriedade da idéia de que "ser cristão é ser missionário". Na província eclesiástica, na diocese e na paróquia, o constante imperativo há de ser a evangelização. Disse alguém que Deus gerou um único Filho e êste foi missionário.
- 4 — Lembramos ainda que "a Igreja é a extensão da encarnação de Cristo" e, dentro dela, a responsabilidade de testemunho e de ação é de todos os seus membros, clérigos e leigos; que o Cristianismo é basicamente "uma vida em nosso íntimo", a vida

de Cristo que eu recebo, tu recebes, que a Igreja recebe, e que precisa ser comunicada a todos os homens, a fim de que se capacitem para participar conscientemente das dádivas da redenção.

- 5 — Interpretamos a salvação como a vida de Deus que nos é transmitida por Cristo, através da Igreja, dando sentido à nossa condição existencial.

VII — *Conclusões sobre a tese do Rev. Cônego Arthur R. Kratz — "A Igreja e a Família"*

- 1 — Reconhecemos que a necessidade fundamental da família, para a consecução de suas finalidades principais, é ser ela teocêntrica, com as suas conseqüentes implicações;
- 2 — A instabilidade e a decadência da família se atribuem, em grande medida, às transformações sócio-econômicas e ao relaxamento espiritual que levam, não raro, à desintegração do lar;
- 3 — A condição básica para a reconstrução e manutenção da família é a conversão a Cristo e a decorrente participação na vida da Igreja, onde se incluem a assiduidade aos ofícios religiosos e aos sacramentos, a leitura da Bíblia no lar e a realização do culto doméstico;
- 4 — A família não pode ser feliz sem a Igreja, porque só por meio dela recebe os elementos indispensáveis à concretização desse ideal. Por fim, ecoando mais uma vez a palavra de Lambeth, a família da Igreja "procura viver consoante o ensino e o exemplo de nosso Senhor Jesus Cristo".

VIII — *Conclusões sobre a tese do Dr. João Del Nero — "A Igreja e o Cidadão"*

- 1 — O cidadão cristão deve exercer seus direitos e obrigações cívicas segundo o critério de princípios e não o de interesses;
- 2 — A nossa Igreja, embora se reconheça sem suficientes recursos ainda para exercer uma influência mais decisiva em face das injustiças sociais, deve denunciá-las, quer provenham da sociedade em ge-

ral, quer estejam no seu próprio meio. Ao mesmo tempo, declara-se grata a Deus por ter podido contribuir, nesses 70 anos passados para o forjamento da nacionalidade, mediante principalmente cidadãos formados nos princípios do eterno Evangelho de Jesus Cristo;

- 3 — Mais e mais, deve a Igreja preocupar-se com a educação de sua mocidade, oferecendo colégios que sejam realmente partes integrantes da comunidade religiosa.
- 4 — Recomendamos seja feita ampla divulgação das teses e das conclusões dos grupos de estudo do presente Congresso em tôdas as paróquias episcopais do Brasil e em todos os lugares onde fôr possível e julgado conveniente, bem assim através da imprensa.

*IX — Conclusões sobre a tese do Dr. Samuel Duval da Silva
— "A Tarefa dos Leigos"*

- 1 — Consideramos a necessidade de dar-se maior ênfase à exposição e prática da doutrina bíblica do "sacerdócio universal de todos os fiéis", mediante a a qual cada leigo é verdadeiramente comissionado para o exercício do apostolado cristão no mundo;
- 2 — Realçamos o ensino de que a contribuição material do povo de Deus, antes de ser uma obrigação, é um verdadeiro ato de culto; a Deus ofertamos em adoração nossos corpos e almas, talentos e bens, nossas vidas;
- 3 — Que os episcopalianos encarem com mais decisão e senso de responsabilidade o imperativo moral de emancipação financeira de sua Igreja. E apontamos como prática ideal de contribuição a do dízimo sagrado.

X — *Conclusões sobre a tese do Ven. Arcediago Antônio T Guedes — "A Igreja em Ação"*

- 1 — Compreendemos que a razão de ser número um da Igreja é proclamar o Evangelho da Redenção, e administrar os santos sacramentos;
- 2 — Enquadrados no seu propósito maior, há de interessar-se ainda por outros setores de atividade, aos quais procurará levar também a verdade e a luz de Cristo. Neste sentido, opinamos que a Igreja pode e deve usar, na medida adequada aos seus recursos materiais e humanos, a possibilidade de agir nos campos educacional e da assistência social. Sugerimos que no âmbito de ação de cada paróquia, seja criada, no mínimo, uma escola, que funcione de fato como uma extensão da Igreja;
- 3 — Recomendamos considerem as competentes autoridades eclesiásticas a idéia enunciada do estabelecimento de uma Universidade Episcopal no Brasil.

EDUCADORES EPISCOPAIS

O I Encontro de Educadores Episcopais promovido pelo I Congresso da Igreja Episcopal Brasileira, nos dias 18, 19 e 22 de Julho de 1960, em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, após estudos e debates sôbre os temas "CRISTO E A EDUCAÇÃO", de autoria do Prof. Alfredo Pradelino da Rosa e "A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA E NO LAR", de autoria do Prof. Heitor Berdemaker Alves, aprovou o seguinte:

I — CONCLUSÕES

1. Recomenda-se a promoção, anualmente, de "Encontros" de educadores episcopais, e daqueles que exerçam suas atividades nas instituições da Igreja, diante da magnitude da matéria educacional.
2. Que se realize um movimento com vistas a despertar vocações para o magistério, a exemplo do que se faz em relação ao ministério religioso, face às exigências do ensino moldado ao espírito da Igreja.
3. Que se crie uma Escola Normal a entrar em funcionamento imediato, usando-se para isso o Colégio Cruzeiro do Sul que já dispõe das condições necessárias exigidas em Lei, dependendo apenas, de recursos financeiros levantados através de uma campanha de âmbito nacional, em tôdas as paróquias.

4. Que se organize em todos os educandários ligados à Igreja um serviço de Orientação Educacional, consultadas as experiências das escolas em que já funciona tal departamento, visando à educação integral.
5. Que se incentive a formação de "Círculos de pais e mestres", com vistas à integração dos pais na vida escolar, para que conheçam os problemas, a orientação e as aspirações do estabelecimento.

II — MOÇÃO

Os educadores episcopais reunidos no seu I Encontro afirmam e proclamam:

O Princípio de que a educação integral encontra em Cristo o seu conteúdo, motivo por que as instituições da Igreja Episcopal Brasileira funcionam como extensão da própria Igreja, e adotam por base imprescindível a filosofia cristã, estruturada nos ensinamentos de Jesus Cristo, que é o Mestre dos mestres.

SÍNTESE DE UM
GRANDE ACONTECIMENTO

Jorge Alberto Karam

Julho de 1960 ficará na história da Igreja Episcopal Brasileira. Dos mais longínquos recantos da Pátria, e usando os mais diversos meios de locomoção, peregrinos e forasteiros dirigiram-se para a Capital Gaúcha levando em mente apenas um objetivo: participar do Primeiro Congresso da Igreja Episcopal Brasileira.

A Capital Gaúcha vive grandes momentos

Os matutinos e os vespertinos de Pôrto Alegre anunciaram minuciosamente, através de suas páginas, os acontecimentos relacionados com o Congresso. As Emissôras pelos seus programas noticiosos anunciavam que dos quatro cantos do país estavam chegando homens e mulheres, bem como uma grande caravana de jovens, dando um colorido especial às ruas da Capital. A TV Piratini, também, apresentava cenas do Congresso, enquanto nos cinemas eram exibidos aspectos da obra de nossa Igreja.

Nas montras dos estabelecimentos comerciais expunham-se cartazes destacando o lema do Congresso: *"Pela grandeza espiritual da Pátria"*.

Damos a seguir uma resenha dos vários atos, cerimônias e outras atividades do Congresso, e das Conferências de Homens, Senhoras, Educadores e jovens umeístas.

O Congresso à guisa de preparação espiritual, foi antecedido da Celebração da Santa Eucaristia, em tôdas as paróquias da Capital, no domingo da sua inauguração, dia 17 de julho.

Abertura oficial do Congresso

O Local para a grande Ofício de Abertura do Congresso foi o Pavilhão Olímpico do Colégio Batista Americano, que com suas dependências completamente lotadas, foi cenário de uma grande concentração religiosa. Foi pregador o Rev. Curt Kleemann, pároco da Igreja do Redentor do Rio de Janeiro. Fêz-se ouvir o Grande Coral do Congresso, nesta, e nas demais cerimônias, sob a direção do Rev. Jaci Maraschim. Estava, com este solene ofício religioso, inaugurado o Primeiro Congresso da Igreja Episcopal Brasileira.

Os trabalhos do Plenário

De 17 a 24 desenvolveram-se em vários pontos da cidade os trabalhos do Congresso

Importantes teses foram apresentadas no Instituto de Belas Artes, entre elas os trabalhos dos leigos Dr. Samuel Duval da Silva, médico em Pelotas e do Dr. João Del Nero, magistrado da capital paulista. O primeiro com "*A tarefa dos leigos*" e o segundo com "*A Igreja e o Cidadão*".

Por sua vez, a mocidade concentrava-se em Teresópolis no Colégio Cruzeiro do Sul e na Associação Cristã de Moços - os leigos.

Naquêlê mesmo dia foram inauguradas, oficialmente, as Exposições de Arte, Fotografias e Documentos Históricos, respectivamente no Salão Paroquial da Catedral da SS. Trindade e na Pinacoteca do Instituto de Belas Artes. Foi orador na primeira destas cerimônias o Rev. Dr. Dirson Glênio Vergara dos Santos e na segunda o Rev. Dr. Gamaliel Vespúcio Cabral

O plenário do Congresso esteve reunido à tarde, dos dias 18 a 21, no Auditório do Instituto de Belas Artes, sendo a presidência sob forma de rodízio, pelo Presidente e Vice-Presidentes. As teses, num total de dez, foram apresentadas aos congressistas, em tórno de quatro temas gerais: Nossa Voca-

ção, Nosso Culto Incorporado, Nossa Mensagem e Nossa Missão, conforme se encontram publicadas neste volume. Foram as mesmas discutidas em grupo, cujas conclusões estão incluídas neste livro.

A mocidade da mesma, pertencente à UME, se reuniu em Conferência no Colégio Cruzeiro do Sul, sob a liderança do Rev. Telmo de Oliveira Castro. Logo ao início da Conferência se realizou o Festival de Acólitos na Igreja da Ascensão, em Teresópolis.

No salão do Círculo Militar os Educadores Episcopais também tomaram parte saliente no Programa do Congresso, reunidos em Conferência sob a direção do Prof. Dr. Paulo Appel.

Concomitantemente, se realizava na Associação Cristã de Moços, a Conferência Interdiocesana de Homens, sob a presidência do Dr. Caleb Leal Marques.

No mesmo local, esteve reunida a Irmandade de Santo André, em Convenção Nacional, cujos trabalhos foram presididos pelo Dr. Cláudio Hanssen.

A Reunião Trienal da Sociedade Auxiliadora, realizou-se nas manhãs dos dias 18 a 21 no Auditório do Instituto de Belas Artes, sob a presidência da Senhora Noemi Krischke.

70 anos no Brasil

Na quarta-feira, dia 20, novamente no Pavilhão Olímpico do Colégio Batista Americano, às 20 horas, realizou-se o Solene Ofício Comemorativo aos 70 anos do trabalho Episcopal em terras brasileiras. O Clero desfilou entre alas do Piquete Governamental da Brigada Militar do Estado. Foram pregadores os Bispos Arthur Kinsolving, da Diocese de Arizona e Plínio Simões, da Diocese do Brasil Sul-Occidental. Grande assistência participou deste ofício, bem como autoridades civis e militares, destacando-se a presença do Governador do Estado, Dr. Leonel de Moura Brizola. O Bispo Kinsolving,

falando em português, a todos encantou e o conteúdo de sua mensagem animou os presentes.

Programas especiais foram realizados durante o Congresso, entre os quais destacam-se o Concerto Sinfônico do Clube Haydn, sob a direção do Maestro Leo Schneider; Projeção de Filmes Religiosos, exibidos pelo Dr. Carlos Tietboehl; e a Recepção nos Salões do Clube Leopoldina Juvenil, sendo os congressistas saudados pelo Secretário Executivo do Congresso, Deão Henrique Todt Jr..

Encerra-se o Congresso

Domingo 24, pela manhã, houve Comunhão Incorporada dos Congressistas celebrada pelo Presidente do Congresso, sendo pregador o Deão Marçal Oliveira, da Catedral do Mediador, em Santa Maria. À noite, realizou-se Ofício de Encerramento do Congresso. Sendo pregador o Revmo. D. Daniel I. Evans e Revmo. D. Egmont Machado Krischke, Presidente do Congresso.

MENSAGEM
DE SUA GRAÇA
O ARCEBISPO DE CANTUÁRIA

É com a maior das satisfações que, em nome da Igreja da Inglaterra, enviamos saudações efusivas aos irmãos reunidos em congresso. Como Arcebispo de Cantuária, temos o privilégio de sentir um interesse especial em cada uma das partes da Comunhão Anglicana, e em nossas próprias viagens temos sido possível visitar muitas partes dessa família de Igrejas. Muito lamentamos nunca ter tido oportunidade de visitar a América do Sul.

A Igreja da Inglaterra tem o seu próprio bispo na Argentina e ilhas Falkland, a cujo cargo está a supervisão das capelanias britânicas no Brasil. É para nós motivo de júbilo o fato de ter-se recentemente celebrado uma concordata entre nós e o nosso estimado amigo Dom Henrique Schröter, então Bispo Presidente da Igreja na América. Os fundamentos de relações amistosas e profundas foram assim assentados; tudo o que resta agora é que tais relações sejam desenvolvidas com fiel amor cristão por ambas as partes. No Brasil estamos certos de que a unidade de espírito e o vínculo da paz congregam todos os bons anglicanos no propósito de dar o seu testemunho fiel ao Evangelho de Cristo e à Sua Igreja. Assim, oramos para que Deus vos abençoe e inspire nesse congresso e em tôdas as boas obras às quais Ele se dignar chamar-vos.

Sinceramente

GODOFREDO,

Arcebispo de Cantuária.

MENSAGEM
DO BISPO PRESIDENTE
DA IGREJA EPISCOPAL NOS ESTADOS UNIDOS

Desejo enviar-vos esta palavra de saudação no ensejo do 70.º Aniversário do Trabalho Anglicano no Brasil.

Muito me alegra que o Revmo. Dom Arthur B. Kinsolving estará convosco, na qualidade de representante oficial da Igreja nos Estados Unidos. Porém desejo também acrescentar a minha própria palavra pessoal de congratulações e melhores votos a todos vós. Estou certo de que o Congresso terá grande significado para a vida da Igreja no Brasil, e rogo a Deus derrame sôbre vós todos a sua Bênção.

Nova York, 12 de julho de 1960.

ARTUR LICHTENBERGER

Bispo-Presidente

MENSAGEM
DA IGREJA LUZITANA
CATÓLICA APOSTÓLICA EVANGÉLICA

Prezado Bispo Krischke:

Muito grato me confesso pela sua bem apreciada carta de 27 do mês findo e bondosos desejos que na mesma exprimia pelo restabelecimento de minha saúde.

Na verdade, muito sinto também perder esta tão ançada oportunidade de conhecer e me encontrar com os queridos irmãos da Igreja Episcopal Brasileira, comungar com êles momentos de justificada alegria, de merecidos louvores a Deus, juntando assim a alegria e os louvores dos episcopais lusitanos aos dos seus irmãos brasileiros, nas celebrações festivas ao seu I Congresso comemorativo do 70.º aniversário do episcopalismo no Brasil, trabalho no Senhor, para o Senhor e sua Santa Igreja.

Já que não me é possível, por motivos de força maior, estar junto de vós, representando, bem modestamente é certo, a Igreja Lusitana que, pelo favor de Deus, sirvo há 57½ anos e tanto amo, estarei, sem dúvida, convosco em espírito e verdade. Nas minhas orações a Deus, de 17 a 24 do corrente, incluirei louvores e ação de graças à grandeza do Seu amparo e Amor em bênçãos concedidas durante êstes 70 anos ao trabalho Episcopal no Brasil e rogarei que a graça do Seu Santo Espírito guie, guarde e fortaleça êsse trabalho, para alegria dos Seus servos, crescimento da Sua Santa Igreja, com toda a honra, louvor e glória a Seu Santíssimo Nome.

Em nome de todo o Clero e membros da Igreja Episcopal Lusitana, cumprimento os venerados e Revmos. Bispos da Igreja Irmã no Brasil, o seu ilustre Clero, todo o seu fervoroso povo episcopaliano, quando ao comemorar o 70.º aniversário de atividade eclesiástica, celebram também o primeiro Congresso da Igreja Episcopal Brasileira.

Aceitai as nossas mais afetuosas e fraternais saudações com os sinceros votos de que o calor e graça do Espírito Santo de Deus esteja agora e sempre convosco, santificando as vossas vidas na Família, no Trabalho, na Pátria e na Igreja.

Rogando ao meu mui ilustre Irmão o bondoso obséquio de transmitir ao meu sempre recordado Amigo, Bispo Dom Plínio Simões, um afetuosos abraço, cordialmente me confesso seu dedicado

no amor de Jesus Cristo e conservo na Sua Santa Igreja,

Antônio Ferreira Fiandor

MENSAGEM
DA CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA
DO BRASIL

Em nome da Confederação Evangélica do Brasil, entidade de representação do evangelismo brasileiro, em nome de toda a comunidade evangélica do nosso país, saudamos o I Congresso Nacional da Igreja Episcopal Brasileira, suplicando a Deus que se digne abençoar ricamente tão significativo conclave para que, sob a soberana direção do Espírito Santo, êle seja um eloqüente testemunho da fraternidade Cristã e poderosa inspiração para revigoração de nossa fé comum em Jesus Cristo, o Senhor.

Louvamos a Deus pelos setenta anos de vida da Igreja Episcopal em nossa terra. Somos reconhecidos pela dedicação de seus pioneiros do passado e de seus obreiros do presente; pelo espírito de cooperação e solidariedade com as confissões irmãs que constituem o evangelismo de nossa pátria; pela preciosa contribuição de sua rica herança histórica e espiritual em favor da apreensão do sentido mais autêntico da Igreja, Corpo de Cristo.

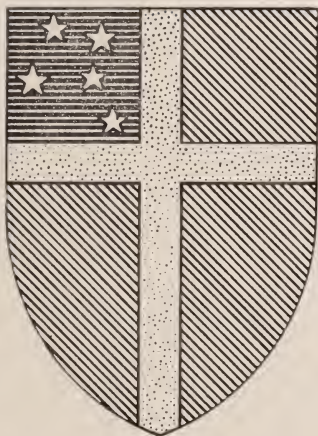
Unimos as nossas preces às que agora se elevam de todos os quadrantes do Brasil para que a amada Igreja Episcopal Brasileira prossiga em sua obra, vigorosa e militante, para redenção e edificação do povo brasileiro, alegria de toda a família Cristã, e para honra e glória de nosso Pai.

Fraternalmente

p/ Confederação Evangélica do Brasil

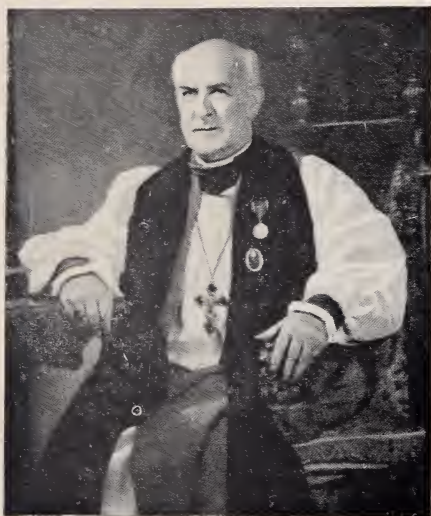
Rev. Dr. Derly Chaves

Rev. Abron Sapsejian



Pela Grandeza Espiritual da Pátria

Ilustrações do Congresso



Sua Graça o Arcebispo de Cantuária, Dr. Geoffrey F. Fischer,
Primaz da Comunhão Anglicana



Revmo. Dom Arthur Lichtenberger
Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos



Revma. Dom Lucien Lee Kinsolving
Primeiro Bispa da Igreja Episcopal Brasileira



Revmo. Dom William M. M. Thomas
Segundo Bispo da Igreja Episcopal Brasileira



Revma. Dom Athalício T. Pithan
Primeiro Bispo da Diocese Missionária do Brasil Meridional



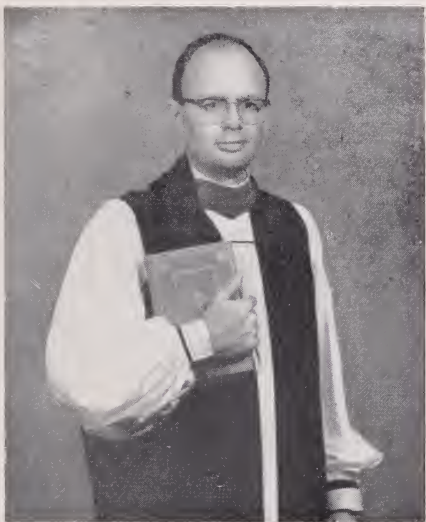
Revma. Dom Louis C. Melcher
Primeiro Bispa da Diocese Missionária da Brasil Central



Revmo. Dom Egmont M. Krischke
Bispo do Brasil Meridional



Revmo. Dom Plínio Lauer Simões
Bispo do Brasil Sul-Occidental



Revmo. Dom Edmund K. Sherrill
Bispo do Brasil Central



O Sr. Governador do Rio Grande do Sul, Eng. Leonel de Moura Brizola, à saída do Pavilhão Olímpico, ladeado pelos Revmos. Bispos Athalício Pithon e Egmont M. Krischke.



A quase totalidade do clero que participou do Congresso.



O câro da Congress, formado por cantares da Catedral da SS. Trindade; da Igreja da Redentor,
de Pelotas; da Igreja da Ascensão, de Pôrto Alegre e por seminaristas, com seus dirigentes, o
Rev. Jaci C. Maraschin e a musicista Da. Narma Appel Bojunga.



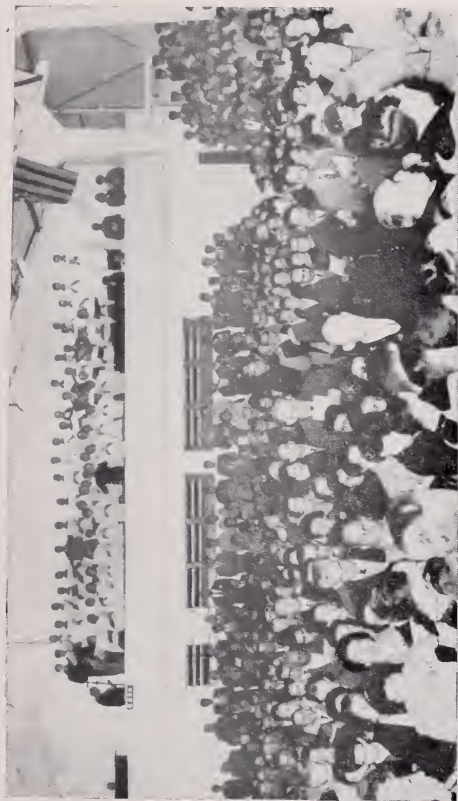
O Revma. Dispo Arthur Kinsalving preganda no officia comemorativo do 70º anniversária da Igreja Episcopal Brasileira.



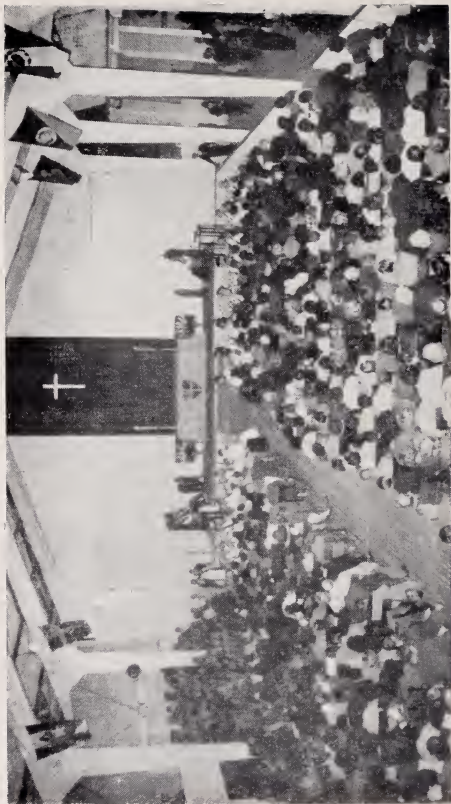
O clero ingressando no Povilhão Olímpico, vendo-se entre êle representantes de Igrejas Evangélicas.



Clero e povo num dos officios religiosos.



Parte do povo e o grande côro, no Povilhão Olímpico.



Um dos ofícios, no Pavilhão Olímpico do Colégio Batista.



As senhoras episcopais numa de suas reuniões.



Ouvindo a leitura de uma tese, no Auditório do Instituto de Belas Artes.



Encontro de Educadores Episcopais, no Círculo Militar.



Conferência de Homens, no Associação Cristã de Moços.



A comunidade episcopal, reunida em Conferência no Colégio Cruzeiro do Sul.



A mocidade episcopal, reunida durante o Congresso.



Exposição de Arte, na Salão Paraquial da Catedral da SS. Trindade.



Exposição de fotografias, no Instituto de Belas Artes.



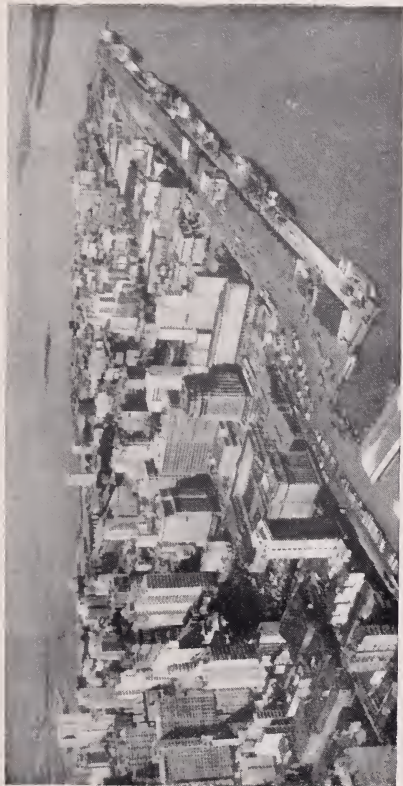
Encerramento da Festival de Acólitas, na Catedral da Ss. Trindade.



Aspeto da recepção oferecida aos congressistas.



A mesa presidencial na recepção aos congressistas.



Vista parcial da Capital Gaúcha, sede do I Congresso da Igreja Episcopal Brasileira.

conferências da mocidade, dos homens e das senhoras bem como da apresentação de importantes teses de autoria de leigos e clérigos de projeção na Igreja.

Foram recebidas mensagens de Sua Graça o Senhor Arcebispo de Cantuária, Primaz da Comunhão Anglicana; do Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; da Igreja Luzitana; da Confederação Evangélica do Brasil além de outras.

Diversas autoridades prestigiaram com sua presença aos ofícios religiosos então realizados.

Sua Excia. o Governador do Rio Grande do Sul compareceu à magna solenidade comemorativa ao estabelecimento do episcopalismo no Brasil.

A PUBLICADORA ECCLESIA, com imensa satisfação, apresenta como seu primeiro lançamento «A Igreja Episcopal No País do Futuro».

Em suas páginas o leitor encontrará o pensamento cristão, sem fronteiras religiosas, sobre os problemas do homem, da vida e do mundo.



59025TA FS
5-12-84 32180

99
LIBRARY
UNIVERSITY OF
SOUTHERN CALIFORNIA

